

VANIA TANIRA BIAVATTI

**SINDICALISMO DOCENTE E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA
CONTEMPORANEIDADE**

Programa de Estudos Pós-Graduados em
Ciências Sociais/Políticas

**PUC/SP
São Paulo
2006**

VANIA TANIRA BIAVATTI

**SINDICALISMO DOCENTE E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA
CONTEMPORANEIDADE**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais – Política sob orientação do Prof. Dr. Edson Passetti.

**PUC/SP
2006**



Agradecimentos

A

Edson Passetti,

meu orientador

A amiga

Rute Zendron, por estar ao meu lado nos primeiros passos desse desafio.

Aos amores

Tanira e Hélio pelo companheirismo e compreensão.

Aos professores do PEPG/PUC-SP, seus coordenadores e secretárias

A Universidade Regional de Blumenau – FURB pelo financiamento parcial da pesquisa.

RESUMO

A pesquisa apresentada incide sobre o sindicalismo brasileiro, com interesse particular no sindicalismo docente, a partir dos diferentes enredos de investimentos sobre o corpo, problematizando-o enquanto emergência da sociedade disciplinar e que a despeito das alterações ocorridas, persiste na sociedade de controle.

Estudos sobre sindicalismo costumam tomá-lo por seu termo final, qualificando-o construção que ignora a emergência libertária e destaca outros modelos sindicais como verdadeiros.

Entendendo o que se dá a ver como resultado das lutas que estabelecem séries de submissões, a pesquisa se vale de contribuições que tomam os processos para além de seus pressupostos motivos, em seus efeitos. A partir da démarche Michel Foucault e Gilles Deleuze/ Sociedade Disciplinar e Sociedade de Controle, trata-se, sobretudo, das diferenças na participação em uma e outra sociedade, de um específico encontro de jogos de poder e de saber. A abordagem investe em *'como'* se chegou ao sindicato de docentes que hoje conhecemos, atentando às relações de poder e na materialidade das sujeições das práticas sindicais. Nestas implicações, a atenção se volta para *como* alguns professores passam a entender o sindicato como espaço específico para resistir transformando-se em sindicalistas que, deixando de ser os revoltados do passado, atuam hoje, por meio da participação para a cidadania.

ABSTRACT

The presented research is based on the Brazilian syndicalism, with private interest in the educational syndicalism, starting from the different plots of investments on the body, problematizing it while emergency of the society to discipline that, and in spite of the happened alterations, persists in the control society.

Studies on syndicalism take it for its final term, qualifying a construction that ignores the libertary emergency and evidences the other syndical models as truthful.

Understanding what feels to see as a result of the fights that establish series of submissions, the research is been worth of contributions that take the processes for besides their presuppositions reasons, in their effects. Starting from the *démarche*, Michel Foucault and Gilles Deleuze / *The Discipline Society and the Control Society*, it is treated, above all, of the differences in the participation in the one and the other society, of a specific encounter of power and knowledge games. The approach invests in 'how' can we arrived to the syndicate of teachers that we know today, attempting to the relationships of power in the materiality of the subjections of the syndical practices. In these implications, the attention turns for 'how' can some teachers start to understand the union as specific space to resist, becoming syndicalists that, stopping being the rioted of the past, today they act trough the participation to the citizenship.

SUMÁRIO

Introdução

6

Prolegômenos

14

Capítulo I - A Emergência Sindical Brasileira na Sociedade Disciplinar

29

1. Movimento Operário, Mutualismo, Anarco-sindicalismo e Sindicatos. 29
2. Os Professores Trabalhadores. 74

Capítulo II - O Sindicalismo Docente no Brasil.

84

1. A Manutenção do Sindicalismo Docente da Sociedade Disciplinar à Sociedade de Controle.
105
2. Sindicalismo Docente e Sindicato Cidadão: a Reforma da Participação na
Sociedade de Controle. 125

Capítulo III - Microanálise e Trajetórias Sindicais Docente.

133

1. Modos de Subjetivação Docente Engajada: uma Microanálise no SINSEPES. 135
2. Trajetórias Sindicais Docente: Emergência e Procedência dos Modos de
Subjetivação Docente Engajada 159

Considerações Finais

168

Referências

173

Introdução.

O modo mais reto de apontar os motivos que levaram a pesquisa é, primeiramente, localizar a necessidade de refletir sobre minha experiência com o movimento sindical que foi do aconchego na militância ao, mais tarde, dilacerante incômodo com ela mesma. Incômodo não exatamente com os rumos da instituição sindical, mesmo que dele também faça parte, mas com o que cada um de nós, professores engajados no movimento sindical, vamos pouco a pouco fazendo de nós mesmos e que nos leva a olhar e viver a vida, no final das contas, de um jeito muito aproximado.

É o estranhamento encetado dessa contenda bastante pessoal que fez surgir, em primeira mão, a problematização sobre como os docentes se transformam em militantes sindicais.

Mas é a partir do ingresso no Programa de Doutorado em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2001, que tal incômodo, saindo da esfera meramente pessoal, ganha uma dimensão acadêmica que surte outros tantos desafios de estudo, agora bem mais complexos que a tentativa de respostas ao que se procurou inicialmente entender.

Desse modo, a partir do que é vivido e sentido na própria pele, dentre as políticas de verdade que abordam o funcionamento material da sociedade, instiga-me aquela que estuda as diferentes formas de investimento sobre o corpo na caracterização e compreensão da transição entre os diversos modos de gestar a vida, modos estes que distinguem as diferentes épocas.

É neste enredo de investimentos sobre o corpo que a instituição sindical é problematizada, enquanto emergência de uma sociedade em que prepondera a lógica disciplinar e que, a despeito das alterações nas políticas de investimento sobre o corpo, permanece como forma majoritária de associativismo trabalhista na atual sociedade, onde a ênfase não mais está na disciplina, mas no controle.

Apesar dos investimentos sobre a produtividade do corpo serem procedimentos de aperfeiçoamento e acúmulo, e não de superação e exclusão¹, tal situação por si só não é suficiente para dar conta de explicar *como* o sindicalismo não só permanece na contemporaneidade da sociedade de controle, mas se mantém modelar no âmbito da organização dos trabalhadores em suas relações de trabalho.

A indagação é sobre a permanência do sindicato na atual sociedade de controle, mas, principalmente, sobre quais modos de subjetivação aí se constituem.

Referendando rapidamente o que no transcurso deste trabalho será ampliado, a dimensão do que se entende por modos de subjetivação seguindo Foucault, se refere às relações que diante de uma racionalidade de poder e violência estabelecemos com nós mesmos. Deste modo, o que produz os modos de subjetivação é o resultado tanto das interações face a face, como da capacidade de monitoramento e auto-regulação de si mesmo que se compõe a partir das relações de poder que ‘microfísicas, estratégicas, multipontuais e difusas’ (DELEUZE, 1988a: 46), determinam sua singularidade.

A investigação sobre como a universalização do sindicalismo foi se processando e como neste movimento se construiu uma militância que passou a ser um dos quesitos de cidadania, se vale de contribuições teóricas que percebem os processos para além de seus pressupostos motivos, ou seja, em seus efeitos.

¹ A sociedade de controle não destruiu o que constrói a sociedade disciplinar, seus aparelhos de produção, difusão e regulação dos costumes, hábitos e práticas. Tanto quanto a disciplinar não superou todos os aparatos da sociedade de soberania, a sociedade de controle não ultrapassa a disciplinar, mesmo que a ênfase, de uma a outra, foque diferentes alvos e institua diferentes dispositivos de poder.

O sindicalismo é, então, tomado como um dispositivo de poder em que a militância é estudada a partir da particularidade dos processos pelos quais se forjam os modos de subjetivação do engajamento sindical.

Adotar a noção de dispositivo, do mesmo modo que fez Foucault ao falar do dispositivo de sexualidade (FOUCAULT, 1979: 243-246) para aproximá-lo ao sindicalismo como temos hoje constituído, significa tomá-lo como uma formação que, em dado momento histórico, passou a ter a função de responder à urgência de organização das relações do mundo do trabalho, onde, mesmo que numa localização de oposição, exerce uma função estratégica dominante.

Nestas circunstâncias, tendo como espreita a questão sindical especificamente docente no ensino superior, trata-se, sobretudo, de pesquisar quais as diferenças na participação entre a sociedade disciplinar e de controle.

É a orientação especialmente focada no pensamento de Michel Foucault que possibilita emergir um olhar que, levando ao encontro de jogos de poder e de saber, permite esmiuçar uma dada situação, resultando numa abordagem diferenciada da conceituação que se constrói em resposta ao *porquê*, investindo-se, então, no *como* se chegou ao sindicato que hoje conhecemos. Portanto, a busca aqui empreendida é pelos acontecimentos: visibilidades dos jogos de verdade em seus efeitos.

Sindicatos são agrupamentos de interesses, formados a partir do campo econômico, que têm o objetivo de criar para seus associados, condições capazes de resistir às ambições patronais no plano individual e profissional (E.RODRIGUES, 2004:15). No Brasil, as relações de poder que foram e vão se dando desde a emergência do movimento sindical resultaram na universalização da entidade sindical pública de estatuto jurídico que, inserida na legalidade, padronizou os movimentos de oposição nas relações de trabalho.

Pretendo a partir da emergência anarquista, abordar o sindicalismo docente no ensino superior, a partir do limiar dos anos 1970, quando o neoliberalismo, ao redimensionar o conflito político, passa a excluir gradativamente os sindicatos das negociações. Esse processo deixa intocadas, no entanto, as relações entre burocracia estatal e empresários na articulação com o parlamento (PASSETTI, 1999), o que faz com que o sindicalismo, em geral, entre numa curva descendente, no mesmo momento em que, paradoxalmente, no Brasil, o sindicalismo docente se solidifica.

O sindicalismo contemporaneamente é um modelo que, se não único, ainda é majoritário, pelo menos no Brasil e entre docentes, na busca por garantias reivindicatórias que vão, desde questões salariais imediatas, até políticas de educação que reconheçam sua importância social e econômica. Apesar de o neoliberalismo investir, cada vez mais, na participação individual e direta de trabalhadores e patrões, os sindicatos continuam a se instituir nas mais variadas (im)possibilidades.

A partir de uma economia local do poder, a atenção, neste estudo, volta-se aos chamados *pequenos poderes* centrando a pesquisa num sindicato em especial – SINSEPES – alargando-se daí o foco de análise para os sindicatos ligados à ANDES-SUL² já que, retomando o exposto na abertura deste texto, foi a militância sindical pessoal que, principalmente a partir das três últimas gestões na direção desse mesmo sindicato – SINSEPES³ - suscitou esta pesquisa.

² ADUEL- Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina, ADUNICENTRO – Seção Sindical da Universidade do Centro Oeste, ADUNIOESTE – Seção Sindical Universidade Oeste do Paraná, APRUDESC – Associação dos Professores da Universidade Estadual de Santa Catarina, APUFPR – Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, APUFSC – Associação dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, SINDUEPG – Seção Sindical da Universidade Estadual de Ponta Grossa, ADUFPEL – Associação Docentes da Universidade Federal de Pelotas, ADUFRGS – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, APROFURG – Seção Sindical dos docentes da Universidade de Rio Grande. Além do Sindicato dos Professores e Funcionários da Universidade Regional de Blumenau/FURB, por motivos algures explicitado.

³ Apesar de ter participado como diretora de outro sindicato da rede municipal de ensino de Blumenau – SINTRASEB- Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau de 1987 até 1996 em funções de direção sindical – é a experiência como dirigente sindical das três últimas gestões de outro

A pesquisa local se faz, então, no sentido dos enunciados⁴ e das visibilidades que emergentes de estudos pontuais, também podem estar presentes em outras estruturas sindicais. O que interessa, de outro modo que não o inventariar de idéias, é a localização das visibilidades e dos enunciados que, em cada momento da história sindical, denotam determinadas mentalidades, determinados comportamentos. O enunciado e o visível são os dois elementos sempre presentes nas estratificações. ‘(...) cada estrato, cada formação histórica implica uma repartição do visível e do enunciável (...) maneira de dizer e forma de ver, discursividades e evidências (...)’ (DELEUZE, 1988: 58). O primeiro se refere às formas discursivas e o segundo às formas não discursivas, às formas de conteúdo⁵.

A busca por entender como os sindicatos docentes permanecem atuantes na atual sociedade de controle e quais modos de subjetivação que aí se constituem se inscreve na construção de um olhar que, estudando o poder em sua investida prática, real, efetiva, lá

sindicato, o SINSEPES (1999/2002 diretora de comunicação, 2002/2005 suplente de conselho fiscal, 2005/2007 diretora jurídica) o que de fato suscita tal pesquisa.

⁴ O exemplo dado por Foucault: ‘ninguém ouviu’ e ‘é verdade que ninguém ouviu’, de mesma estrutura proposicional e indiscerníveis do ponto de vista lógico, no que se refere aos enunciados não são equivalentes e nem intercambiáveis, já que têm caracteres enunciativos diferentes. Os enunciados não equivalem necessariamente, e nem sempre, às mesmas proposições. Pode-se ter enunciados distintos que se referem a agrupamentos discursivos diferentes. Nem mesmo no que se refere à frase há equivalência total do enunciado, pois, como diz o próprio Foucault: é fácil citar enunciados que não correspondem à estrutura lingüística da frase. Os enunciados não dependem dos caracteres gramaticais da frase: uma árvore genealógica, um gráfico, uma curva demonstrativa de algum fenômeno são enunciados. As frases que os acompanham não são seus equivalentes, mas interpretações ou comentários. As letras justapostas de um teclado não são enunciados, mas sua organização enumerada em um manual de digitação – ou manual de datilografia como referendado no passado por Foucault – são. Para formular um enunciado, não há necessidade de nenhuma construção lingüística, nem tão pouco é suficiente um amontoado de elementos lingüísticos ou de signos para que ele surja. O enunciado não é nem uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem, nem tampouco é uma unidade, apesar de responsável por se dizer se há ou não frase, se ela está ou não correta, se há ou não proposição, se ela é ou não legítima e bem constituída, se o ato de linguagem está de acordo com os requisitos e se foi realizado. (FOUCAULT, 2002: 89-99)

⁵ Foucault se deixava fascinar tanto pelo que via como pelo que ouvia ou lia, a ponto de Deleuze afirmar que o que o define é, acima de tudo, a voz, mas também os olhos (DELEUZE:1988:60). Cada estrato é feito de combinações das maneiras de ver e das maneiras de fazer e de um a outro há variações tanto delas mesmas quanto de suas combinações. Apesar do primado do enunciável sobre o visível - na medida em que este se deixa descrever, determinar pelo enunciável – Foucault não sustenta que o não discursivo, o visível, se reduza a um enunciado. O visível tem suas leis próprias. Os locais de visibilidade não têm as mesmas formas que os campos de enunciados e o primado do enunciado sobre o visível assim o é justamente pela irredutibilidade desse visível. (DELEUZE, 1988: 59).

mesmo onde se implanta e produz efeitos, busca captar a materialidade da sujeição dos sujeitos.

Nos sindicatos, os modos de subjetivação que podem ser edificados constroem um jeito de corpo capaz de denunciar, localizar e identificar, tal como o faria um sujeito pertencente ao mundo sindical.

Nessas implicações, antes de tudo, cabe explicitar o modo peculiar como foram efetuadas as análises aqui apresentadas. Em *Prolegômenos* enfoco mais demoradamente alguns aspectos que julgo necessários para esclarecer *como* esta pesquisa busca compreender o que acontece com o sindicalismo docente na coeva situação de interstício entre a sociedade disciplinar e de controle.

No primeiro capítulo – A Emergência Sindical Brasileira na Sociedade Disciplinar - objetivo mostrar, através das contribuições de Edgar Rodrigues, a diferença substantiva do anarco-sindicalismo frente às forças sindicais em luta, marcando desde seu fundamental papel na consolidação da classe operária brasileira, até seu desmembramento⁶ que ocorre não sem antes deixar abalada a representatividade. Desde o sindicalismo amarelo, atrelado ao Estado até a atualidade do movimento sindical docente, somam-se a Edgar Rodrigues as contribuições de Raquel de Azevedo no sentido de *provocar ruído* no confronto com as clássicas abordagens de autores reconhecidos na área.

Nesse processo, o aparecimento e consolidação do movimento sindical dos professores universitários na década de 1980, final da ditadura militar, quando a ‘democracia não somente foi o alvo das lutas políticas e sociais (...), mas também se impôs como objeto de reflexão intelectual.’ (TÔTORA,1998:1) constitui as reflexões do segundo capítulo – O Sindicalismo Docente no Brasil. Este capítulo é direcionado à análise das forças que

⁶ Para Azevedo (2002: 22) apesar do encerramento da experiência anarquista, enquanto manifestação pública, ocorrer após o Levante Comunista, em novembro de 1935, várias foram as tentativas isoladas de manifestações que permaneceram até 1937 quando então se inicia o Estado Novo. Nesse período, defende a autora, dadas as circunstâncias profundamente marcadas por intensas restrições policiais, é preciso tomar o sindicalismo como forma de resistência.

estiveram em jogo e à análise de como, nessas disputas, tais forças subsidiaram a formação de subjetivações docentes engajadas, numa implicação que leva em conta a superposição do binômio utilidade/docilidade do corpo da sociedade disciplinar pela utilidade/participação da sociedade de controle. Este capítulo considera, ainda, as diferenças que o neoliberalismo, enquanto arranjo em escala planetária, providencia. Nessa mutação, observa-se a fratura que o mundo marcado pelas perspectivas liberais traz às formas de enquadramento onde o investimento do corpo pelo poder passa da rigidez, da constância e da meticulosidade a um poder mais tênue, cuja ênfase é fundamentalmente colocada na regulação das escolhas dos cidadãos.

A governamentalização⁷ do Estado que transforma o clássico triângulo intervencionista (empresários, burocracia estatal e sindicato) no retângulo formado por empresários, burocracia estatal, burocracia privada e Estado governamentalizado, prescindindo tanto das empresas mistas ou estatais quanto dos sindicatos, leva os trabalhadores a alojarem-se nos mais diversos movimentos sociais: partidos, gestões públicas, ONGs, etc.

É frente a este cenário, que se enfoca o movimento sindical docente, enquanto estratégia reivindicatória formal nas relações de trabalho que, numa análise sobre os modos de subjetivação que aí se instituem, procura abordar as atribuições que esses modos de subjetivação exercem na manutenção do modelo.

⁷ A governamentalização nasce do modelo arcaico da pastoral cristã da sociedade de soberania, do Estado de Justiça da Idade Média, de territorialidade feudal, e se apóia, em seguida, nos dispositivos diplomático-militares da sociedade disciplinar, do Estado Administrativo – nos séculos XV e XVI – de territorialidade fronteiriça e chega à sociedade de polícia do Estado de Governo moderno, controlada por dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 1979: 277-293). A governamentalidade se refere ao conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexos, cálculos e táticas que permitem exercer a forma específica e complexa de poder que tem como alvo principal a população, como forma principal de saber a economia política e como instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. A otimização dos procedimentos e técnicas que forjam os padrões desejáveis de individualidade, numa lógica de governamentalidade, tem lugar quando disseminada e praticada pelos próprios membros da sociedade que, voluntariamente investidos na defesa dos padrões de assujeitamento, tornam-se agentes da disciplinarização e normalização (CASTELO BRANCO, 2000:318). Para Foucault foi a governamentalização que permitiu ao Estado sobreviver, de tal modo que, é a partir das técnicas de governamentalização, que se pode entendê-lo modernamente.

Nesse capítulo busco analisar o que, nesses modos de subjetivação, mantém os sindicatos na atual sociedade de controle, indagando sobre a possibilidade de serem uma persistência da contestação instituída, ou operadores de oposição da sociedade de controle, a partir das últimas perspectivas reformistas sindicais.

O terceiro capítulo - Microanálise e Trajetórias Sindicais Docente- enfoca os dados obtidos a partir de dois momentos de análise: o acompanhamento a nove das reuniões de diretoria do Sindicato dos Servidores da Universidade Regional de Blumenau, SINSEPES, durante os meses de abril a junho de 2003 e as trajetórias de docentes dirigentes sindicais, especialmente das instituições ligadas à ANDES-SUL, levantadas através de questionários remetidos pela internet. Outrossim, o capítulo aborda os enunciados e visibilidades que micro-analiticamente possam apontar a forma de participação que os modos de subjetivação que aí vão se constituindo forjam, bem como as implicações que estabelecem na perpetuação sindical. Trata-se de focar como *nesses momentos* (que não designam tempo ou local, mas uma situação) se objetivam determinados modos de subjetivação sindical.

E, finalmente expostos os dados de pesquisa, uma análise sobre os sentidos da instituição sindical na sociedade de controle e o papel que os modos de subjetivação que aí se forjam desempenham.

Prolegômenos

Seja lá qual for o modo de pesquisa através do qual se opera a adoção deste ou daquele jeito, tal escolha é mais de monta subjetiva do que, propriamente, uma exigência objetiva de pesquisa.

Nesta pesquisa, o pensamento de Michel Foucault em especial é muito mais do que uma opção pela política de verdade mais apropriada; é o parceiro na desmedida do incômodo diante das proclamações de verdade.

No dizer de Deleuze (1992:108), quando as pessoas seguem Foucault é por terem algo a fazer com ele em seu próprio trabalho, na sua existência autônoma. Não é somente uma questão de compreensão ou de acordos intelectuais, mas de intensidade, de ressonância, de acorde musical.

A escolha pelo modo foucaultiano de pesquisa, no entanto, não deixa de ser também *apropriada*, pois, nessa política de verdade que não admite generalizações, os enunciados e as visibilidades dos acontecimentos apontam rupturas e descontinuidades que, passíveis de serem surpreendidas no estudo das relações de poder e saber do dispositivo sindicato, possam se dar em qualquer outro lugar.

A perspectiva de poder com que Foucault opera não é centralizadora, não entende o poder como o que se deduz do soberano, oriundo da razão do Estado e que por isto reside num lugar e tem posse específica. Não é unicamente manutenção e reprodução de relações econômicas, mas relação de forças que, como tal, não designam pertencimentos.

O poder não é algo que se possa dar, trocar ou tomar. Ele somente pode ser exercido por indivíduos que desempenham e sofrem suas ações e que são ao mesmo tempo centros de transmissão e efeitos de poder, numa situação estratégica em que não se dissociam resistências.

Foucault toma o poder também em sua positividade, pois tomá-lo meramente como o que diz não, a proibição, a lei, enfim, seu viés unicamente negativo, resulta insuficiente no entendimento de como se processam as relações de poder. Se o poder só tivesse a função de reprimir, salienta Foucault (1979: 148), se agisse apenas por meio da censura, da exclusão e do impedimento, ele seria muito frágil. Se o poder é forte, é exatamente porque tem sua positividade, porque produz efeitos positivos em nível do desejo e do saber. (FOUCAULT, 1979: 148).

O poder não é uma instituição, uma potência de que alguns são dotados, ou uma estrutura binária que tenha de um lado os dominantes e de outro os dominados, mas uma produção multiforme de relações de dominação, parcialmente integráveis às estratégias de conjunto (FOUCAULT, 2003:249) e se manifesta como a vontade de cada um de atuar sobre a ação do outro de modo a estruturar-lhe o campo possível da ação.

Inerente às relações, o poder atua sobre o que de mais concreto há - o corpo: 'nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder' (FOUCAULT, 1979: 147). É assim que as visibilidade das relações de poder se dão a ver nas práticas que, obedecendo à uma mesma lógica, produzem os mesmos efeitos.

O que se pretende nessa pesquisa é, nas particulares relações de poder do movimento sindical docente, atentar a este corpo marcado que tem, como efeito, sua própria produção. Não um corpo marcado pela violência física⁸, mas por um diagrama de poder em cujos dispositivos é trabalhado de modo a produzir comportamentos militantes desejados.

⁸ A violência existe na impossibilidade total de negociação, de liberdade. O poder entendido como uma ação sobre a ação, não traz uma situação de oposição e menos ainda de aniquilamento das liberdades, mas se refere a

Continuar a remeter as relações de poder a contextos marcados pela violência ou pelas lutas por seu monopólio, fica sem sentido, pois, as ações sobre o comportamento não se dão somente de maneira coercitiva ou exaustiva, mas a partir da condição de existência de liberdade. A liberdade é, portanto, uma condição para a existência do poder.

Além disto, estudar o poder à luz de análises político-institucionais ou a partir de definições jurídicas do sujeito significa traçar análises em termos de aquisição ou perda de direitos que se localizam em posição de exterioridade à própria realidade do poder. Nas sociedades governamentalizadas, o poder amplia-se justamente porque se dirige a homens livres que se percebem como seres autônomos deixando clara a necessidade de substituir as tradicionais idéias – do mundo sindical – de dominação por outras que remetem a tecnologias de regulação e auto-regulação, a tecnologias de governo de si mesmo.

Desse modo, as estratégias, as interrupções, as possibilidades de fluxos de poder e saber acontecem em qualquer lugar onde haja agregação de pessoas e, no caso desta pesquisa, de professores sindicalistas.

Ao contrário de outras tantas instituições de confinamento compulsórias – escola, família, exército... - sindicatos são opções desejanter de uma dividualização: trabalhador-professor, dirigente sindical, revolucionário, reformista.

Foco ao estudar sindicalismo docente as subjetivações sindicais fabricadas neste específico dispositivo e em suas particulares relações de poder. Porém, isso não quer dizer que as relações de poder abordadas em seu nível microestrutural se restrinjam a essa mesma dimensão exclusiva, pois as relações do corpo em seu nível local se articulam - em todas as situações - também num nível mais amplo. As relações de poder não postulam nenhuma unidade global de dominação, pois nada mais são do que as suas formas terminais. (FOUCAULT, 1988:88). O que permite, então, tornar o exercício do poder inteligível não é

um mesmo jogo onde todos estão em situação tanto de sofrer como de exercê-lo. 'Na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder'. (FOUCAULT, 1979: 147).

nenhum ponto central de onde partem formas derivadas e/ou descendentes. O que induz continuamente a estados de poder é a mobilidade das correlações de forças que, desiguais, mas localizáveis, são sempre instáveis. Observa-se ao *onipresença do poder* não por que agrupe tudo, mas por que ao se produzir continuamente nas relações, está em toda parte de tal modo que o que for encontrado de reprodutivo (e de inerte) já é seu efeito de conjunto. Poder é ‘o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada’ (FOUCAULT, 1988:89).

Para compreender as relações de poder é preciso tomá-las nas estratégias em que se originam e de onde vão se cristalizando até tomarem corpo nos aparelhos estatais, nas formulações de leis, nas hegemonias sociais. É por conta desse caráter do poder que a genealogia trabalha sobre um corpo que tem também sua dimensão política. É a isto que Foucault se refere quando afirma que a genealogia investe uma anatomia política do detalhe. Apreendendo o poder em suas manifestações nas práticas – discursivas e não discursivas - que nos atravessam e nos conformam, percebendo-o no interior da trama histórica e não no sujeito constituinte, é que a genealogia descentra e desestatiza o poder.

É isto que (...) chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (FOUCAULT, 1979:7).

É por este funcionamento das relações de poder, como é vivido o poder, que a história do sindicalismo docente é contada ‘por baixo’, não cabendo a idéia da ação dos dominantes sobre os dominados que toma o sindicalismo como a revolta dos que não querem mais ser dominados.

Por dominação (...) não [se entende] (...) dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade. Portanto, não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social. (FOUCAULT, 1979:181).

Dado o seu caráter estritamente relacional, as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade e, por isso mesmo, só existem em função de uma multiplicidade de pontos de resistência. Da mesma forma que a rede de relações de poder atravessa os aparelhos e as instituições sem se localizar exatamente neles, também os pontos de resistência pulverizados atravessam, tanto as estratificações sociais, como os indivíduos, já que, onde há poder, há resistências. Tal processo é semelhante ao que opera no Estado que tem sua garantia na integração institucional das relações de poder e no qual ‘a codificação estratégica desses pontos de resistência’ torna possível, por exemplo, as revoluções. Desse modo, a idéia do grande lugar da recusa, ‘a alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei do puro revolucionário’ (FOUCAULT, 1988: 92) se aniquila. Mas, mesmo que presentes por toda a rede de poder, os pontos de resistência não são igualdades que se repetem, mas casos únicos que só existem a partir do campo estratégico das relações de poder em que representam o papel do adversário.

As resistências não são o reverso da dominação, um subproduto das relações de poder. As resistências não se reduzem a nenhum princípio heterogêneo, mesmo que, às vezes, ‘inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento’ provoquem ‘grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças’. As resistências são móveis e transitórias, introduzem clivagens que se deslocam e rompem unidades suscitando reagrupamentos, percorrendo os indivíduos, recortando-os e modelando-os de modo a traçar ‘em seus corpos e almas regiões irreduzíveis’ (FOUCAULT, 1988: 92).

As resistências são de ordem corporal, pois é exatamente nos corpos que o poder se sustenta e se apóia e onde incide toda uma microfísica de poderes que o atravessam e constituem, de tal modo que, as resistências, não são possibilidades de autonomia, mas contra-poderes que nascem das mesmas relações e que como tal não significam construção de possibilidades para os reverter.

Por isso, não interessa quem ou por que venceu este ou aquele grupo, facção interna ou externa ao sindicato; se foram as forças governamentais que abalaram e impediram a ação sindical; se foi a visão mais para esquerda ou mais de centro que se sobrepôs no sindicalismo docente.

Derivando desse entendimento sobre resistências o presente estudo não parte de nenhum pressuposto geral e anterior sobre as práticas que engendram o sindicalismo, muito menos se distrai julgando-o. Problematisa a permanência do arranjo sindical na atual sociedade, focando como se chegou ao que as visibilidades diversas do mundo sindical dão a ver.

Ainda, nestas reflexões, a vida coeva urge que atentemos ao fato de que vivemos na fissura da passagem da sociedade disciplinar para a de controle, onde as relações de poder não se estruturam exatamente tal qual Foucault localizou no transcurso da sociedade disciplinar⁹.

Na sociedade de controle, ao contrário da sociedade disciplinar, não está mais em jogo resistir às resistências, mas ao contrário, incluí-las constante e permanentemente.

A questão então é compreender, através da *démarche* de Foucault e Deleuze: disciplina e controle, o que acontece com sindicatos docentes, cotejando, em seus

⁹ O próprio Foucault ao analisar o contexto que vivia em 1978 constata que se está 'num destes momentos em que essas questões cotidianas, marginais, mantidas em um relativo silêncio, atingem um nível de discurso explícito, em que as pessoas aceitam não apenas falar delas, mas entrar no jogo dos discursos e tomar partido em relação a elas'. Nesta mesma ocasião Foucault afirma que os jogos de poder passaram a assumir uma intensidade que não tinham e que as resistências e as lutas que se desenrolam não tem mais a mesma forma. (FOUCAULT, 2003:46).

deslocamentos, a repercussão das práticas sindicais anarquistas. Deseja-se, também, através das reuniões de direção sindical acompanhadas nesta pesquisa, bem como do itinerário dos docentes militantes ligados à ANDES-Sul aqui pesquisados, atentar para as objetivações de modos de subjetivação sindical docente, bem como para as inclusões que essas operam ou, se caso for, como ocorre seu inverso.

Nesta fundamentação que procura pelos detalhes dos jogos que formam a microfísica do sindicalismo docente, inquire-se ainda, em que medida o sindicalismo é refém das práticas fascistas que estão ‘(...) em todos nós, que rondam nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, (...) que nos fazem gostar do poder, desejar esta coisa mesma que nos domina e explora (...)’ (FOUCAULT, 1976:10).

Indagando como fazer para não se tornar fascista mesmo, (e, sobretudo), quando se acredita ser um militante revolucionário, Foucault traça¹⁰ alguns princípios subjacentes ao banimento das formas de fascismo. São eles: liberar a ação política de toda forma de paranóia unitária e totalizante; fazer crescer a ação, o pensamento e os desejos por proliferação e justaposição; livrar-se das velhas categorias do *Negativo*, tais como a lei, o limite, as castrações, a falta, a lacuna, enquanto forma de poder e modo de acesso à realidade, preferindo o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os agenciamentos móveis aos sistemas, considerando que o produtivo é nômade e não o que é sedentário; não imaginar que é preciso ser triste para ser militante por mais abominável que seja o que se combate; utilizar a prática política como um intensificador do pensamento e a análise como multiplicador das formas e domínios de intervenção da ação política; não exigir da política que ela restabeleça os *direitos* do indivíduo tal qual a filosofia definiu, e, por fim, não se apaixonar pelo poder.

¹⁰ Se fosse para fazer um manual, um guia da vida cotidiana na arte de viver contrária a todas as formas de fascismo, desde as mais colossais, que envolvem e esmagam as pessoas, até as formas mais miúdas que fazem a amarga tirania de nossas vidas cotidianas (FOUCAULT, 1976: 10).

Desta forma, podendo mostrar outros desdobramentos sobre o tema, o modo de investigação bastante peculiar de Foucault tem suas diferenças aprofundadas e nesse estudo não se faz na tradição da predominância acadêmica, já que, especialmente sobre o tema sindical, a grande maioria das publicações brasileiras segue a tradição humanista, notadamente referendadas no materialismo histórico¹¹.

A história sindical já contada¹² não apreende os jogos, as práticas que, em cada situação específica, satisfazem interesses e conferem legitimidade. Não por que não as alcance, mas porque as toma e as tem como menos relevantes. Ao contrário, é exatamente aí que esta pesquisa ampara seus estudos.

A aspiração aqui presente é a de dar vazão às problematizações que surgem em decorrência de um olhar específico que, não por desvendar verdades, mas justamente por propor-se ao contrário; analisa o sindicato docente contemporâneo, pós anos 1980, como efeito de estratégias de governo, indagando: como ele participa desse jogo? Quais subjetivações instituem o padrão militante? Estas formas são heterogêneas? Como vão se objetivando? Qual o problema do sindicalismo docente frente ao anarco-sindicalismo? Que é resistir num e noutro?

¹¹ Existe no meio sindical uma inspiração nitidamente marxista, uma postura radicalmente crítica da ordem capitalista que compartilhada pela maioria é de fácil verificação tanto em documentos, como em falas. Também os estudos e pesquisas produzidos na academia tendem a esta orientação. Especialmente em relação ao movimento docente, conforme Ridenti (1995:74) pode-se verificar tal perspectiva em quase todos os documentos da ANDES e também em praticamente todos os artigos publicados em sua revista- Universidade e Sociedade. Esta postura se não é compartilhada pelo conjunto dos docentes, por certo é pela maioria da direção do movimento e também por boa parte da base.

¹² Como é o caso das obras: ALEM, Silvio Frank. História do Sindicalismo: Uma Periodização. São Paulo: Universidade e Sociedade, ano I, v. 1, fevereiro de 1991; MACIEL, Osvaldo de Oliveira. Trabalhando a Luta, Construindo (a) história (II). São Paulo: Universidade e Sociedade, ano 2, n. 4, dezembro de 1992; RODRIGUES, Leônicio Martins. Tendências Futuras do Sindicalismo Brasileiro. In: RATTNER, Henrique. Brasil 1990: Caminhos Alternativos do Desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Tais perguntas indicam uma abordagem que a partir do governo de si¹³, leva a instituição sindical a se confessar, na medida em que busca focar como o regime de saber sindical se desenvolve em tal direção e com tal alcance e não em qualquer outro tão possível quanto o que ocorreu e ocorre.

As contribuições que Foucault traz são uma *caixa de ferramentas*, um instrumento de que se faz usos diversos e que, por isso, não deve ser entendida como uma construção de sistema, mas uma lógica própria às relações de poder e às lutas que se engajam em torno delas (CASTELO BRANCO, 2000:311). Essa *caixa de ferramentas* instrumentaliza os entendimentos sobre as relações de poder que vão se dando no convívio humano. Mas, os modos como essas relações passam a se dar na contemporaneidade da sociedade de controle exigem para, além disso, outras ferramentas, mais coevas, que possibilitem tratá-las, agora, a partir da construção de uma outra lógica, não divergente, mas distinta da disciplinar.

Estudos sobre sindicalismo costumam dar conta da emergência e proveniência sindical por seu termo final, qualificando-o como o que sempre foi: uma construção que coloca o modelo sindical como o único movimento de trabalhadores. O fim último que se dá a ver, entretanto, é o resultado das lutas que estabelecem as séries de submissões. Tomar o sindicalismo como o que é e sempre foi, como o que nasce e se origina de um começo, mesmo que sob abordagens críticas, é ater-se ao *então presente*¹⁴.

¹³ Michel Foucault trabalhou a prática dos ‘cuidados de si’ consagrada por Sócrates que retomada pela filosofia posterior transformou-se no cerne da ‘arte da existência’. Foucault explica que o tema do cuidado de si extravasou seu quadro original e, separando-se de seus significados filosóficos iniciais, adquiriu dimensões e formas de uma cultura de si. O princípio do cuidado de si adquiriu um alcance bastante geral onde o imperativo de que é preciso ocupar-se de si mesmo circula entre numerosas doutrinas e assume a forma de uma atitude, de uma maneira de se comportar, impregnando modos de viver, desenvolvendo-se em processos, práticas e receitas que refletidas, desenvolvidas e aperfeiçoadas constituem uma prática social que deu lugar a relações interindividuais, a trocas e comunicações e, por vezes, mesmo a instituições, originou, finalmente, um certo modo de conhecimento e a elaboração de um saber (FOUCAULT, 1985:50). Michel Foucault trabalhou esta prática genealógicamente assinalando não apenas seus fundamentos históricos, mas, sobretudo, os diferentes espaços sociais onde se acolheu, ganhou corpo e adquiriu novas roupagens. (DO Ó. 2003:40). Foucault tratou de compreender por que caminhos a cultura de si foi se fazendo.

¹⁴ Para Deleuze, o grande princípio histórico de Foucault é o de que toda forma histórica diz tudo o que pode dizer e vê tudo o que pode ver. (DELEUZE, 1992: 121). São as lutas, os jogos de poder de cada época que, através do exame das práticas consideradas como lugar de encadeamento do que se diz e do que se faz nos

Ao contrário disto, trata-se aqui de focar *como* ao perceber sindicatos como espaços específicos de oposição, alguns professores transformam-se em sindicalistas que, deixando de ser os revoltados do passado, são hoje os que exercem exemplarmente a cidadania. Nessa dinâmica em que a autonomia e a liberdade, cada vez mais presentes, produzem cidadãos que, antes de destinatários, são intervenientes nos jogos e operações de poder, o que está em jogo é entender como nas relações específicas da instância sindical se forjam modos de subjetivação militante.

A seqüência de continuidades se dá a ver nas trajetórias de docentes engajados (hoje professor, amanhã cidadão sindicalistas, mais tarde gestor, político...).

Portanto, a história sindical que se procura desenhar aqui não é aquela que vai a busca dos grandes feitos, das narrativas sobre as lutas de resistência dos dominados frente às elites, não é a história da grandiosidade e benevolência da resistência sindical merecedora de tributos. É a história que atenta às supostas pequenas e insignificantes referências na tentativa de desnaturalizar o unificado – e, quem sabe, movimentar o que se dá imóvel. É a perspectiva de uma descrição e análise histórica dos inícios menores, mesquinhos, dos acidentes, dos erros, dos mínimos desvios e das falhas de apreciação. Enfim, uma análise história que ao invés de procurar pela verdade fundadora, desvela a exterioridade do acidente que compõe e funda o sindicalismo docente no Brasil. Um procedimento que procura escavar e trazer à baila fragmentos de idéias, conceitos e discursos que podem levar a compreender *como* saberes sindicais transformam alguns docentes em sindicalistas engajados.

mostram, numa sucessão de diagramas (superposição de mapas das forças em disputa) como, num efeito a estes jogos de poder se institui um dizível permitido, aceito e gerado verdade. O que produz a verdade de cada época é a ciência, pois ‘a questão da verdade significa a dos critérios do conhecimento verdadeiro, que dependem da própria ciência enquanto processo de produção de conhecimentos!’. Ganguilhem nomeia de veridicidade este dizer-verdadeiro da ciência que não é uma reprodução fiel de algo inscrito desde sempre, mas é o dito do dizer científico. A ciência não reproduz verdades, mas as produz. (MACHADO, 1981: 21). Para Foucault analisar regimes de práticas é analisar programas de conduta que têm ao mesmo tempo efeitos de jurisdição a respeito do que se deve fazer e efeitos de veridicidade a respeito do que se deve saber (FOUCAULT, 2003: 338). É neste sentido que se usa a expressão *então presente*, como indicativo daquilo que a episteme de cada época possibilita eleger verdadeiro, dizível. (MACHADO, 1981: 21)

Foi nas situações históricas localizadas, pontuais, específicas, dentro da história de longa data, que Foucault foi buscar, em prolongadas, meticulosas e detalhadas pesquisas documentais, o poder que *vem de baixo*, que se dá nas relações em qualquer instância e que nos micropoderes, no sentido deleuzeano e guattariano, constituem positividade tanto no que estabelecem de continuidades como de rupturas.

Neste estudo o que se almeja é focar analiticamente o funcionamento sindical docente, atentando para o que de continuidade vai se dando e o que, eventualmente aí circunscrito, pode ser ruptura nas subjetividades dos engajados.

O inconfessável da instituição sindical está entre seu papel instituidor – tanto quanto qualquer outro dispositivo de poder – sua ação de governamentalidade – a despeito e por conta de uma moral e ética de oposição ao poder do Estado – e a autodenominada vanguarda revolucionária.

Tanto sindicalistas em geral - particularmente os docentes engajados - ao entenderem sindicatos e a si mesmo como vanguardas, obscurecem as possibilidades de se darem conta de que, apesar de todo enfrentamento que se propõem a desencadear, a instituição sindical é, também, um dispositivo de poder que gera assujeitamentos e constitui governamentalidades.

A maioria dos estudos brasileiros incide na crítica às associações sindicais – docentes ou não – pela desvinculação entre o que dizem e fazem, supondo a existência de uma teoria que, imersa num discurso, na prática não consegue se fazer real. Tais críticas, geralmente comportam alternativas para que o discurso - com o qual concordam - se faça realidade.

De fato, não demanda grande esforço detectar que o funcionamento da maquinaria sindical não opera de acordo com o discurso. Essa disjunção efetiva significa exatamente que ‘o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas

aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.’ (FOUCAULT, 2000:10).

O discurso é uma violência que se faz às coisas, uma prática que lhes é imposta e, é nesta prática, que ‘os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade’¹⁵ (FOUCAULT, 2000: 53). É pelo próprio discurso que, a partir de sua aparição e regularidade, se chega às condições externas de possibilidade, que numa série aleatória de acontecimentos, fixam suas fronteiras. Os discursos são práticas descontínuas que por vezes se cruzam, mas, também, se ignoram ou se excluem, pois não há um não-dito, um impensado ‘percorrendo o mundo e entrelaçando-se em todas as suas formas e acontecimentos’ (FOUCAULT, 2000: 52) que precisamos dar jeito de fazer articular com a realidade.

O que põe sindicatos em funcionamento não é a determinação de seus membros, o comprometimento com seus objetivos, com as lutas, ou o regimento interno que normatiza suas regularidades, mas sua arquitetura matricial que, nas práticas discursivas e não-discursivas, é produzida e reproduzida continuamente e, em cuja lógica se apóia a fabricação das subjetividades sindicais engajadas.

Imergindo ‘a produção exuberante dos discursos sobre o sexo no campo das relações de poder’, Foucault atentou para alguns pontos, não como imperativos metodológicos, mas como ‘prescrições de cuidado’ (FOUCAULT, 1988: 92) que, aplicados de modo análogo são bastante oportunos a este trabalho, na medida em que socorrem no escapular aos engodos da encenação. Tais cuidados primeiramente se traduzem na percepção de que não existe um conhecimento libertador, científico, desinteressado e livre que tenha gerado a luta sindical; mas relações de poder que tornaram possível esse modo de resistência

¹⁵ ‘O acontecimento não é nem substância, nem qualidade, nem processo: o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva (...) [mas também] não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (...). A filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporal.’ (FOUCAULT, 2000:58).

nas – ou para – as relações de trabalho (regra da imanência). A percepção de que, ao contrário, daquilo que se referenda nos momentos nos quais, no embate, a vitória sindical se traduz na *tomada* do poder, o que ocorre são modificações das correlações de força gerando matrizes de transformação (regra das variações contínuas).

Importa, então, atentar para as estratégias globais em que se insere tal *esquema de transformações*, já que essas não são possíveis se não arraigadas numa estratégia global. Mas, inversamente, nenhuma estratégia gera efeitos globais se não apoiada em relações tênues e imprecisas que lhe servem de suporte, de pontos de fixação (regra do duplo condicionamento). Também não há nos discursos sindicais um discurso hegemônico admitido frente a um outro excluído, um dominante e outro dominado, mas uma multiplicidade de elementos discursivos que penetram em estratégias diferentes. É preciso entender que no jogo complexo e instável de poder das relações sindicais, o discurso pode ser instrumento e efeito de poder, mas, também obstáculo e escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta - regra da polivalência tática dos discursos. (FOUCAULT, 1988:96).

Imergir as falas sindicais da microanálise pesquisada no campo das relações de poder, múltiplas e móveis, levanta a questão imprescindível de que esses *cuidados de prescrição* aconselhados por Foucault, só se efetivam mediante a possibilidade de um olhar menor, efetivamente voltado aos micropoderes, de tal modo que seja, por isso também, cotidiano.

Viver o engajamento sindical desde o movimento estudantil, início da carreira docente, até o momento desta pesquisa, especificamente no espaço microanalítico do Sindicato dos Servidores e Professores da Universidade Regional de Blumenau – SINSEPES - e pôr a atenção de pesquisa à mercê disso é, num quase paradoxo, o que permite controlar as possíveis encenações nas relações de poder que se pretende apreender.

É também esta não neutralidade que instrumentaliza a microfísica do detalhe e que, ao invés de correr o risco de situar-se refém de falas, constitui uma genealogia na acepção foucaultiana¹⁶ da palavra. Foucault quando trata da genealogia na *Microfísica do Poder* (1979) mostra como as abordagens que pretendem dar conta de qualquer coisa, ao considerar que ‘as palavras tivessem guardado seu sentido, os desejos sua direção, as idéias sua lógica; como se esse mundo de coisas não tivesse conhecido invasões, lutas, rapinas, disfarces, astúcias’ (FOUCAULT, 1979:15), ignoram a singularidade dos acontecimentos. A genealogia se refere à possibilidade de marcar a singularidade dos acontecimentos espreitando-os lá onde menos se espera, no que é tido como não possuindo história. A genealogia se opõe à pesquisa das origens, pois isto significa procurar encontrar uma imagem exatamente adequada daquilo mesmo que era, desvelando uma suposta identidade primeira, ao gosto de que as coisas, em seu início, se encontrem em estado de perfeição. Entretanto, o que existe no começo histórico das coisas é a discórdia entre elas, seu disparate. É desse modo que, para a genealogia, é ‘indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona (...). A genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência. Ela deve construir seus momentos ciclóticos não a golpes de grandes erros benfazejos, mas de pequenas verdades inaparentes estabelecidas por um método severo’ (FOUCAULT, 1979: 15-16).

¹⁶ Foucault, quando trata da genealogia na ‘Microfísica do Poder’ (1979), demonstra como as abordagens que pretendem dar conta de qualquer coisa, considerando que ‘as palavras tivessem guardado seu sentido, os desejos sua direção, as idéias sua lógica; como se esse mundo de coisas não tivesse conhecido invasões, lutas, rapinas, disfarces, astúcias’ (FOUCAULT, 1979:15), ignoram a singularidade dos acontecimentos. A genealogia refere-se à possibilidade de marcar a singularidade dos acontecimentos, espreitando-os lá mesmo, onde menos se espera, e no que é tido como não possuindo história. A genealogia se opõe à pesquisa das origens, pois isto significa procurar encontrar uma imagem exatamente adequada daquilo mesmo que era, desvelando uma suposta identidade primeira, ao gosto do que as coisas se encontravam, em seu início, em estado de perfeição. Entretanto o que se encontra no começo histórico das coisas é a discórdia entre elas, o disparate. Por isso, para a genealogia, é ‘indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona (...). A genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência. Ela deve construir seus momentos ciclóticos não a golpes de grandes erros benfazejos, mas de pequenas verdades não aparentes estabelecidas por um método severo’ (FOUCAULT, 1979: 15-16).

Sem que soe ousadia, é a condição pessoal de pesquisa que, nessas relações sindicais docentes particulares estabelece condições e possibilidades que permitem construir a microfísica do detalhe e onde as encenações se condicionam à filtragem de quem viveu e vive as singularidades dos acontecimentos.

CAPÍTULO I

A Emergência Sindical Brasileira na Sociedade Disciplinar.

1. Movimento Operário: Mutualismo, Anarco-sindicalismo e Sindicatos.

As pesquisas sobre o sindicalismo brasileiro, em geral, abordam a caminhada do movimento dos trabalhadores como resistências criadas e articuladas em resposta às exigências dos diferentes arranjos instalados ou pretendidos na produção material com o objetivo de, nesses contextos, defenderem os direitos dos trabalhadores¹⁷. O sindicalismo é compreendido como um movimento de trabalhadores que se organizam em relação aos arranjos político-econômicos. As formas de ação sindical ‘ (...) correm dentro de um quadro de determinações econômicas, políticas e tecnológicas que balisam as possibilidades de afirmação desta ou daquela tendência sindical operária’. (L.M.RODRIGUES apud RATTNER, 1990: 121), determinando os caminhos sindicais na medida em que, dependendo do nível de exigência que lançam, influem na maior ou menor organização trabalhista.

É esse lastro de pesquisa que permite generalizar três grandes etapas na história do sindicalismo brasileiro: a do sindicalismo de ofício, a do sindicalismo de trabalhadores industriais e a do sindicalismo do setor público, de especial interesse a este estudo¹⁸.

¹⁷ A extensa bibliografia sobre o tema é contemplada com algumas obras de referência de Leôncio Martins Rodrigues, Azis Simão, Maria Hermínia Tavares de Almeida.

¹⁸ A periodização do movimento sindical organizada a partir destes mesmos fatores externos ao sindicalismo, tais como a legislação trabalhista e o desenvolvimento industrial, levam a outras periodizações como é o caso de Antonio Carlos Bernardo (in AZEVEDO, 2002:20) que fala de uma primeira fase embrionária, de 1853 a 1901 e que se caracterizava pelas associações mutuais e de beneficência, uma segunda fase de transição, de 1901 a 1906 onde coexistiam associações mutuais, beneficentes e de resistência. A fase que foi de 1906 a 1929 onde predominaram os sindicatos de resistência e a fase ministerial que iniciou em 1930 e que inaugurava a ingerência do Estado nas associações sindicais.

O movimento de trabalhadores que emerge no Brasil da Primeira República, reconhecido pela historiografia oficial como sindicalismo de ofício, corresponde ao momento em que as idéias anarquistas foram preponderantes entre os trabalhadores¹⁹.

Segundo Alem (1991:58), enquanto na maior parte da Europa e até mesmo na América Latina, os partidos socialistas se fortaleciam através de forte implantação sindical, no Brasil prosperava as tendências libertárias da ação direta.

A despeito das várias pesquisas que abordam a experiência libertária brasileira nas duas primeiras décadas do século XX, ‘praticamente não há obras que se aprofundam na pesquisa específica sobre o anarquismo e anarco-sindicalismo, nos anos 20 e 30’ (AZEVEDO, 2002:29) e menos obras há, ainda, sobre sua continuidade a partir dos anos 30. Segundo Azevedo (2002), Edgar Rodrigues é o único a focalizar a permanência do anarco-sindicalismo após os anos 30, utilizando vasta documentação de seu arquivo pessoal para narrar ‘a atuação anarquista espalhada por todo o país em suas disputas, principalmente com os comunistas’ (AZEVEDO, 2002:29). No entanto, é a própria Azevedo com seu estudo sobre como os militantes anarquistas adequaram suas formas de atuação frente ao contexto que se desenhava novo, no período de 1927 a 1937, que soma importante contribuição à de Edgar Rodrigues.

Nessas obras fica claro que, a despeito da bibliografia sindical apontar freqüentemente a *desagregação* da concepção anarquista do sindicalismo, já no início dos anos 1930, devido à concorrência com o comunismo, repressão policial, carência de estrutura organizativa, ausência de centralização e falta de participação político-parlamentar (AZEVEDO, 2002), o sindicalismo de cunho libertário não se organizou em resposta, nem foi

¹⁹A posição majoritária ocupada pelo pensamento anarquista no sindicalismo, no início da organização operária, assinalada pela historiografia oficial, pode ser comprovada nos vários documentos que registram tanto os temas abordados (quase todos numa perspectiva libertária), quanto as entidades presentes nos encontros operários, especialmente durante os anos 1910 e 1920.

dissuadido como uma incapacidade frente a seus opositores ou aos ditames político-econômicos.

Nos estudos de Azevedo (2002) e de Edgar Rodrigues o movimento operário não é tomado numa perspectiva centrada no Estado e nos deslocamentos da política institucional, mas em aspectos pouco abordados (seu cotidiano, funcionamento e relações que constituem uma mentalidade, uma cultura) onde, justamente por direcionar a atuação a planos considerados periféricos, o pensamento libertário é privilegiado no movimento sindical, assim como os modos de subjetivação.

A preponderância da tendência libertária da ação direta no início do movimento operário brasileiro caracterizou o sindicalismo daquele período de modo bastante peculiar, já que não houve, como no movimento operário europeu, a inclusão dos padrões corporativos que, no âmbito sindical, preservassem privilégios conforme o grau de qualificação profissional.

O sindicalismo aplicado no Brasil foi, desde o início, uma associação de assalariados (SIMÃO, 1966: 159), onde o operariado se distanciava das chefias e estas por sua vez, não se consideravam e nem eram consideradas operários, o que também diferia o movimento operário brasileiro do estadunidense²⁰.

Foi justamente pela preponderância do pensamento anarquista e pelo conseqüente repúdio de qualquer privilégio que, no início do movimento operário brasileiro, não se permitiu que hierarquias se instalassem instituindo postos ou escalonamento de funções sindicais.

²⁰ Neste período bastante conservador, o sindicalismo estadunidense era constituído exclusivamente por trabalhadores brancos, qualificados, de sexo masculino, nos quais mulheres, aprendizes e trabalhadores de baixa qualificação não eram admitidos. (L.M.RODRIGUES, 1999: 84).

A opção por uma posição absolutamente distinta desses padrões no movimento operário nacional²¹ se fez clara já no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, considerando:

Que os mestres e contra mestres são, pelo lugar que ocupam, os verdadeiros representantes dos patrões; (...) [e] devem ser excluídos dos sindicatos operários, podendo em casos excepcionais, fazer-se um regulamento interno para regularizar a admissão dos mesmos. (E.RODRIGUES, 1979: 106).

Esta posição se apóia numa ética libertária de companheirismo em que interessa e importa a realização da vontade própria de cada um.

Mas, bem sabemos que nem sempre é isso que impera, pois a vontade própria pode ser e não raro é constrangida pela vontade alheia. Para Neno Vasco (1984: 54) as tecnologias usadas para constranger a vontade própria podem operar através do emprego objetivo da violência ao corpo, pela detenção por alguns das condições de vida da maioria ou por uma série de coerções exercidas diretamente sobre a inteligência através do engano e mentira, ou, indiretamente, pelo monopólio do saber e da instrução. A violência econômica é exercida por uma minoria que detém não só as riquezas acumuladas pelo trabalho daqueles que as produzem, mas também os meios para produzi-las. A violência política se encontra sistematicamente exercida pelo Estado, através de dispositivos de poder que garantem o monopólio capitalista sem descuidar dos interesses próprios. ‘Para que o homem seja livre (...) é, pois necessário começar por atacar o edifício das mentiras (...) para chegar enfim a destruir ao mesmo tempo a coacção econômica e a política’ (VASCO, 1984: 58).

²¹ Mesmo que forças divergentes ao pensamento libertário tivessem se sobreposto na tentativa de implantar no movimento dos trabalhadores atribuições hierárquicas que partissem dos diferentes nivelamentos ocupacionais, a limitação contextual brasileira teria sido um sério impeditivo na medida em que não houve, constituída no Brasil, uma classe artesã mais qualificada que pudesse se alojar numa estrutura sindical superior. A industrialização e urbanização brasileiras não foram precedidas de uma sociedade artesanal mais elaborada - como no *velho mundo* - que pudesse vir a pleitear distinções sindicais. Quanto aos imigrantes bem qualificados que aqui chegavam e que se envolviam nos movimentos trabalhistas, podendo residualmente implantar diferenciações no movimento operário, eram quase todos de posições socializantes, predominantemente anarquista.

Os anarquistas desejam a socialização dos meios de produção, da terra e dos instrumentos de trabalho e reclamam o fim do Estado pela socialização do poder político através da *ação direta*²², substituindo a organização política autoritária por uma organização política anarquista ‘(...) que parta do indivíduo para a sociedade, associando-se livremente os indivíduos, federando-se livremente aos grupos’ (VASCO, 1984: 59).

Nesse sentido, Edgar Rodrigues distingue Sindicatos Autônomos, Reformistas ou Possibilistas e Anarco-Sindicalistas ou Revolucionários²³ (2004a:20-22, 2004b: 204-206, 1979:261-262,).

Os Sindicatos Reformistas, ao contrário, são aqueles que admitem melhorar as situações políticas por meio da participação e colaboração de líderes operários no governo, bem como através da adoção de leis reguladoras. Os Sindicatos Autônomos se distinguem pela posição de independência em relação às instituições governamentais, localizando nestas, intenções de subordinação aos interesses partidário-eleitoreiros. Apesar desta independência, a ação se restringe às conquistas econômicas sem preocupações, nem objetivos de emancipação social. Sindicatos Políticos são aqueles impostos e regulados por leis estatais e objetivam obrigar o trabalhador a se deixar conduzir, em grandes grupos, por líderes que pensam e decidem por eles, ditando o que e como fazer.

²² Expressão usada pelos anarquistas para resumir a maneira como os trabalhadores devem tratar diretamente, sem intermediários políticos de nenhuma espécie, de seus interesses. Uma tática de luta de manifestação espontânea e refletida, sem intervenção de agentes externos à vontade e à consciência operária. (E.Rodrigues. 1997: 335). ‘Segundo os princípios fundantes do anarquismo, cada indivíduo é o melhor juiz de sua capacidade de agir. O trabalhador deve, portanto, confiar na influência da sua própria ação, direta e autônoma, prescindindo de intermediários no conflito capital x trabalho’ (LOPREATO, 2000:89).

²³ Azevedo (2002:75) usa a expressão *sindicalistas revolucionários* acoplada ao anarco-sindicalismo em especial e à defesa do anarco-comunismo. Edgar Rodrigues (1979, 2004) equivale o termo *sindicalismo revolucionário* ao anarco-sindicalismo sem maiores justificativas.

O anarco-sindicalismo²⁴ é uma doutrina e um método de luta de múltiplas funções, ou, em várias frentes: educação social, instrução, cultura, preparação artística, técnica e científica, objetivando muito mais do que a destruição do sistema capitalista, mas a derrocada de um tipo de governabilidade estatal através da construção de alternativas de ação e gestão diretas. Como doutrina, parte do indivíduo e almeja, para além das conquistas econômicas, uma sociedade de irmãos, partindo da criança ao adolescente, até o adulto, com vistas a erradicar os males deformadores do caráter – egoísmo, luta diária pelo espaço vital, guerra cotidiana, domínio do mais forte, mais inteligente, mais audacioso, sobre os menos capazes – numa concepção que pretende ligar os homens emocionalmente pelo cérebro e associá-los voluntariamente por interesses comuns. Como método de luta pretende a anulação do Estado, das leis e do capitalismo, onde a força reside num conjunto de agrupamentos voluntários, ligados em função da igualdade social. A proposta é de liquidar, pela *ação direta*, os males da sociedade burguesa, através da realização prática e experimental, baseada em leis científicas, sociológicas e psicológicas, e, através do pleno desenvolvimento da justiça social, alcançar, pelo trabalho coletivo e autogestionário, a igualdade de direitos, de deveres e de bem estar. Para o anarquismo ‘um homem vale um homem e a sua preservação e desenvolvimento é o

²⁴ Cubero (2004:22) afirma que o anarco-sindicalismo não é uma denominação que tenha saído do movimento operário e que esta nunca foi utilizada pelos militantes sindicais anarquistas. Para Cubero a atuação libertária no movimento de trabalhadores é menos uma teoria a orientar a prática e mais uma ação libertária que se faz dentro do sindicalismo. O anarco-sindicalismo, que segundo Cubero (2004:22) assim não se denominava, era no Brasil - como em todos os outros lugares – um movimento que se caracterizava por anarquistas atuando dentro do sindicalismo. Mas, ‘(...) por grande que fosse o número dos anarquistas que se reconhecessem nesta maneira de encarar o movimento sindical, houve sempre posições diversas (...) [no entanto], a questão do sindicalismo, isto é, da organização e ações operárias, tem um estatuto de *questão tácita*, tanto para anarquistas históricos (os pais fundadores e divulgadores do anarquismo, do tipo de um Bakunine, Kproptkine, Reclus, Malatesta ou Grave), como para os inúmeros militantes propagandistas da *causa*’. (FREIRE in VASCO, 1984:9). Em contraposição, Azevedo (2002: 75), ao retomar às discussões travadas entre anarquistas adeptos ao sindicalismo e anarquistas *não sindicalistas* na imprensa operária da época, afirma que ‘os partidários do sindicalismo intitulavam-se anarco-sindicalistas ou sindicalistas revolucionários, não se excluindo da defesa anarco-comunista’. Situação resultante das diferentes propostas anarquistas de atuação no movimento sindical, que dependendo do que se venha a priorizar, encaminha uma ou outra perspectiva. De qualquer modo, a partir dos vários registros que referendam o termo ‘anarco-sindicalismo’, a perspectiva que se adota nesse trabalho vai ao encontro do que Azevedo (2002) afirma.

primeiro e mais importante passo a dar para integrá-lo no mundo da natureza, ecologicamente falando' (E.RODRIGUES, 2004: 205-206).

Tomamos o nome de anarquistas ou libertários, porque somos inimigos do Estado, isto é, do conjunto das instituições políticas que têm por fim impor os seus interesses e a sua vontade, mascarada ou não com a vontade popular. O governo (poder executivo, legislativo e judicial), sob o pretexto de cuidar dos interesses gerais, não faz mais do que defender a classe economicamente mais forte que o ampara e acolhe. (VASCO, 1984: 60).

Desse modo, para entender a realidade do mundo operário, seus debates e congressos, é preciso, mais que tudo, retratar o trabalhador, situando-o em seu contexto social, seu padrão de vida, formas de trabalho, horários irregulares, condições de higiene dos locais de trabalho, precárias condições de transporte, enfim, entender, através dessas visibilidades, como era considerado o trabalhador e o que este significa como criatura humana no quadro da sociedade. (E.RODRIGUES, 1979: 198).

O operariado, militante, sindicalista ou não, surge como classe a partir da implantação do modo de produção capitalista. Mas, o que efetivamente transformou o artesão, dono de seu tempo e modo de produção, no empregado que obedece a uma racionalidade e tempo que lhe são alheios, numa lógica que estabelece regras criadas para atender a interesses geralmente antagônicos aos seus individuais e de classe; é o lugar que ocupa no mercado de trabalho e que o posiciona na sociedade.

O que caracteriza o operariado, mais que sua condição na produção, é o modo como é considerado e o que significa como criatura humana no quadro da sociedade (E.RODRIGUES, 1979: 198). Não são prioritariamente as macro-estruturas econômicas, políticas e sociais que determinam o trabalhador, mas os efeitos de conjunto delas que o constituem e o fazem constituir-se como tal.

Neste sentido, a obra de E. Rodrigues, uma ‘autêntica arqueologia da organização do trabalhador’ (ABRANTES in EDGAR RODRIGUES, 1979: 11.) expõe aspectos ignorados na historiografia sindical *oficial*. Rodrigues toma o anarco-sindicalismo na amplitude da ação anarquista que, no interior do embate entre as forças que compõem o movimento operário, abala a representatividade, base do pensamento sindical contemporâneo. Rodrigues explicita, nessas relações de poder, o desvio que a estratégia libertária sindical toma para outras formas de atuação ácrata. Corroborado pelos documentos dos primeiros congressos de trabalhadores realizados no país²⁵ e de relatos de ativistas da época²⁶, este autor remonta os primeiros passos do movimento operário brasileiro, unificando forças para amparar os trabalhadores em associações que ficaram conhecidas por *mutuais*²⁷.

Para Simão (1966) também a primeira forma de organização operária, na perspectiva de classe social com que se lida hoje, foi de fato o mutualismo. Segundo este autor, as *Ligas Operárias* foram as primeiras associações que, para além do mutualismo, pretendiam a defesa dos interesses comuns e imediatos dos trabalhadores. As Ligas procuravam incrementar a solidariedade de classe através de exigências de melhoria de salários, diminuição de horas de trabalho e outras semelhantes. Mais tarde, sublinha Simão, surgidas destas Ligas, advêm as *Sociedades de Resistência* que unindo ofícios diversos, se desenvolvem e implantam algumas filiais pelo país afora, conectadas a centrais estabelecidas nas grandes cidades. Ao seu lado

²⁵ Dentre os 26 tópicos discutidos no 1º Congresso Operário Brasileiro, 10 se referiam às questões de assistência aos trabalhadores. No segundo, dentre os 23 temas discutidos, 05 se referiam às condições de precariedade no trabalho. No terceiro Congresso Operário Brasileiro, entre os 15 temas discutidos, 05 eram relativos às condições de trabalho e assistência ao trabalhador. (E.RODRIGUES, 1979: 95-172). Na primeira Conferência Operária Estadual de São Paulo, realizada logo em seguida, os 14 temas de discussão estão relacionados ao auxílio mútuo. (E.RODRIGUES, 1979: 23-26)

²⁶ O depoimento da anarco-sindicalista Luzia Ferreira de Medeiros (RODRIGUES, 1979: 212), como muitos outros, referenda a ‘Associação de Socorros Mútuos’ como uma prática paralela ao movimento sindical, destinada a auxiliar todos os companheiros necessitados, mas, principalmente, os que, por se envolverem em movimentos operários, não raro eram perseguidos e acabavam em má situação.

²⁷ Prática herdada principalmente do movimento operário português, as mutuais se destinavam ao auxílio em serviços médico-farmacêuticos, ajuda em caso de enfermidades, desemprego, invalidez e funerais.

surgem algumas instituições autônomas mais ou menos beneficentes, ora apoiando as greves que começam a surgir, ora elaborando manifestações políticas (SIMÃO, 1966:162).

O Estado, por sua vez, outorgando exclusivamente ao patrão o gerenciamento de seu negócio, reforçava a cultura patriarcal em que o patrão é o pai, senhor soberano com plenos poderes sobre os filhos, no caso, sobre os operários.

A crítica marxista que acusou as *mutuais* de incorrerem no mesmo erro de remeter ao *privatismo* de Estado e corroborarem com o abandono dos operários, ao invés da possibilidade inversa, ignorou a série de aconselhamentos que o I Congresso Operário Brasileiro dirigiu aos operários e às associações de resistência. Nesses aconselhamentos a inapetência anarquista para com a ação mutualista da forma como vinha ocorrendo é claramente dirigida às associações de auxílio mútuo mantidas por multas relativas a faltas no trabalho, aplicadas aos próprios operários. Neste sentido, as associações de trabalhadores deveriam forçar os patrões a providenciar condições de trabalho e amparo: ‘ (...) os operários devem, negando-se a pagar as referidas multas, resistir de modo a não dispor de outra caixa que não seja a destinada a este fim, esquivando-se de fazerem parte de semelhantes associações.’ (E.RODRIGUES, 1979:108). Este aconselhamento se repete no 3º Congresso Operário brasileiro (E.RODRIGUES, 1979: 169).

Muito provavelmente, foi com base nesses aconselhamentos, que Simão concluiu em *Sindicato e Estado* que, para os anarquistas, as mutuais e as cooperativas não deveriam concentrar a ação do operariado uma vez que estavam relacionadas às ‘... técnicas sociais de conformação dos trabalhadores à sociedade de classes, criando falsa expectativa de poderem melhorar suas condições de vida sem afetar as relações e o custo da produção’ (1966: 162-163). Para Simão, estas são as causas que motivam os anarquistas a se oporem às caixas beneficentes das empresas, bem como à inclusão do mutualismo entre as finalidades do sindicato.

Apesar da obviedade do repúdio anarquista às caixas beneficentes das empresas²⁸, a afirmação de que os anarco-sindicalistas se opunham ao mutualismo como um todo não considera a multiplicidade de tendências, decorrente da própria proposta anarquista. A ação anarquista no sindicalismo se refere a um conjunto de práticas e associações libertárias no campo das vivências dos trabalhadores libertários onde, por isso mesmo, não há privilégios ao aspecto discursivo de suas experiências.

Dessa forma, entender que *anarco-sindicalistas* eram contrários ao mutualismo é ignorar a perspectiva libertária da prática mutualista que redefiniu as bases do sindicalismo e não atenta à *Teoria da Propriedade Mutualista e Federalista*, onde Proudhon explicita que a origem da propriedade não se encontra num direito individualista que escondeu sua verdadeira natureza e a desviou de seus fins.

Para Proudhon, a origem da propriedade é sociológica e só pode ser compreendida pelas relações dialéticas do Estado e da sociedade econômica. Diante do Estado a propriedade é um direito absoluto do conjunto da sociedade econômica e diante das relações desta sociedade econômica e de seus membros, ela é um direito relativo. A propriedade tem, portanto, função sócio-política da qual decorrem, para o anarquista, a mutualização da agricultura e a socialização da indústria.

A teoria mutualista e federativa da propriedade mostra como a federação agrícola-industrial e o Sindicato da Produção e do Consumo, que a abrange, encontram seu suporte na associação federalista em mãos dos grupos e indivíduos que ela engloba. Deste modo, na propriedade mutualista e politicamente federalista, a exploração é pessoal, familiar ou artesanal, porém a participação é individual.

²⁸As Caixas Beneficentes das Empresas foram associações não voluntárias, instituídas pelos empregadores, mantidas pelos próprios trabalhadores através dos descontos compulsórios ou multas aplicadas às infrações aos regulamentos do trabalho que os operários viessem a cometer. Vários são os depoimentos, nas obras de Rodrigues, que comprovam a cobrança compulsória da *caixa beneficente* que se destinava a prestar o mínimo de socorro ao trabalhador, com o máximo de economia ao empregador. ‘Considerando que as multas nas oficinas e nas fábricas, sob quaisquer pretextos, são prejudiciais aos trabalhadores, o *Primeiro Congresso Operário Brasileiro* aconselha uma forte resistência contra as mesmas.’ (E. RODRIGUES, 1979: 107).

No entanto, no seio da propriedade federalista emerge a propriedade-função, que advém do fato da exploração necessitar do emprego de uma força coletiva maior, onde a participação de todo grupo é condição para que a propriedade se torne coletiva e se constitua numa propriedade de empreendimento que é, porém, reservada exclusivamente àqueles que a valorizarem. A propriedade-função se refere, então, a pessoas individuais.

Tal critério econômico leva a uma soluções diferenciadas segundo cada um dos setores econômicos: para a agricultura, a propriedade individual como regra; para a indústria, a propriedade coletiva; para os serviços que requerem a participação de todos, a propriedade cooperativada. Entretanto, entre essas propriedades há uma permuta de tal forma que, as propriedades agrícolas, são também mutuadas; as industriais, propriedade pessoal de comunidades de empresas; e a propriedade cooperativada é uma propriedade comum de produtores e consumidores. Portanto, o princípio da mutualidade é inspirado na reciprocidade-liberdade-solidariedade que traduz a autonomia e o ajuste à realidade dos seres coletivos que constituem a sociedade econômica, entendida esta como uma coletividade geral. Portanto, na realidade prática em relação ao Estado, a propriedade mutualista e federativa é um direito da sociedade econômica, indivisa a cada uma das pessoas individuais e coletivas da sociedade, e tem como função política, implicada exatamente pela propriedade federalista, o direito à propriedade dos instrumentos de trabalho e à gestão econômica. Deste modo, a Federação Industrial é formada pelos grupos de propriedades de empresas; a Federação Agrícola, pela Comuna Rural das propriedades de exploração e a Federação Agrícola-industrial é formada pela união destas duas federações. É a Federação Agrícola-industrial que, no seio do Sindicato Geral da Produção e do Consumo, forma o Sindicato da Produção. O Sindicato do Consumo formado pela união dos consumidores, constrói o Sindicato Geral de Produção e do Consumo, órgão central da sociedade econômica onde a propriedade cooperativa dos serviços se liga federativamente ao Sindicato Geral.

No entanto, é certo que o mutualismo a que Simão (1966) se refere não tem essas mesmas perspectivas, menos ainda tem algo a ver com a ‘(...) doutrina de socorro e apoio mútuo, do cooperativismo (gênese do sindicalismo) veículo de reivindicações, de ação direta e da emancipação social, vividas pelos anarco-sindicalistas.’ (E.RODRIGUES, 1979: 79).

O mutualismo de que trata o anarco-sindicalismo, como se vê, tem bases teóricas sólidas e difere profundamente do mutualismo que foi encampado pela Igreja, pelos patrões²⁹ e por membros do movimento de trabalhadores menos críticos.

É só em meados do século XX que surge e cresce – nos dois extremos - a necessidade de administrar e ordenar as relações de produção a partir da interferência jurídico-formal – o que não gera descontinuidade alguma, ao contrário.

Mas, inversamente ao que afirma Simão (1966) e tantos outros que o prosseguiram, as pesquisas de Edgar Rodrigues mostram que as diversas formas associativas de trabalhadores nasceram concomitantes e atuaram misturadas³⁰, mostrando que todos os modelos sindicais (autônomos, reformistas, possibilistas, políticos ou anarquistas) têm em comum o fato de partirem de agrupamentos reivindicatórios³¹ localizados para uma União de Sindicatos, desta União para as Federações Regionais e destas para uma Confederação Nacional (E. RODRIGUES, 2004: 204).

²⁹ Apesar de ter sido uma estratégia de solidariedade entre trabalhadores, sem nenhum cunho religioso, com o passar do tempo, a prática mutualista facilmente foi adaptada aos interesses religiosos exatamente por suas raízes humanistas. O mutualismo, desse modo, foi uma prática bastante útil aos padrões das associações operárias católicas tanto quanto as Caixas Beneficentes foram para as empresas. Vale ressaltar que desde a mudança de linha política assumida pela Igreja Católica com a *Rerum Novarum* em 1891 o demônio liberal foi substituído pelo demônio socialista, levando a cúpula da Igreja a repudiar as organizações de esquerda, inserindo-se, por isso, no meio operário (ALEM, 1991: 59), a fim de salvar os operários.

³⁰ Assim é no I Congresso Operário Brasileiro, em abril de 1906, quando entre as entidades se encontram Ligas diversas, Uniões de Ofícios, Juntas Auxiliadoras, Centros de Operários, Sociedades de Resistência, várias Associações mistas ou não, Centros Internacionais... (E.RODRIGUES, 1979: 98).

³¹ Várias associações sindicais dirigem suas reivindicações ao Estado por entendê-lo como o elemento que vai prover ou cuidar para que se promova o atendimento ao que se pleiteia: melhorias nas condições de trabalho, remuneração e melhor distribuição de renda, direitos trabalhistas como: férias, jornada mínima de trabalho, assistência à saúde, formação profissional, etc. Já a perspectiva anarquista, imprime em tais reivindicações a auto-organização, de tal modo que aquilo que se exige e pelo que se luta é a liberdade de organizar e gestar seus próprios benefícios.

A concepção anarquista de sindicalismo, mesmo defendendo a agregação sindical em confederações trabalhistas, não deixava de firmar a liberdade na unidade, resguardando ‘a autonomia do indivíduo dentro do sindicato, do sindicato dentro da Federação, da Federação dentro da Confederação.’ (E.RODRIGUES, 1979: 35).

A partir dessa perspectiva, no início do século XX, a política parlamentar era vista, entre boa parte dos anarquistas, como um empecilho, pois o partidarismo, por si só, levaria o operariado a dividir-se em defensores e inimigos da ação eleitoral e parlamentar, produzindo, entre os últimos, rivalidades de partidos e candidatos.

O estudo de Edgar Rodrigues (1979: 19-194) sobre os primeiros congressos nacionais e encontros estaduais no início do século XX ³² explicita como o predomínio anarquista foi responsável por manter, por algum tempo, os sindicatos livres de influências político-partidárias³³. Este período é realçado pelo autor como o momento em que o sindicalismo manteve sua originalidade livre em que a política foi ‘em suas diversas modalidades, declarada a mais formidável barreira que se opõe às aspirações igualitárias dos trabalhadores’ (E.RODRIGUES, 1979: 66).

Os sindicalistas repelem, por princípio, qualquer forma de operosidade parlamentar, qualquer colaboração nas corporações legislativas, partindo da convicção de que mesmo o mais livre sistema eleitoral não poderá diminuir os contrastes pronunciados que existem no âmago da sociedade atual, e de que todo o regime parlamentar só tem por fim dar ao sistema da injustiça social a aparência do direito legal, autorizar, assim, o escravo a opor-se à sua própria escravidão – o selo da lei. (E.RODRIGUES, 1979: 47)

Afastar o sindicalismo da ação partidária parlamentar não significava, no entanto, banir a luta política das atividades dos operários, mas, eliminar táticas políticas que

³² Apesar do primeiro Congresso Operário Brasileiro, de âmbito nacional, ocorrer em 1906 e o segundo em 1913, antes e após isto, mas principalmente neste interstício, houve uma série de Congressos Operários pelos estados (RODRIGUES, 1979:78-94).

³³ Os aconselhamentos do I Congresso Operário Brasileiro, em 1906, sobre quase todos os temas, reforçavam incisivamente o afastamento de qualquer perspectiva político-partidária, fosse qual fosse. (RODRIGUES, 1979: 106-112).

dividissem os trabalhadores e o partidarismo político é uma das mais poderosas táticas de divisão dos trabalhadores, neste quesito. A eliminação da exploração de possíveis objetivos políticos de congressistas e operários, defendia a maioria dos anarquistas, garantia o foco nas questões exclusivamente sindicais. Ademais, operários constituídos em sindicatos de ofícios, agrupados em Federações que, por sua vez, se reuniam em uma Confederação, argumentavam que já se configurava um grande partido político (E.RODRIGUES, 1979: 35), na medida em que formavam uma força política contundente, que poderia ter significativa influência representativa parlamentar, se fosse o caso.

Mas, é desde a criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, que grupos de correntes sindicais antagônicas passaram a se enfrentar com significativa violência, apesar da maioria dos fundadores do Partido Comunista ser proveniente do movimento anarquista – conforme Fausto (2001:107) e Edgar Rodrigues (1993: 25), onze no total³⁴. Essa é uma marca comum no sindicalismo de quase todos os países da América do Sul, onde os Partidos Comunistas foram surgindo a partir de cisões entre as várias matizes socialistas.

As discussões que permeiam a quase totalidade dos eventos operários do início do século XX a respeito do envolvimento partidário são sintomáticas: o aconselhamento às associações operárias sobre a adoção da designação de *sindicato* para melhor sintetizar objetivos, feito já durante o Primeiro Congresso Operário Brasileiro em 1906 (E.RODRIGUES, 1979:102), somado ao de que assumissem posição de resistência às intromissões estranhas ao mundo do trabalho (E.RODRIGUES, 1979: 118) é uma visibilidade da disputa que foi se instalando entre marxistas e anarquistas.

No Brasil, até 1930, o PCB foi um partido pequeno, predominantemente formado por operários, não ultrapassando a casa dos mil membros (FAUSTO, 2001:170), que logrou

³⁴ O cérebro do *desvio* que ocorre no movimento operário brasileiro com a criação do PCB é Astrojildo Pereira, grande líder que na Greve Insurrecional de 1917, no Rio de Janeiro, havia sido preso por intensa participação. É justamente no cárcere que, em 1918, Astrojildo escreve um poema em homenagem a José Oiticica, atacando não só o Estado brasileiro, mas os Estados em geral. (E.RODRIGUES, 1993: 13).

garantir penetrabilidade no meio sindical, já que os sindicatos eram elementos de sustentação do Partido Comunista na promoção da revolução democrático-burguesa, primeira etapa para a revolução socialista.

O antagonismo entre sindicalistas no Brasil reflete desentendimentos sindicais por toda parte e tem sua gênese no ano de 1872, durante o quinto Congresso da Internacional Comunista em Haia, na Holanda, quando Karl Marx e seus seguidores expulsam o anarquista Bakunin da plenária. É a partir do Congresso de Haia que surgem as expressões *Comunismo Autoritário* e *Comunismo Libertário* designando diferenças no seio do movimento comunista³⁵.

Acentuando-se especialmente a partir da criação do Partido Comunista Brasileiro, apesar da indiscutível maioria libertária, disputas entre ‘comunistas autoritários’ e ‘comunistas libertários’ sempre estiveram presente, desde os primeiros Congressos trabalhistas.

No caso específico do *sindicalismo carioca*, Samis e Ramos (2002:211) afirmam que, a despeito do cooperativismo ter perdido, na última década do século XIX, o controle de uma significativa parcela das organizações operárias para os anarquistas, isso não impediu que vestígios de práticas cooperativistas permanecessem acionando princípios sindicais que atribuíam papel ativo ao Estado, contrariamente ao que preconizam os anarquistas.

Diferentemente do restante do país, a predominância inicial do cooperativismo no movimento de trabalhadores do então Distrito Federal se fez graças a uma ‘elite política de oposição que acenava constantemente com a possibilidade de consecução da harmonia social

³⁵A manobra que Paul Lafarge, genro de Carl Marx, executa ao formar indevidamente uma ‘delegação pessoal’, que expressa voto favorável à expulsão de Bakunin, enganosamente dado em nome do Movimento Operário Português, facilita à Marx e seus seguidores construir unicidade em torno de seu pensamento no interior do Movimento Operário Internacional (E. RODRIGUES, 1976: 94). Da mesma forma que no Movimento Operário Português, esta situação gerou rupturas e também instituiu divergências entre socialistas no Brasil e no mundo todo.

através das instituições do Estado’, o que fundamentava projetos de consecução de partidos políticos trabalhistas (SAMIS e RAMOS, 2002: 212).

Em meados do século XIX os trabalhistas cariocas perdem espaço e os cooperativistas são empurrados, pelo protagonismo da estratégia sindical anarquista, para o campo de oposição ‘ao [que era, no Rio de Janeiro, um] novo elemento de inspiração organizativa’. (SAMIS e RAMOS, 2002:216).

É nesse contexto que durante o Primeiro Congresso Operário, em 1906, anarquistas rivalizam com as iniciativas cooperativistas, passando já no Segundo Congresso Operário, em 1913, das polidas ponderações que caracterizaram divergências no campo das idéias, para o embate. A presença majoritária dos anarquistas determinou, entre outras tantas deliberações desse Congresso, que o cooperativismo fosse combatido como forma de organização sindical (SAMIS e RAMOS, 2002: 215).

A CSCB – Confederação Sindical Cooperativista do Brasil – realiza por sua vez, em 1923, uma Assembléia Geral em que os libertários são decretados inimigos irreconciliáveis do sindicalismo cooperativista, do comunismo e do governo russo, de todos os governos e até de toda revolução. (SAMIS e RAMOS, 2002:218).

Para os trabalhistas, a ação direta utilizada pelos anarquistas era incapaz de promover as mudanças necessárias na sociedade, na medida em que acreditavam que o único caminho para isso era através da ‘política e dentro dos quadros do sistema’ (SAMIS e RAMOS, 2002:213-214).

Nesse sentido, Samis e Ramos (2002) abordam as estratégias que os comunistas autoritários adotam, no *sindicalismo amarelo* do Rio de Janeiro, para manter sua primazia frente à predominância da influência anarquista que só cresce.

Por conta da dificuldade que a influência anarquista impunha ao diálogo sindical com o governo, ‘dentro da lógica de ampliar ao máximo sua esfera de representação, não

demorou muito, a CSCB [Confederação Sindical Cooperativista Brasileira], a tomar a iniciativa de se aproximar dos sindicatos dirigidos pelos comunistas' (SAMIS e RAMOS, 2002: 217). O Partido Comunista, por sua vez, denunciava alguns anarquistas, no entanto, tinha interesse nos cem mil filiados que a CSCB agregava.

Samis e Ramos (2002:217) se referem aos comunistas como os 'virtuais antagonistas dos anarquistas no campo revolucionário' que, não rejeitando a participação nos espaços formais de representação, traziam 'para dentro campo do bolchevismo muito do prestígio adquirido no meio operário em décadas anteriores de hegemonia anarquista'. Apesar de o termo *virtual* referendar a potencialidade em rivalizar, a situação entre anarquistas e comunistas enseja disputas contundentes. A influência anarquista sobre o movimento operário, a exceção do Rio de Janeiro, é anterior ao predomínio do comunismo autoritário. O próprio surgimento do Partido Comunista, fundado em sua maioria por ex-anarquistas militantes no movimento sindical, demonstra isso.

Samis e Ramos (2002:223) localizam como motivos que levaram o comunismo libertário ao enfraquecimento no movimento de trabalhadores: a repressão dos órgãos de polícia e leis de deportação, as prisões e assassinatos de anarquistas por agentes de polícia, a conversão de militantes libertários ao bolchevismo e, principalmente, o 'avanço do cooperativismo trabalhista'. Para esses autores, apesar do anarquismo se manter por mais um tempo em *vigilância doutrinária*, carente de uma estratégia mais concreta de classe, ele perde muito de sua visibilidade. Após os anos 30, o anarquismo passou a se caracterizar como uma 'expressão cultural e manancial revolucionário a ser oferecido aos grupos sociais em rebelião contra qualquer alternativa institucional de reforma' (SAMIS e RAMOS, 2002: 223). Considera-se, desse modo, que a opção libertária por outras estratégias de ação se faz pela inaptidão de sua ação no movimento de trabalhadores, o que, de um modo ou outro, compromete a perspectiva libertária à fragilidade no meio trabalhista.

As disputas que surgem no movimento sindical com a criação do Partido Comunista favorecem e facilitam o emprego das estratégias estatal-governistas de fomento à extinção do ‘agitador estrangeiro, semente de idéias exóticas’’, como eram qualificados os anarquistas (E.RODRIGUES, 1979: 198).

Não é por acaso, afirma Lopreato (2003:77), que o primeiro registro policial envolvendo anarquistas, no estado de São Paulo, data do mesmo período em que a imprensa paulistana divulga as primeiras notícias sobre esses imigrantes. O jornal oficial do Partido Republicano, *Correio Paulistano*, publica uma série de reportagens sobre os *Imigrantes Anarquistas* com o intuito de ‘informar o público e alertar as autoridades para a presença desses indivíduos (...) chefes e partidários dessa terrível seita destruidora’. (LOPREATO, 2003:77).

Hóspedes *perigosos e indesejáveis* à ordem e ao progresso da República, os anarquistas foram alvo de perseguições políticas no Brasil tanto quanto na Europa. O que faz o anarquismo tão temerário, a esse ponto, é o ideário de derrocada da sociedade capitalista pela ação direta e revolucionária, como forma de construção de uma sociedade repleta de liberdades, na qual o componente destrutivo se fixou como único elemento perseguido, salienta Lopreato (2000:17). Esse componente foi usado como álibi pelas autoridades, justificando a forte repressão.

É fato que, no caso brasileiro, foi a partir da fundação do Partido Comunista que divergências se transformaram em disputas onde nenhuma assembléia mais se realizou sem que acabasse em estéril e não raro violenta discussão, quase sempre iniciadas nos debates sobre os rumos da revolução russa, das prisões e dos fuzilamentos de operários que por lá ocorriam. Segundo Edgar Rodrigues (1976: 26), não foram poucos os militantes operários e intelectuais que gravitavam na órbita sindicalista e que se equivocaram com os rumos da ditadura do proletariado.

Uma série de episódios registrados por Edgar Rodrigues (1979) durante os Congressos Operários explicita nitidamente estas diferenças, como o caso do que ocorre durante o 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, onde fatos pitorescos evidenciaram a contenda entre anarquistas e comunistas³⁶. Também o episódio que Elvira Boni relata a Edgar Rodrigues (1979) é registro que denuncia o conflito que se estabelece entre anarquistas e comunistas³⁷. Outro registro que Edgar Rodrigues traz à baila e que acusa a rivalidade já estabelecida entre anarquistas e comunistas está na matéria que em 1921 o informativo O Protesto, lançado pelo Grupo Juventude Anarquista, traz sobre as resoluções do 3º Congresso Operário Brasileiro alertando para a contaminação destas pelos redatores de *A Vanguarda*, comprometidos com a fundação do PCB. (L. M. RODRIGUES: 1966: 176-189).

Esta ruptura entre anarquistas e comunistas torna-se nítida através de situações como, por exemplo, a da resposta dada pela Comissão de Relações Anarquista-CRA do Brasil ao questionário que a Comissão de Relações Internacionais-CRIA envia em 1949 para preparar o Congresso Anarquista Internacional à indagação sobre a concordância ou não de que o Congresso esteja aberto a todas as correntes e tendências libertárias. A CRIA do Brasil que traduz para o português e envia aos grupos, uniões e militantes isolados no interior do país para que respondam, colhe e encaminha respostas à CRIA, aconselhando que o Congresso Anarquista Internacional cuide de excluir as correntes colaboracionistas e anti-

³⁶ Por exemplo, durante os trabalhos deste Congresso é dirigida à mesa a solicitação de licença para que um representante de determinado jornal tome parte nos trabalhos do evento. A resposta da mesa foi de que o acordo assentado de que nenhum delegado ou representante de organizações ou jornais que tivessem ligações com quaisquer partidos poderia tomar parte no Congresso. (E. RODRIGUES, 1979: 53). Ainda, neste mesmo evento, questiona-se sobre o convite para participar do evento à delegação da 'União dos Operários Estivadores' de Porto Alegre, o que gera grande indignação por parte da União Operária. Porém tal dúvida se justifica, pois um dos membros da mesa teve conhecimento sobre o envolvimento partidário de um dos delegados da referida União. Desta situação decorre extensa discussão sobre questões ideológico-partidárias que se encerram somente após a retirada da ordem do dia do tema referente à atitude a ser tomada pelos trabalhadores em face da política partidária.

³⁷ 'A primeira discussão mais séria que ouviu – informa – foi no *Centro Cosmopolita*', no dia em que foi prestar contas do dinheiro apurado para os flagelados russos e encontrou Fabio Luiz e José Oiticica protestando contra as violências cometidas pelo governo soviético, enquanto outros tentavam justificá-las.' (E. RODRIGUES, 1979:218).

organizadoras (E.RODRIGUES, 1993:32). Ainda em 1949, os jovens militantes anarquistas (Grupo Juventude número 1 e número 2) demonstram o definitivo rompimento entre anarquistas e comunistas quando da publicação do quarto número de *A Revolta*, que entre outros temas, replicam o PCB e ‘outros patriotas petrolíferos’. (RODRIGUES, 1993: 35).

Os 12 Astrogildistas (no dizer de Otávio Brandão), (...) divertiam-se a polemizar nos sindicatos, a pedir apartes para tumultuar, levantar suspeições sobre as pessoas de alguns seus ex-camaradas (a imprensa operária da época, espelha esse expediente), descendo à violência, como no ‘Sindicato da Construção Civil’, quando os irmãos Silva, de pistola em punho, tentaram impedir críticas a Moscou; no ‘Sindicato dos Sapateiros’ (...) de onde carregaram à noite os móveis e toda documentação; e o atentado de Olger Lacerda contra a vida de Marques Costa, são alguns episódios lamentáveis e condenáveis. Os bolchevistas buscavam por meios violentos, intimidar nos sindicatos, na esperança de conseguir adesões à Internacional Sindical Vermelha, com sede em Moscou, ajudando com esse comportamento desagregador as autoridades bernardistas. (E. RODRIGUES: 1976, 35).

As diferenças entre anarquistas e comunistas está para além da abordagem. No anarquismo está em pauta a ruína do Estado, material e idealmente colocado. Ou seja, para o anarquismo, o alvo é o Estado mesmo e não a sua tomada estratégica, como, ao contrário, é no final das contas, o caso comunista que almeja a tomada do Estado com vistas a promover a *Revolução do Proletariado*.

O pensamento comunista, baseado nas determinações das Internacionais, toma os sindicatos como instituições que, na primeira etapa da revolução socialista de conquista e conservação do poder estatal, estão a serviço do partido. Já a prática anarquista pleiteando a imediata derrocada do Estado, tem no sindicalismo como um todo e nos sindicatos em particular, ações macro e micro localizadas que devem levar à constituição de formas alternativas de associação e organização sindical. ‘Para o anarquista, dentre todos os prejuízos que cegam o homem desde tempos imemoriais, o Estado é o mais funesto de todos.’

(GUÉRIN, 1979:9). Esta é a principal *marca* que, num conjunto de características fundamentais, distingue o pensamento libertário de todas as demais doutrinas, de esquerda ou de direita, que invariavelmente defendem a existência de alguma forma de Estado. No entanto,

Os anarquistas sabem que só existem anarquismos, mas muitas vezes seus adversários, inspirados pelo confronto histórico ou pela petulância teórica, tendem a situá-lo no singular. Sua particularidade, todavia, se encontra na diversidade de análises críticas da sociedade avessa a teorias (...) Os anarquistas, pela veia pacífica ou pela veia revolucionária e seguindo as exigências que o tempo histórico coloca para as decisões, sempre se pretendeu individualista e coletivista investindo na ajuda mútua entre parceiros, companheiros, amigos. No anarquismo diferentemente de outros socialismos, não há condutores pelo alto, mas lideranças que se fazem. (PASSETTI, 2003:64,65).

Para Azevedo (2002:74), como o princípio básico do anarquismo é a liberdade de opinião e valorização do indivíduo, sua multiplicidade de tendências é uma decorrência inevitável.

Um dos principais focos de discórdia que a imprensa específica libertária identifica, na década de 1930, girava em torno da relação dos anarquistas com o sindicato. (AZEVEDO, 2002:74)

Apesar dos anarquistas não sindicalistas não se oporem à participação em sindicatos e sim ao fato dela constituir-se no único canal de atuação de alguns, as principais divergências ocorriam entre anarquistas sindicalistas e não sindicalistas. Tais divergências centravam-se no caráter do sindicato na sociedade capitalista e em sua função na sociedade anarquista.

Os anarquistas adeptos da atuação libertária no movimento dos trabalhadores entendiam o sindicalismo como um órgão de luta de classes que se constituía em poderoso elemento de educação social e de solidariedade entre trabalhadores. Porém, para seus críticos, o problema estava na limitação da atuação sindical às conquistas imediatas e melhorias

materiais, sem uma dimensão revolucionária maior, o que denota o caráter reformista e apelativo do sindicalismo. Além disto, por constituir-se num agrupamento que deve alojar trabalhadores, independentemente da doutrina política-filosófica que tenham, ele dificilmente se constituirá numa organização anarquista que possa ‘promover a revolução anárquica com elementos não anarquistas’. (AZEVEDO, 2002:75).

No entanto, para alguns anarquistas como Souza Passos (apud Azevedo, 2002:78), o sindicalismo era o principal meio de atuação dos libertários no seio da população de trabalhadores, pois, como completa Griffuelhes (apud AZEVEDO, 2002:79), é o fator mobilizador e educativo capaz de transformar a mentalidade do operariado. ‘O sindicato seria um ‘modelo’ em pequena dimensão da autonomia que se estenderia para toda a sociedade’. (AZEVEDO, 2002:80).

Os anarquistas não sindicalistas consideravam que, na nova sociedade anarquista, os sindicatos tenderiam a desaparecer, pois não havendo mais classes ou conflitos entre elas, os sindicatos perderiam a razão de ser enquanto órgão de resistência e luta, já que os administradores da produção, em todos os níveis e modos, seriam os próprios trabalhadores. Seria então necessário criar novos órgãos sobre a nova estrutura comunal que romperia com os vínculos autoritários da sociedade capitalista.

No entanto, apesar das divergências, a mútua colaboração entre anarco-sindicalistas e anarquistas não deixava de acontecer³⁸.

No entanto, a corrente anarquista que prepondera no movimento sindical, rechaçando qualquer intenção de uso dos movimentos sociais para pleito, repudia o

³⁸ As idéias dos três mais importantes pensadores anarquistas bem demonstram: para Malatesta o anarquismo é, antes de mais nada, uma atitude de antiautoritarismo e solidariedade social, consistindo num complexo de métodos e formas de ação que têm como base a vontade realizadora. Malatesta desenvolve uma concepção voluntarista em contraposição à Kropotkin para quem o anarquismo se constitui num sistema de obediência às leis da ciência. Segundo Kropotkin, o anarquismo, determinado por uma lei natural do progresso, seria inevitável. (TRAGTENBERG, 1989). Já para Proudhon a economia mutualista, a política federalista, a pedagogia trabalhista fazem da autogestão o corolário da organização federalista que dá forma e ordem às forças e às liberdades autônomas (BANCAL,1984:19). Segundo Bancal (1984:17), ‘não se acabaria de relacionar os harmônicos prodhounianos com os debates de nosso tempo e os combates de nosso futuro’.

envolvimento com qualquer implicação partidária, seja ela qual for, e não adere ao parlamento, investindo, antes, na auto-organização dos trabalhadores. Já o intento comunista de promoção da revolução democrático-burguesa como etapa prévia da revolução socialista leva à necessária e estratégica elaboração de força partidária a fim de facilitar o alcance da *tomada do poder*.

É a partir de uma perspectiva que restringe a positividade dos movimentos de trabalhadores à tomada do Estado ou à ocupação de espaços junto ao parlamento que a maioria das discussões sobre o enfraquecimento do sindicalismo no Brasil foi se fazendo. Nesse sentido, a análise de Boris Fausto (2001:168) de que o enfraquecimento do movimento sindical no final dos anos 20, início dos anos 30, se deu por conta da disputa que se instala a partir da ruptura socialista que debilita o que ele considerou o ‘já frágil movimento operário brasileiro’ é seguida de perto pela grande maioria dos historiadores do movimento sindical.

Leila Blass (1998:109) mostra, no entanto, que o protagonismo anarquista no movimento sindical não abrandava imediatamente ou bruscamente e persiste por bom tempo. Um exemplo é o caso da reunião de 1946, do então Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, com militantes sindicalistas de São Paulo, onde ‘comunistas e anarco-sindicalistas lideraram a reação operária e saem expulsos da reunião’.

De qualquer modo, o enfraquecimento da presença anarquista no movimento sindical, na maioria das vezes outorgado às disputas que são travadas com a corrente comunista e que lhe toma como vencido, para Edgar Rodrigues (<http://www.utopia.pt/?doss=19&cidade=1>, 2004), não é bem o que acontece. O que ocorre no movimento trabalhista, a partir da coincidência do embate com os comunistas, é uma mudança da ação do anarquismo em relação à estratégia sindical.

Mudança provocada tanto pelas diferenças entre os anarquistas não sindicalistas e sindicalistas algures mencionadas, como pelos episódios de implementação de uma verdadeira política de expulsão de estrangeiros, notadamente anarquistas militantes.

A repressão aos chamados *hóspedes indesejados* tratou de legalizar ações contra *delitos de anarquismo*. Foi em 1893, por meio de um Decreto presidencial, que aconteceu a primeira regulamentação da entrada e expulsão de estrangeiros no Brasil. No entanto, criticado pelos opositores do presidente Floriano Peixoto, tal Decreto foi logo em seguida revogado. Mesmo assim conseguiu difundir a idéia de que a expulsão de estrangeiros se fundamenta no direito de soberania nacional (LOPREATO, 2003:79).

Em 1902 um novo projeto de lei passa a tramitar na Câmara dos Deputados Federais. Mas, devido às resistências encontradas no Senado, o projeto ficou arquivado até 1906, quando várias greves no Rio de Janeiro e em São Paulo suscitaram novamente o interesse sobre o tema. Retoma-se o projeto de lei que, após uma série de discussões sobre sua constitucionalidade, entra em vigor com o Decreto lei 1641, conhecido como ‘Lei Adolpho Gordo’. A lei, em seu primeiro artigo, define quem é o *hóspede indesejável* a ser expulso de parte ou de todo o território brasileiro: aquele que por qualquer motivo comprometer a segurança nacional ou a tranqüilidade pública. Apesar da vagabundagem, mendicância, e lenocínio serem causas suficientes para a expulsão, Lopreato (2003:80) afirma ser possível localizar os militantes anarquistas como o alvo a ser eliminado do cenário político-social da República brasileira.

A ‘Lei Adolpho Gordo’ revelou ser o instrumento mais eficaz por estar ancorada na tese de que o anarquismo no Brasil foi obra de estrangeiros, ‘aves de arribação’ que aqui aportaram para disseminar a discórdia e a desarmonia social. (LOPREATO, 2003:81)

Nas considerações que Lopreato (2003:80) tece sobre a repressão ao anarquismo, a ênfase na lei de expulsão de estrangeiros mostra que sua promulgação é uma visibilidade do incômodo que as idéias e práticas anarquistas representavam às autoridades governamentais, revelando a força política do anarquismo brasileiro³⁹. Uma verdadeira guerra de extermínio ao anarquismo, na linguagem médica do início do século XX, vincula o social ao biológico, localizando o anarquista como um corpo estranho, invasor e contaminador da sociedade. Estava em jogo a defesa da saúde pública e, para garanti-la, eram necessárias medidas de saneamento social. Neste sentido, os defensores da lei de expulsão, a Lei Adolpho Gordo, entendiam que sua eficácia ainda dependia de ajustes. Em 8 de janeiro de 1913, promulga-se, então, uma nova lei de expulsão. O Decreto lei número 2.741 ficou conhecido como ‘Lei celerada’.

Lopreato (2003:85) ressalta que a aplicação da Lei de expulsão de estrangeiros se intensificava nos períodos em que ocorriam manifestações dos trabalhadores, de tal forma que, dadas as greves no eixo Rio-São Paulo, os anos 1907, 1913 e 1917 foram aqueles nos quais ocorreram o maior número de expulsões de militantes anarquistas do país. Mas é durante a greve anarquista de 1917 que os maiores desmandos são cometidos. O governo chega ao escândalo de embarcar clandestinamente, no porão do navio Corvello, nove militantes anarquistas a serem expulsos.

O caso gerou polêmica. Os defensores do governo paulista justificavam o desatino através do direito de soberania, alegando ser um dever do Estado proceder ao necessário *saneamento social*, tomando a tradição brasileira em acolher imigrantes como nefasta, acrescendo à questão da expulsão de estrangeiros, a da entrada sem restrições.

³⁹ Lopreato enfatiza que a importância dos libertários estrangeiros merece destaque, mas que se deve atentar ao fato de que muitos destes vieram ao Brasil ainda muito jovem e que aqui se fizeram militantes aguerridos. Também não se pode esquecer a existência de uma ‘matriz brasileira do anarquismo, oriunda do republicanismo (...) como é o caso exemplar de Edgar Leuenroth, reconhecido militante brasileiro pela difusão das idéias anarquistas no país.’ (LOPREATO, 2003:89).

Em 1921 o Decreto 4.247 que regulamentou a entrada de estrangeiros no país, impedindo que os nocivos à saúde, à moral e à economia aqui aportassem, também regulamentou a expulsão de estrangeiros aumentando o tempo de permanência no país para quem estivesse a salvo da expulsão. Logo em seguida, no mesmo ano, o então presidente Epitácio Pessoa assina o Decreto 4.269 que regula a repressão ao anarquismo no Brasil.

A repressão da lei lançou ‘a prerrogativa do fechamento das associações, sindicatos, sociedades civis e jornais quando incitassem à violência nos locais públicos’⁴⁰ (AZEVEDO, 2002:47) fazendo com que os anarquistas priorizassem a opção por outras frentes de atuação.

Do começo do século até o final dos anos 1920 chegou-se a quase mil militantes expulsos, vários jornais anarquistas fechados, sedes de sindicatos invadidas, ativistas do movimento trabalhista, especificamente os anarquistas, desterrados e presos.

As leis de repressão aos conflitos permitiram ao Estado não somente perseguir aos que se envolviam na ação *subversiva*, mas investir contra todos seus *inimigos internos* e as prisões, torturas e exílios formavam uma profilaxia à promoção do equilíbrio do Estado. É no contexto do estado de sítio, decretado em 1924, que uma experiência agrícola iniciada ainda no governo de Epitácio Pessoa (1919/1922), o Núcleo Colonial Cleveland, localizado no extremo norte do Brasil, é transformada no ‘campo de concentração’, conhecido pela alcunha de *Clevelândia*.

Segundo consta, foram mandados para a Clevelândia toda gama de brasileiros considerados inaptos a viver em sociedade (participantes do movimento tenentista, ladrões, cafetões, vadios, loucos e todos os que o governo considerava desclassificados), não cabendo

⁴⁰ O Decreto de 1921 fazia referências à penalização àqueles que fizessem uso de explosivos ‘calcando-se na imagem do anarquista europeu’ (AZEVEDO, 2002:47) e incluía, entre seus alvos, agremiações que operassem no estrangeiro, o que, segundo Pinheiro (1991:109), visa mais às operações comunistas que tinham sede em Moscou. No entanto, é bom frisar que o movimento anarquista também ‘operava no estrangeiro’. O Decreto de 1927 reeditava os artigos 5 e 6 do decreto 4.269, de 1921, aumentando a penalidade para os que utilizassem bombas de dinamite em edifícios públicos ou particulares ou em lugares franqueados ao público.

somente aos anarquistas ‘o exclusivo dos dissabores da reclusão’ (SAMIS, 2003: 27). No entanto, na Clevelândia ‘não [houve] registro de presos de outra corrente política que não a anarquista’ (ROMANI: 2003,113).

De qualquer modo, diferentemente dos demais contingentes de presos, os anarquistas conseguiram registrar, no momento em que aconteceram (SAMIS, 2003:27)⁴¹, fatos de enorme significado que são preciosos elementos da memória anarquista. O desterro de toda essa gente iniciou-se no porão do navio prisão *Campos*, de onde, na ilusão da espera por um suposto julgamento, partiram em viagem para Belém, especificamente para a foz do rio Oiapoque, onde foram baldeados para um vapor fluvial, apelidado *gaiola*, que os levou até o ponto navegável mais próximo da Colônia. De lá, conforme relatos, outra viagem, ‘um pouco de canoa, um pouco a pé’ dezoito quilômetros mata a dentro, para finalmente chegar ao *Inferno Verde* – alcunha póstuma da Clevelândia⁴².

Mas, apesar da tragédia do número elevado de mortos⁴³, a existência desse campo de concentração brasileiro praticamente desapareceu das páginas de nossa historiografia (ROMANI, 2003: 113).

Para Samis (2003:27), por motivos alheios à integridade acadêmica, já que os comunistas não foram confinados à Clevelândia, a historiografia marxista, privilegiando

⁴¹ Os relatos sobre as condições de sobrevivência na Clevelândia são assustadores e têm como fonte histórica tanto as memórias daqueles que a viveram, caso dos relatos de Everardo Dias, como também as cartas de ativistas anarquistas como Pedro Carneiro e Domingos Passos, bem como as notícias publicadas nos jornais libertários da época (*A Plebe*, *O Sindicalistas* e até o jornal português, *A Batalha*). Material largamente utilizado por Edgar Rodrigues nas publicações *Novos Rumos* e *Os Companheiros*. Há, ainda, o trabalho de Alexandre Samis: *Clevelândia, o Gulag Brasileiro*, um dos mais amplos e detalhado sobre o tema.

⁴² Os primeiros colonos chegam ao Núcleo Colonial Cleveland em maio de 1921 (ALICINO, 1971:88) e a primeira leva de detentos foi enviada em dezembro de 1924. (ROMANI, 2003:117)

⁴³ Romani (2003:117), utilizando a fonte encontrada por Paulo Sergio Pinheiro, no relatório ‘Viagem ao Núcleo Correccional Cleveland’, registra que entre 1924 e 1927, dos 946 presos lá internados, 491 morreram. Azevedo (2002), utilizando como principal fonte matérias do jornal anarquista da época: *A Plebe*, afirma que ‘segundo relato do engenheiro-chefe da colônia, havia 946 presos, chegados de 26 de dezembro de 1924 a 12 de junho de 1926, restando, em abril de 1926, apenas 194. A libertação dos prisioneiros restantes ocorreu a partir de 7 de janeiro de 1927.’ Mas a maioria dos que sobreviveram, mesmo adoentados, devem isto a suas próprias fugas. O jornal *A Plebe* noticiou os nomes de 15 anarquistas presos em Clevelândia. Dentre estes, cinco morreram, um militante no Rio de Janeiro e os demais em São Paulo (AZEVEDO, 2002:49).

outros eventos que fizeram da história uma homenagem às suas próprias opções políticas, como o caso da Coluna Prestes, subestimou a Clevelândia. Além disto, a história da Clevelândia não se inscreve na tradição das grandes narrativas históricas que se prestam à construção de sagas e imagens heróicas de altruísmos elitistas exatamente por ser protagonizada pelos ‘desviantes em geral’, o que faz com que ocupe, sempre, ‘as franjas da memória histórica oficial’. (SAMIS, 2003:27).

A perseguição que sobre anarquistas é lançada desde antes da ditadura de Vargas se intensifica a ponto de no final da década de 1920, ao término do governo Bernardes, fazerem *chamada* para ver quem havia *sobrado*. As suas publicações anarquistas foram de tal modo perseguidas que foi necessário lançar um manifesto convocando os sobreviventes para fazer renascer das cinzas *A Plebe*, publicação que tinha se tornado uma espécie de porta-voz anarquista.

As estratégias de aniquilamento do anarquismo e conseqüentemente de desmantelamento do denominado anarcosindicalismo se refinam ainda mais quando o governo Bernardes, inspirado no documento italiano *Carta Del Lavoro* dá os primeiros passos na estruturação do ajustamento da máquina sindical, que se solidifica nos anos 1930 com o *sindicalismo de Estado*.

(...) muitos militantes já tinham sido expulsos pelo governo de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, quando se desencadeou a divergência interna que havia de durar anos e desorientar os trabalhadores menos preparados enfraquecendo consideravelmente a resistência operária. Foram - temos que reconhecer - dois acontecimentos com objetivos diferentes que acabaram convergindo para o mesmo alvo, contribuindo um e outro para enfraquecer brutalmente o movimento anarco-sindicalista, apolítico, livre, aplainando-se desta forma, consciente ou inconscientemente, o caminho para o nascimento dos sindicatos fascista comandados pelo Estado Novo a partir de 1930. (E.RODRIGUES, 1979: 219).

Apesar de muito freqüentemente se apontar como principal causa da desagregação das associações anarquistas o surgimento do Partido Comunista Brasileiro em 1922, somando a isto à repressão policial e suposta fragilidade na estrutura organizativa, insuficiente para garantir os direitos dos trabalhadores, Azevedo (2002) mostra como a presença anarquista em grupos e sindicatos se manteve durante o período getulista⁴⁴.

A pesquisa de Azevedo (2002) reconstrói o quadro da presença libertária, as formas e organizações que permitiram sua sobrevivência no período de 1927 a 1937.

Também Edgar Rodrigues em entrevista concedida a José Maria Carvalho Ferreira no ano de 2004 (<http://www.utopia.pt/?doss=19&cidade=1>, 2004) afirma que o movimento anarquista continuou ‘pujante, quer queiram quer não as pessoas que se opõem e tentam negar isso’. Mas, continua Rodrigues nessa mesma entrevista, a partir de 1935, Getúlio Vargas fechou as organizações operárias livres para formar os sindicatos fascistas brasileiros. Entretanto é importante ressaltar que, nos planos do governo getulista, não estavam apenas os sindicatos fascistas.

Conforme alhures, o governo getulista não só tolerou, como incentivou a oposição dos sindicatos marxistas. Para Francisco Campos, conforme o pensamento fascista, o liberalismo político e econômico conduziria ao comunismo, pois este funda a vida econômica na generalização dos princípios, técnicas e processos do liberalismo político. Porém, Campos defende, também, que a revolução operada no pensamento político no século XX, ‘o grande pensamento político, afirmativo e orgânico que substituiu ao ceticismo liberal’, acabou interrompendo o processo de desorganização que Marx postulava fatal e necessário. Desta forma, defendia Campos, suprimidas as condições criadas pelo liberalismo para a implantação

⁴⁴ Um exemplo mostrado por Azevedo (2002:58) é o Rio Grande do Sul que na década de 30 ‘aparecia como um foco de resistência libertária, imune à penetração comunista, mantendo suas tradições organizativas e viabilizando publicações e centros de propaganda doutrinária’ num período em que o movimento anarquista gaúcho mais se fortifica. Em Porto Alegre, no ano de 1926, o informativo *O Sindicalista* divulgava uma série de atividades cultural-libertárias e nos números seguintes denunciava a morte de vários anarquistas no Campo de Concentração do Oiapoque, inclusive a do diretor de *A Plebe*, Pedro Augusto Mota. (RODRIGUES, 1993:27).

do comunismo, o marxismo perde sua atualidade e caduca. Este é, então, o *melhor inimigo* que o Estado poderia ter, pois, além de cultivar a idéia de luta de classes e chamar para si as idéias e sentimentos de luta e violência *da natureza humana*, ocupa a oposição de algo que não oferece perigo, posto que já tinha perdido a atualidade. Como diz Corrêa (2006), tratava-se de uma *oposicionista obediência*.

Em relação à posição que ocupa o marxismo no governo getulista, Corrêa (2006) explicita como estas forças combinam interesses num arranjo que a historiografia sindical classifica de pacto.

Uma das vozes do governo getulista e primeiro ocupante do Ministério da Educação, Francisco Campos⁴⁵, afirmou que o caráter democrático do governo getulista era um meio de o Presidente contar com seu apoio e prestígio, onde a liberdade não é suprimida nem oprimida pela organização, mas limitada para que possa ser defendida.

O Estado unificado em torno do seu chefe passa a ser um ‘sistema animado de um espírito e de uma vontade’, um chefe que encarna para o povo o Estado. E o povo, a massa excitada, fustigada, tratada com *os instrumentos intelectuais* da propaganda, da espetacularização, e das idéias polarizadas (direita-esquerda, guerra-paz, justiça-injustiça, legal-ilegal...) *participa* com bovina obediência, com maquinal obediência, crítica obediência, ***oposicionista obediência*** (grifo nosso), intelectual obediência, politizada obediência. (CORRÊA, 2006:57).

Desta forma, ao governo da época convém ‘cultivar a idéia de luta de classes e forjar um instrumento intelectual, ou, antes, uma imagem dotada de grande carga emocional, destinada a servir de polarizador das idéias (...) dos sentimentos de luta e violência tão

⁴⁵ O pensamento de Francisco Campos tem duas fases distintas: a primeira, do parlamentar liberal, de tendência conservadora, realizou-se na década de vinte. A segunda, de feição autoritária, antiliberal, com o propósito de estruturar o Estado modernizador verifica-se nas décadas de trinta e de quarenta. A doutrina de Francisco Campos exalta as massas e as paixões, buscando, a partir destes parâmetros, formular uma plataforma reformadora, que, aclimatando ao Brasil o pensamento fascista de muitos países, culmina na Constituição Federal de 1937 (SOUZA in CAMPOS, 1983: 11). ‘Francisco Campos realizou uma intensa ação no Ministério da Educação, preocupando-se essencialmente com o ensino superior e secundário (...) a reforma de Campos estabeleceu definitivamente um currículo seriado, o ensino em dois ciclos, a frequência obrigatória, a exigência de diploma de nível secundário para o ingresso no ensino superior’. (FAUSTO, 2001:189)

profundamente ancorados na natureza humana' (CAMPOS apud CORRÊA, 2006:57). Deste modo para Campos, mesmo não sendo verdadeiras, as idéias de Marx, acreditadas como tal, constituem-se no único instrumento intelectual capaz de conduzir à revolução, portanto alojadas no seio do movimento sindical, a ideologia marxista se faz ideal ao intento de *polarizar idéias e ocupar as massas: oposicionista obediência* (CORRÊA, 2006:57).

Tal acontecimento reconhece e cria as condições possíveis para que o marxismo se faça decididamente predominante no seio do movimento sindical o que, conseqüentemente, leva o movimento anarquista a paulatinamente exaurir sua presença no sindicalismo⁴⁶. Um movimento que é bastante distinto daquele que a historiografia sindical costuma mostrar, dando a entender que a concepção anarquista de sindicalismo perde a disputa com o marxismo pela supremacia no movimento sindical, perda esta motivada pela fragilidade ou insignificância de sua presença.

De qualquer forma, tanto as manobras do governo, como da esquerda comunista, ou de ambos, construíram possibilidades para um sindicalismo que, buscando o amparo legal e espaço político, estruturou a interferência estatal.

Do sindicalismo como associação de trabalhadores que através da ação coletiva e autogestionária defendia seus interesses, restou denominando-se sindicato, algo bastante distante. Enquanto o sindicalismo que permaneceu evidenciava estar mais interessado na própria manutenção, burocratizando-se para tal, o sindicalismo de concepção anarquista – anarco-sindicalismo - foi um movimento com características bastante distintas movido por outros interesses: interesses que se articulam numa perspectiva de sociabilidade não estatal.

Mas, é exatamente por conta deste ideário avesso ao Estado que o anarquismo e, conseqüentemente, o anarco-sindicalismo, são tidos como coisa menor, de existência

⁴⁶ Porém, o anarquismo como movimento, tal qual acontecia em Portugal, continua sua atuação na clandestinidade a ponto de, um pouco antes da queda da ditadura getulista, no período de 1945, até o regime militar, ser possível detectar, nos registros do movimento, uma ação anarquista bastante intensa. (RODRIGUES, <http://www.utopia.pt/?doss=19&cidade=1>, 2004).

ocasional, a partir de uma fixação etnocentrista que caracteriza as sociedades pela presença ou não do Estado e que demarca, como primitivas, as sociedades sem Estado, associadas à privação: as sociedades primitivas subsistem na experiência de uma falta – *falta de Estado* (CLASTRES, 1990: 132). Assim, por serem incompletas, as sociedades primitivas não são *verdadeiras* sociedades.

Esta crença de que o destino de toda e qualquer sociedade deve e sempre é o Estado, de que as sociedades existem para o Estado, segundo Clastres (1990: 132), encontra-se interiorizada como a fé do crente em cada um.

Eis a dificuldade em conceber a existência de sociedades sem Estado, a não ser que seja alojando-as à margem da história universal, como ‘sobrevivências anacrônicas e ultrapassadas’ (CLASTRES, 1990:132). Eis o lugar onde primitivos e anarquistas acabam aproximados.

Na perspectiva ocidental de sociedade, ou os homens das sociedades sem Estado – primitivas - que vivem em economia de subsistência, passam o tempo todo à procura do alimento, ou não vivem em economia de subsistência e tem tempo para seus lazeres. Destes dois axiomas, Clastres (1990) mostra que o primeiro estabelece como verdadeira a sociedade que vive à sombra do Estado e o segundo anuncia o imperativo categórico de que é preciso trabalhar.

Mas, a economia de subsistência das tribos indígenas não implica em busca constante e incessante pelo alimento. Ao contrário, nestas sociedades a atividade produtiva é perfeitamente compatível com uma considerada limitação de tempo dedicado a elas⁴⁷.

Deste modo, as sociedades sem Estado não são embriões retardatários de sociedades subseqüentes: ‘imagem antiga e ineficaz, da miséria dos selvagens’ (CLASTRES, 1990:133),

⁴⁷ Quer se trate de caçadores nômades do deserto do Kalahari ou de agricultores sedentários ameríndios, os números obtidos revelam uma divisão média do tempo diário de trabalho inferior a quatro horas dia. Clastres afirma que se estudos deste gênero se repetissem, provavelmente chegariam aos mesmos resultados. Ei-nos, portanto bem longe da miserabilidade que envolve a idéia de economia de subsistência (CLASTRES,1990:136).

nem estão num ponto de partida que conduz a um termo final que só pode ser o de sua organização estatal.

De qualquer modo, o movimento sindical completamente transfigurado pelas relações de poder, afetado pela chamada Revolução de 1930 que estabelece outras correlações de forças, muda o peso e a influência de empresários e operários junto ao governo federal e, quer seja por opção ou por condição, impossibilita a permanência da perspectiva anarquista no movimento de trabalhadores.

A respeito da legislação trabalhista, os anarquistas amparados em amplos princípios contrários a qualquer tutela, especialmente a do Estado, abordavam as iniciativas governamentais de normatização das relações de trabalho do mesmo modo igualmente tirânico, enganador e escravizador que as demais ações do Estado. (AZEVEDO, 2002:278).

Porém

Essa posição libertária a qualquer lei provocava polêmicas (...) A justificação anarquista passava assim por um plano 'teórico' que poderia ser melhor definido através da distinção entre a **lei formal e instituída pelo Estado** e o **direito** enraizado numa concepção de **justiça natural ou humanitária**, independente do Estado. A lei seria um recurso para sancionar as violências e a exploração estabelecidas pelo Estado, enquanto que o direito seria incodificável, fundando-se a partir da Igualdade Econômica, da Solidariedade e da Liberdade. (AZEVEDO, 2002:279).⁴⁸

Para os anarquistas a lei ao se vincular ao aparato jurídico e policial, seria sempre burguesa, inserida na tríade Estado-Capitalismo-Igreja que, sob o princípio da autoridade, opõe-se radicalmente ao trabalhador; ao contrário, o direito revolucionário foge ao campo institucional, não transitando pela esfera parlamentar e de partidos políticos, pois a luta do

⁴⁸ José Oiticica (apud AZEVEDO, 2002:279) contestava a afirmação de serem os anarquistas contrários a todas as leis. Oiticica fazia a diferenciação entre lei coercitiva e lei reativa. A lei coercitiva era a utilizada pelos governos para controlar e enganar os trabalhadores. A lei reativa era a lei conquistada pelos movimentos populares, constituindo-se em *suas armas e patrimônio*.

trabalhador se localiza no plano da negociação direta com o patronato, sem nenhuma intervenção externa (AZEVEDO, 2002: 280).

Mas, foi a partir da regulamentação das relações de trabalho que o movimento operário passou a levar em consideração o papel de um Estado, que no contexto dos anos 30 e 40, se fazia cada vez mais intervencionista, preocupando-se com o desenvolvimento econômico e com a remoção dos entraves institucionais e políticos que dificultavam sua industrialização. (L.M.RODRIGUES, 1966:112).

Leôncio Martins Rodrigues (1966:121) afirma que, em fins do século XIX e começo do XX, o movimento operário se apoiava sobre um proletariado industrial minoritário não chegando, por isso, a constituir um corpo eleitoral que valesse à pena ser conquistado pelos políticos. Além disso, a elevada proporção de trabalhadores estrangeiros, mulheres e crianças somada ao significativo número de analfabetos, acarretavam sua exclusão como eleitores. Tais condições, segundo este autor, não outorgavam ao proletariado, aos estratos assalariados, recursos para influírem nos rumos da política nacional, ressaltando que os levantes militares, para serem bem sucedidos, não necessitavam contar com o apoio dos sindicatos, o que o êxito da insurreição chamada pela Aliança Liberal, em sua opinião, demonstra muito bem.

No entanto, Leôncio Martins Rodrigues não conjuga a estes motivos o fato de, apesar da pluralidade de associações sindicais existentes no período⁴⁹, os sindicatos serem predominantemente ocupados por anarquistas, o que significa ou um proposital distanciamento de todas as manobras políticas partidárias eleitoreiras, aparentemente insurreccionais, que iam se formando, ou a discussão sobre o envolvimento sindical nestas questões políticas, o que coibia a ação partidária mais imediata por parte dos grupos que a defendiam, enfraquecendo ou não garantindo influência sindical em nível parlamentar.

⁴⁹ Neste período em que o sindicalismo se oficializa, criam-se sindicatos com estruturas e títulos semelhantes aos libertários, mas que não lhes correspondiam em ideologia, o que provocou confusão junto aos trabalhadores (...) federações com diferentes orientações utilizavam títulos como o de federação regional do trabalho, trabalhista, proletária, sindical, etc. (AZEVEDO, 2002: 112).

O interesse do Estado sobre as relações de produção normatizando-as e regimentando-as é atribuído a um processo político que responde ao crescimento econômico-industrial, mas que, no entanto, tem outras implicações.

O que orchestra o transporte do movimento operário ao sindicalismo institucional é a atenção que o poder do Estado passa a prestar nas queixas, nos tumultos e agitos que o mundo do trabalho lança. ‘(...) seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir (...)’. (FOUCAULT, 2003:207), o Estado captura o movimento operário para dentro do mesmo poder que combatido, lhe ordena e controla.

A normatização e conseqüente interferência estatal, desejada e reivindicada pelos trabalhadores ligados a sindicatos de perspectiva não libertária, ou onde esta se fazia menos influente, mesmo que de modo diverso ao que imaginavam, modificou as associações trabalhistas e a administração pública, ampliando o campo do movimento operário de tal modo que estes passaram da margem ao centro dos interesses estatais.

Os sindicatos lutavam, cada vez mais, pela execução e aprovação de leis trabalhistas. Fervilhavam as notícias, na imprensa da época, sobre esta nova atividade sindical que através de ofícios, telegramas e envio de delegações ao Ministério do Trabalho e Presidência da República reivindicavam as mais diversas normatizações ao trabalho. (SIMÃO, 1966:85).

A partir do final dos anos 1930, inúmeros eram os estudos e proposições de normas ao trabalho incorporadas pelos sindicatos.

O jogo de forças, principalmente aquele entre anarquistas e comunistas, que, no século XX, transportou o sindicalismo de sua emergência libertária para o sindicalismo oficial, partidário, infunde a necessidade de normatização das relações de produção⁵⁰.

⁵⁰ Algumas manobras do governo, no início menos sutis, pressionavam significativamente as associações trabalhistas à oficialidade. Um exemplo é a lei de férias que só seria concedida aos trabalhadores que estivessem vinculados a sindicatos oficiais. Estas manobras significaram um grande problema para os sindicalistas

A denúncia, a queixa, a solicitação e a súplica dirigidas ao Estado desenvolvem uma tecnologia sindical reivindicatória – panfletagem, jornais, passeatas, assembléias, greves – avessa ao modo como os anarquistas as utilizavam. A forma como esse instrumental reivindicatório passou a se compor constituía-se em exigências dirigidas ao Estado enquanto poder central, outorgando, reforçando e fazendo aceitá-lo como o lugar do mando, do comando, portanto do atendimento ou não às necessidades da população e dos indivíduos.

De outro lado, também sob o discurso de proteção ao trabalhador, o poder estatal, referenciado nos sucessos do trabalhismo italiano, chamava para si a *mediação* dos conflitos trabalhistas mudava as feições das relações de poder neste campo.

A ordenação jurídica das relações de trabalho que passa a se solidificar definitivamente a partir dos anos 30, com a criação de um sistema sindical único⁵¹, organizado segundo profissões e ramos econômicos (Sindicatos de empregadores, de empregados e trabalhadores autônomos, manuais ou intelectuais), fixa padrões que uniformizam os tipos de associação e suas articulações e reduz praticamente a zero a área de competição, tanto entre diferentes matizes de movimentos operários, o que já se encontrava minimizado pela supremacia comunista no movimento sindical, como destes em relação ao Estado. Para existir legalmente os sindicatos necessitavam do reconhecimento oficial do Estado.

Edgar Rodrigues (1993:70) registrando a permuta que os anarquistas fazem pela doutrinação, mostra que por continuar a ser um movimento plenamente ativo,⁵² o anarquismo,

anarquistas que viam seus argumentos enfraquecerem sobremaneira frente aos trabalhadores que cada vez mais desejavam e pleiteavam benefícios como este.

⁵¹ Tal sistema único não atingiu imediatamente a pluralidade associativa trabalhista, pois se referia somente às associações que fossem criadas após a aprovação desta lei. O quadro legislativo não revogou as associações já existentes.

⁵² De 1922 até 1935, quando Getúlio Vargas amarrou totalmente a ditadura, os anarquistas publicavam o jornal anti-clerical *A Lanterna*, que chegou a sair semanalmente e, posteriormente, passou a quinzenal. Os anarquistas criaram, ainda, ligas anti-clericais em todo o país, inclusive no Rio de Janeiro, faziam palestras quase diariamente, criaram um grupo de teatro, que representou peças revolucionárias no Rio de Janeiro e em São

opta por empregar suas outras estratégias, principalmente as publicações, como meio de propaganda de seu ideário entre os trabalhadores e não mais especificamente no seio das associações sindicais necessariamente⁵³.

Afastada a perspectiva anarquista, o sindicalismo nas décadas de 30 e 40 se caracterizou pelo *peleguismo* e pelo *reformismo*. Não só os chamados *amarelos*⁵⁴ participam e colaboram com o governo, mas a *oposicionista obediência* (CORRÊA, 2006:57) marxistas, conforme já frisado.

Apesar do forte apelo trabalhista, o governo getulista perseguiu violentamente as forças operárias divergentes. Os horrores da Casa de Detenção, da Colônia Correccional de Dois Rios, da Ilha Grande, de Fernando de Noronha, da Ilha Rasa e de outros presídios que encarceraram inúmeros ativistas sindicais, além, é claro, do campo de concentração do Oiapoque, são oportunamente lembrados por E.Rodrigues (1993:55).

Essas medidas de força são complementadas pela legislação trabalhista que, ao contrário do que a maioria dos sindicalistas acreditou possível garantir por seu intermédio, subsidiou o atrelamento sindical ao Estado.

O aparato legislativo que se cria demanda a ambos – Estados e movimento sindical - um saber específico que introduz, no movimento operário, uma racionalidade mais técnica, o

Paulo - houve diversas, talvez cerca de umas vinte ou mais. Conseguiram, também, manter algumas escolas livres em São Paulo e fizeram o Congresso de 1934, que visava remodelar a Confederação Operária brasileira, a COB. Mas, a partir de 1935, o Getúlio Vargas fecha tudo; deporta, prende, fuzila, joga na selva, na Clevelândia. Mas, em 1945, um pouquinho antes de cair a ditadura, os velhos anarquistas começaram a reunir-se e começaram a publicar o jornal *Ação Direta*. No período de 1945 - um pouquinho antes da queda da ditadura do Getúlio, que já estava enfraquecida - até os governos militares, havia um movimento bastante intenso. (E.RODRIGUES, http://insurgentes.vilabol.uol.com.br/entrevista_edgar.htm, 2004)

⁵³ O anarquismo manteve seu vigor e contundência permanecendo plenamente ativo, não só no período de 1927 a 1937, conforme Azevedo (2002) mostra, mas até hoje. O movimento libertário deu andamento aos Encontros, Congressos, atividades culturais e de lazer que sempre desenvolveu. Além disso, no espaço que foi aberto pela propaganda libertária, não se pode negligenciar a importância das correspondências, da troca de conhecimentos ácrata no plano nacional e internacional (RODRIGUES, 1993:73). Os Centros de Cultura e as publicações diversas e suas trocas constituíam espaços, possibilidades e indicativos autogestionários extremamente significativos que se mantêm vigorosos até a Ditadura Militar, após a qual, retoma o seu caminho.

⁵⁴ Designação pejorativa dada aos sindicatos reformistas ou ligados à política, à beneficência, e que não tinham como princípios de reivindicação a ação direta e nem afinidades com as idéias da Associação Internacional dos Trabalhadores. (E.RODRIGUES, 1979:51)

que exige um quadro de recursos humanos habilitado a lidar com esta nova configuração. Desta forma, contrariando o antigo costume sindical, a lei faculta aos sindicatos contratar funcionários remunerados na forma de benefício de afastamento do trabalho. Mesmo que com remuneração originária à função que exerciam, o que financeiramente possibilitou tanto a contratação de pessoal quanto a inclusão de serviços de assistência social aos assalariados (assistência médica, jurídica, educacional...), foi a criação do imposto sindical obrigatório, com descontos sobre os ganhos dos próprios trabalhadores. A assistência social que se previu para os sindicatos na verdade foi mantida pelos próprios trabalhadores e nada tinha em comum com a idéia nem do mutualismo, nem do socorro vermelho.

Apesar de Simão afirmar que não se pode falar em burocracia sindical antes de 1940 (SIMÃO, 1966:184), o Estado precisou criar um corpo administrativo-judiciário que elaborasse, fiscalizasse e fizesse cumprir as leis trabalhistas.

Nesse aspecto, os anarquistas entendiam que, mesmo quando o governo concedia algum benefício, tratava-se de um descuido do Congresso ao aprová-lo, sem que isso correspondesse ao reconhecimento de um direito do trabalhador ou a um empenho para sua efetivação, como era o caso do direito às férias remuneradas que significavam *letra morta*.

No entanto, a legalização das relações de produção, de fato trouxe amparo, ganhos materiais concretos aos trabalhadores, mas ao contrário do que acreditavam, não estabeleceu elementos que pudessem garantir uma relação igualitária. Não porque tenham perdido a luta para o Estado – o que justifica a disputa perpétua -, mas por que o ordenamento jurídico das relações de produção se presta antes de tudo a manter as forças em disputa nas fronteiras do estabelecido, equilibrando-as em acordos que mesmo precários, são tácitos. Tácitos porque estabelece perdas como condição para outros ganhos. São negociações que parecem se estabelecer entre distintos, mas que paradoxalmente, enquanto tecnologias de poder, geram continuidades à governabilidade.

É por volta de 1944 que os movimentos grevistas voltam a acontecer com mais frequência, porém à margem dos sindicatos oficiais e geralmente sem o aval das organizações partidárias. Uma visibilidade tanto do enfraquecimento da ação diretiva do Estado nas relações de trabalho, quanto demonstração das resistências no mundo do trabalho.

É preciso tanto para o Estado quanto para o movimento sindical, a partir da nova realidade tecno-burocrática criada pela legislação trabalhista, redimensionar estratégias e reelaborar tecnologias.

Apesar de a intermediação estatal continuar a ser um mecanismo usual nos conflitos trabalhistas, ainda permanecendo o uso de aparato policial nas situações de conflito mais intenso, concessões passam a ser feitas com mais frequência e em maior extensão, de modo que, nos 1950, o movimento sindical segue rumos bastante diferentes do momento anterior (CHAIA, 1999:128). Nesta década os problemas que se apresentam ao sindicalismo, diferentes dos anteriores - inflação, desemprego, custo de vida, etc. – convergem interesses em torno dos aspectos econômico-financeiros implicando maior integração entre os diferentes sindicatos. Além disto, urge, cada vez mais, que se conheçam os diferentes aspectos da realidade nacional e internacional que compõem o quadro econômico-financeiro da época, pois, é com base nos dados estatísticos, que as questões cruciais do mundo do trabalho passam a ser tratadas. O cálculo dos salários, por exemplo, passa a ser determinado pelos dados estatísticos sobre a realidade nacional e internacional. Todas as negociações entre empregadores e sindicatos necessariamente partem destes dados, que não raro se apresentavam alterados pelos interesses governamentais.

Mesmo com uma legislação trabalhista que impedia a criação de órgãos de coordenação, nas diferentes situações de conflito em que foram surgindo, os sindicatos começaram a unir suas lutas em organizações paralelas que, a partir dos mesmos enfrentamentos, acabavam agregando diferentes correntes sindicais.

É deste modo que nos anos 50 se instala o Plano de Unidade Intersindical/PUI, que passa a coordenar as ações políticas e sindicais dos trabalhadores. Este foi um importante passo na direção da criação de um órgão central agregador.

Com o intuito de instrumentalizar o movimento sindical com dados que, ao que se julgava, poderiam ser tratados de modo mais fidedigno do que os do Estado e a partir de um pacto entre teóricos e dirigentes sindicais, em 1955, é criado o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos/DIEESE.

Até então, os estudos sobre questões econômicas que envolviam a vida produtiva se locavam, quase que exclusivamente, no âmbito governamental. Com a criação do DIEESE é quebrado o monopólio estatal sobre este tipo de conhecimento.

Ao analisar a origem e expansão do DIEESE Chaia (1992) aborda a questão do conhecimento e da organização sindical, considerada sob dois aspectos: um primeiro que denomina de *racionalidade apreendida* e um segundo que nomeia *racionalidade aplicada*. A racionalidade apreendida está ligada à experiência e ao aprendizado dos trabalhadores na luta sindical e se refere à capacidade do próprio movimento sindical ‘de engendrar uma instituição para a orientação técnica das ações sindicais’. O segundo aspecto está relacionado ao projeto dos intelectuais e se refere ao engajamento profissional e político de cientistas sociais que, ‘após o afrouxamento de seus vínculos políticos com partidos de esquerda passam a fazer diretamente a intermediação entre ciência e classe, produzindo conhecimento técnico para orientação da prática sindical’ (CHAIA, 1992:16). Porém, a substituição do engajamento político partidário anterior pela ação sindical, não necessariamente significou envolvimento com os movimentos trabalhistas em si, ‘uma vez que os cientistas sociais [do DIEESE] não entraram em contato direto com as massas trabalhadoras e continuam a insistir na manutenção de pressupostos do pensar científico para embasar o agir político.’ (CHAIA, 1992:16).

A atenção que a academia passa a prestar na categoria trabalho abre um novo espaço para o consumo das verdades que produz, proliferando os estudos acadêmicos sobre o mundo do trabalho, especialmente sobre a questão sindical.

Nesse sentido, Azis Simão mostra a perplexidade que Edgar Leuenroth e João da Costa Pimenta, dois *vanguardeiros* (SIMÃO, 1966:1), experimentam, em 1966, ao se defrontarem com um tipo de sindicalismo bastante diferente daquele sindicalismo Revolucionário que presenciaram nascer no apontar do mesmo século e do qual fizeram parte. Para Leuenroth, antes, ‘a vida dos sindicatos estava no sentimento de igualdade e na efervescência das idéias’ (LEUENROTH, E. in SIMÃO, 1966:2) que via ser substituída por procedimentos burocráticos que assemelhavam os sindicatos a repartições públicas. Mas, o maior engasgo desses que viveram o sindicalismo instituinte foi a transfiguração da postura de negação do Estado em uma atuação que, em oposição, estabelece vínculos que, de um modo ou outro, amparam e reforçam a perspectiva estatal.

Quem conheceu a antiga simplicidade e observa a atual complexidade [do sindicalismo em meados dos anos 60] (...) compara os velhos grupos de militantes com os modernos quadros de burocratas e pode distinguir as diferenças nas relações gremiais e, correlatamente, na definição de posições e papéis tem o testemunho sócio-cultural das mudanças ocorridas. (...) Associações instáveis, na maioria frequentemente desorganizadas pela repressão policial e reorganizadas por grupos revolucionários, opunham-se por sua vez, não só às gestões econômicas, mas também aos poderes governamentais. (...) socialmente legitimadas e legalmente reconhecidas, são grêmios estáveis (...) [que] parlamentam com associações de empregadores, participam de órgãos judiciários e administrativos (...) têm atribuições delegadas por poderes públicos e agem nas esferas do governo. (SIMÃO, 1966:1).

O sindicalismo, enquanto estratégia de luta na defesa dos direitos dos trabalhadores com vistas à mudança social, situado na mediação das relações de trabalho, não mais vincula sua existência aos avanços em prol, necessariamente, da transformação da sociedade, mas à vital representação trabalhista que, nos jogos de governo, entre outros, é o que garante a manutenção da máquina sindical.

O sindicalismo, no modelo econômico desenvolvimentista do Estado populista, caracterizou-se pela aliança explícita que se estabeleceu entre Estado e trabalho.

Mas, sendo as resistências inerentes às relações de poder, tampouco a burocratização sindical ou a aliança com o Estado conseguiram aniquilar os movimentos contrários. Enquanto a imprensa anarquista denunciava que sindicatos ministeriais quando não eram *chocadeiras de ladrões* eram *incubadoras de políticos* (A Plebe, São Paulo, 1.5.1950 in E.RODRIGUES, 1993:45), várias greves continuavam a acontecer. Em 1951, são conhecidas 174 greves envolvendo cerca de 370 mil operários. A greve dos bancários, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, durou 69 dias. Em Porto Alegre, desencadeou-se um movimento contra a carestia da vida contando com associações sindicais, tal movimento se ampliou até Novo Hamburgo, no interior do estado.

Muitas outras greves repercutiam significativamente junto à opinião pública: a dos aviários e aeronautas, dos operários têxteis, dos operários da fábrica de papel de Pernambuco, dos metalúrgicos, dos motoristas e outras. Cerca de 550 empresas foram atingidas pelos movimentos de reivindicação em 1951. Em 1952 foram 265 greves com a participação de 410mil operários. A maioria das atividades grevistas foram por aumento salarial. Os focos das greves foram os estados da Paraíba, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (E.RODRIGUES, 1993: 62).

Também no ano de 1953, com o aumento do custo de vida, houve muitas greves e reagindo à tutela do Estado, os trabalhadores deflagraram movimentos paredistas que paralisaram cerca de 800 mil assalariados. Em 1954, mesmo com a promessa de salário mínimo, as greves continuavam. De um modo geral, salvo nos sindicatos que ainda contavam com alguns militantes anarco-sindicalistas, as greves aconteciam sempre pelos mesmos motivos salariais (E.RODRIGUES, 1993:123).

Os libertários, nesse embate das forças sindicais que dão por majoritário os interesses políticos partidários e governistas, mudaram de estratégia e passaram a se concentrar na distribuição de publicações ácratas aos trabalhadores, além de zelarem, com muito mais cuidado, pelo arquivamento de suas produções.

Bom frisar que esta localização da ação libertária em outra esfera, não significa estagnação do movimento libertário. Na primeira metade do século XX, os Centros de Cultura Social, por exemplo, eram iniciativas resultantes da tradição anarquista que se tornavam bastante comuns e onde o aprimoramento intelectual, a prática pedagógica e os debates públicos constituíram formas de ação e de formação de militantes e de livres pensadores. Segundo Edgar Rodrigues os Centros de Cultura Social são um

Tipo de associação fundada por anarquistas, com fins de divulgar a cultura ideológica. Agrupações por afinidade de idéias, livremente orientada, tendo como atividade principal a difusão da cultura geral, baseada no raciocínio livre, nas experiências científicas e sociológicas. Seu fim é o de subtrair o homem da condição de instrumento dirigido, condicionado econômica, moral e psicologicamente, dar-lhe condições de um SER pensante com liberdade de ser livre. Sua meta mais importante é a divulgação da cultura social com vistas a alargar os limites da mente humana, mais difíceis de transpor do que as fronteiras geográficas, políticas e econômicas. Visa libertar o homem e dar-lhe condições de ser ele mesmo num mundo livre. (E.RODRIGUES,1976: 89)⁵⁵.

Os Centros de Cultura Social permanecem e na atualidade estão em plena atividade.

Também os encontros e eventos libertários continuaram a acontecer ativamente. Em 1953 ocorre um encontro de nível nacional na casa de um dos libertários mais significativos para o movimento: José Oiticica. Em 1955, a primeira reunião da União Anarquista ocorre no Rio de Janeiro. Impulsionados pelo Quarto Congresso Internacional Anarquista e pelas necessidades de revisão de métodos de organização e propaganda, libertários brasileiros

⁵⁵ Os Centros de Cultura Social permanecem até hoje em plena atividade como os de São Paulo e do Rio de Janeiro.

acertaram para os dias 26, 27 e 28 de março de 1959 uma Conferência no Brasil. O Encontro se realiza na *Nossa Chácara*⁵⁶, em Itaim, no estado de São Paulo, e conta com a presença de anarquistas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de militantes isolados nos estados do sul, bem como de exilados espanhóis e italianos.

Além da estratégia de manter vivos estes encontros para evitar que a atividade de divulgação se dispersasse, os anarquistas perceberam a necessidade de unir esforços e, em 1955, fundaram dois dos jornais mais importantes para a propaganda libertária: o *Plebe*, criado em 1917 cuja publicação havia sido interrompida várias vezes, voltando a ser publicado em 1947 e o *Ação Direta*. (<http://www.utopia.pt/?doss=19&cidade=1>, 2004).

É nos anos 1950, então, que uma série de livros anarquistas voltam a ser publicados. Até a ditadura militar, segundo Edgar Rodrigues (<http://www.utopia.pt/?doss=19&cidade=1>, 2004), publicaram-se cerca de quinze a vinte livros anarquistas.

Apesar dos dados do Ministério do Trabalho, em 1953, informarem a existência de 838 sindicatos, com 807.442 operários filiados (E.RODRIGUES, 1993: 121), não existia, na época, um movimento sindical de fato. O que funcionava no Brasil eram associações sindicais dirigidas pela astúcia de uns poucos funcionários do governo - os pelegos - alguns políticos inescrupulosos, da chamada esquerda obediente à Moscou, somados aos políticos de *centro* e de *direita*, também exploradores do trabalhismo (E.RODRIGUES, 1993: 64). Conforme Edgar Rodrigues podia-se classificar isto de todas as formas, menos como um movimento sindical.

O movimento sindical de fato acontecia nas *associações alternativas* aos sindicatos oficiais ou nas organizações nos locais de trabalho, quase sempre clandestinas (ALEM, 1991: 62). Mas, com a supressão pelo governo Vargas do *atestado de ideologia* para a inscrição de

⁵⁶ Em 1944 Edgar Leuenroth (1881-1968) fundou a *Nossa Chácara*. Este projeto objetivava manter e veicular o pensamento anarquista através de reuniões dominicais numa chácara adquirida pelo esforço conjunto dos operários anarquistas paulistas. Neste local se realizavam encontros, cursos e eventos acrátas em geral, bem como o local servia de espaço de recreação e estudo para todos os libertários. Nos anos 50 a chácara mudou de lugar, mas continuou a *funcionar*.

candidatos aos sindicatos oficiais, em 1952, os sindicatos paralelos começam a se esvaziar e os comunistas voltam a procurar espaço junto a estes sindicatos.

1. Os Professores Trabalhadores:

É na abordagem sobre os movimentos trabalhistas da década de 1950 que Edgar Rodrigues alude aos professores nos movimentos paredistas, citando a paralisação dos docentes do Colégio Nilo Peçanha, em Barra do Piraí, no Rio de Janeiro, em 1955, e à greve nacional dos professores que, junto à dos estudantes e dos operários do Distrito Federal – então Rio de Janeiro – Niterói, Petrópolis e Minas Gerais, explode em 1959.

Além de se oporem à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, que tramitava desde 1946, no Congresso, os professores pleiteavam aumentos salariais e a fixação de um salário mínimo nacional. (E.RODRIGUES, 1993)

Segundo alguns autores, notadamente aqueles que têm a perspectiva econômica como condição aos rumos do movimento sindical⁵⁷, esta transformação do movimento sindical para uma perspectiva mais técnica apontada anteriormente acontece em resposta ao crescimento que a I Guerra Mundial gerou na indústria brasileira.

No entanto, do mesmo modo que se impôs a transposição da pluralidade associativa para a forma sindical única, essa outra reforma respondia estrategicamente à solidificação institucional oficial do sindicalismo.

Os vários encontros sindicais que aconteceram principalmente no ano de 1960⁵⁸, e que culminaram no 3º Congresso Nacional, onde o *reformismo esquerdizante*, através

⁵⁷ Leôncio Martins Rodrigues, Azis Simão, Maria Hermínia Tavares de Almeida, são alguns nomes que sobressaem.

⁵⁸ Em 1960 aconteceram: a 3ª Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal no RJ, onde além dos temas: contenção do custo de vida, aprovação urgente da reforma previdenciária, regulamentação do direito de greve, plano de classificação de cargos dos funcionários civis da união, diretrizes e bases do ensino e outros problemas nacionais, discute-se, também, a criação de um órgão central sindical do Estado da Guanabara. Em abril do mesmo ano, ocorre o 11º Congresso Sindical dos Trabalhadores, no Estado de São Paulo, cujo esforço era de marcar uma nova etapa no movimento sindical, na qual prevaleceria a unidade e o reforçamento da organização

basicamente das correntes nacionalista, comunista⁵⁹, pelegos ou renovadores, alicerçou definitivamente a aliança entre Estado e trabalho.

O 3º Congresso Nacional de trabalhadores, em 1960, elucidava a ‘guerra de comandos sindicais que tentando sair da órbita do trabalhismo governista, caía nas malhas do trabalhismo partidário aliado ao PCB’. (E.RODRIGUES, 1993:205).

Numa rápida avaliação dos temários dos numerosos Congressos de 1960, comandados em sua maioria pelos ‘nacionalistas’ e pelos ‘pelegos’ não encontraram tomadas de posição contra a miséria e a fome dos brasileiros do interior dos Estados. Nenhuma reação ou moção contestando os governantes e os políticos! As metas dos ‘operários’ são bem claras, têm sempre duas direções políticas partidárias: a autoritária e/ou reformista, reacionárias por excelência. (E.RODRIGUES, 1993:214).

A transformação que o movimento sindical vai operando tem, na greve, uma visibilidade bastante específica. Entre os que viam a greve como um fim último, havia algumas coligações sindicais, que Rodrigues denominou de Sindicatos Políticos e Reformistas

sindical. Também a 1ª Convenção Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito, com um temário resumido, também neste mesmo ano, discutiu a concretização do contrato coletivo de trabalho e o estabelecimento de salário profissional, reforma da previdência social, regulamentação do direito de greve e questões de interesse nacional. Em Recife, o Congresso Nacional não fugindo à regra, trazia temas de política nacionalista e reformista junto a reivindicações econômicas. O 2º Congresso Sindical dos Trabalhadores de São Paulo fazia um apelo às relações internacionais com vista ao restabelecimento da unidade internacional dos trabalhadores, discutindo a presença de delegados operários nas empresas, sindicalização e criação de novos sindicatos, liberdade e autonomia sindicais e proteção do trabalhador, da mulher e dos menos favorecidos. Neste congresso, cientes de que o operariado de São Paulo significava 50% do total brasileiro, estiveram presentes representantes de várias entidades sindicais, religiosas e partidárias cujos interesses trabalhistas se faziam ver. O 3º Congresso Sindical de Santa Catarina tinha 16 pontos de discussão, dos quais se destacaram autonomia sindical, previdência social e seguro para acidente de trabalho, problemas de organização sindical, condições de trabalho nas empresas, especialmente da mulher e do menor. Também o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná que embora ao final do evento se posicionasse contra o engajamento dos órgãos representativos dos trabalhadores a qualquer partido político em nada desafina dos chavões da esquerda. O Congresso Sindical do Nordeste que ratifica a 2ª Conferência Sindical Nacional também não fugiu à regra, seus congressistas se declararam patriotas e democratas. Ainda obedecendo às mesmas regras do Congresso do Nordeste, ocorre o Congresso Sindical do Estado do Rio de Janeiro onde se solicitava a nacionalização de várias firmas estrangeiras com várias moções de repúdio aos bancos estrangeiros e apoio aberto aos candidatos nacionalistas Lott e João Goulart. ‘Numa rápida avaliação dos temários dos numerosos Congressos realizados no ano de 1960, comandados em sua maioria pelos ‘nacionalistas’ e pelos ‘pelegos’ não encontramos tomadas de posição contra a miséria e a fome dos brasileiros do interior dos Estados.’ (E.RODRIGUES, 1993:209-210).

⁵⁹ Neste Congresso os nacionalistas votam contra a extinção do imposto sindical compulsório cobrado pelos empregadores e recolhidos à União; pela filiação das entidades sindicais brasileiras às Federações internacionais – Federação Sindical Mundial e Confederação dos Trabalhadores da América Latina – e, principalmente, pela criação de uma central sindical, nascendo aí a CGT que mais tarde viria a ser criada. (E.RODRIGUES, 1993:214).

(2004:204) que não se opunham ao sistema econômico e que a utilizavam como uma estratégia de negociação. Outros, os anarco-sindicalistas, viam a greve como um processo revolucionário na medida em que era o caminho na eliminação da sociedade de classes⁶⁰. Para os comunistas, sendo o sindicato amparo partidário, a greve é um meio de influenciar nas decisões do Estado, devendo, portanto, ser orientada segundo objetivos determinados pelo partido político. Foram estes que, pelo monopólio que alcançaram no Movimento Sindical, determinaram o emprego e orientação das greves a partir dos anos 1930 e 1940.

Para o patronato, a greve tinha seu significado determinado pelo efeito que causava na produção, sendo, então, regida basicamente de duas maneiras: ceder ou resistir aos movimentos paredistas, definitiva ou temporariamente, mas sempre prevendo mais penalidades do que sanções.

A partir da atenção que se presta às questões que o mundo do trabalho lança, as greves foram passando do âmbito da ação privada das relações entre patrão e empregados para o plano das relações entre categorias e sociedade de tal modo que, embora o Estado continuasse ainda por algum tempo com a tradicional postura punitiva, começa a se difundir a noção de *conflito produtivo - econômico*.

As greves passaram a ser vistas como uma forma que visa compensar insuficiências. ‘(...) evidente que as greves integraram-se na dinâmica geral das relações industriais e não constituem normalmente um fator de anomalia social. (...)’ (L.M.RODRIGUES, 1966:24).

Com a regimentação das relações de produção a punição às greves, nos moldes do que ocorria nos primeiros movimentos paredistas, aprimora-se e refina-se em penalidades.

⁶⁰ No entanto havia divergências: as greves parciais promoviam melhorias circunstanciais, o que, argumentavam alguns militantes anarquistas, acabava significando a manutenção do sistema econômico vigente. Para outros, os conflitos coletivos de trabalho menores eram ações preparatórias para a greve geral. Mas, na maioria das vezes, os libertários acabavam apoiando as pequenas insurreições que iam surgindo. Já, entre os comunistas, não havia preocupação com a questão do caráter reformista da greve parcial contra o caráter revolucionário da greve geral, mas com a greve enquanto técnica complementar da ação político-partidária.

A instituição de comissão de arbitragem, a estipulação de condições para sua ocorrência, o sistema de negociações coletivas, fizeram com que a greve encontrasse acomodação na estrutura social e institucional do sistema e que fosse regulamentada pela rotina. As formas mais extremadas de conflitos, as sabotagens das instalações fabris, a ocupação dos locais de trabalho, os boicotes de empresas foram substituídos por greves pacíficas, conduzidas organizada e racionalmente pelas grandes organizações sindicais, enquanto empresários punham de lado as velhas táticas anti operárias: negação do reconhecimento dos sindicatos como representantes dos trabalhadores, contratação de 'furadores de greve', dispensa dos operários grevistas etc. (L.M.RODRIGUES, 1966:25).

As lutas sindicais, desde o início dos anos 50, não são mais vistas contrárias ao sistema econômico, mas como uma ação que pode ter certo caráter corretivo dos efeitos negativos sobre o equilíbrio social. As greves se inserem nas relações de produção de tal modo que, ao invés de somente reprimi-las, o Estado passa a normatizá-las delimitando poderes tanto de empregadores quanto de empregados.

Nestas transformações, as relações de trabalho e os conflitos do trabalho passam a ter uma nova expressão política e jurídica. A liberdade da empresa é mantida, sem marginalizar o sindicato, mas tomando-o alvo da ação integrativa de modo a transformá-lo, não sem sua cumplicidade, num elemento da política socioeconômica que, sob a *bandeira* da resistência, harmoniza as relações de trabalho através dos conflitos que passa a gerenciar.

Aparentemente contraditória, a aliança que se estabelece entre Estado e trabalho tem sustentação nas etapas previstas pelo partido comunista para a revolução - transição pacífica da social democracia para o comunismo.

Nesta lógica e por dentro do sindicalismo de Estado, a aliança entre os trabalhadores e a burguesia nacional progressista só findará no início da década de 1960. É com o golpe militar de 1964 que ela se desmancha. Porém, o sindicalismo de Estado, funcional aos interesses militares, persiste.

O golpe militar reinaugura, em 1964, outra era de autoritarismos e exclui os trabalhadores do cenário da participação social, tomando todo movimento sindical sob sua inteira custódia.

No caso anarquista, a repressão militar dirigida antes e após o golpe, atenta à mudança de estratégia libertária, expande sua ação repressiva aos espaços e instrumentos de cultura ácrata. Não só jornais e editoras são destruídos, mas residências de anarquistas são invadidas e todo material libertário encontrado foi destruído⁶¹.

[Os anarquistas tinham] um centro de cultura no Rio de Janeiro, mas com a revolução dos militares, eles fecharam aquilo, prenderam vários militantes, e 17 deles foram envolvidos num processo na II Auditoria da Aeronáutica. (...) Em São Paulo existia também um centro social com muita atividade, (...) e existia a chácara onde se realizavam os congressos. Com o problema da prisão dos militantes no Rio, o pessoal de São Paulo resolveu (...) passar a reunir-se unicamente na chácara, que era um local mais afastado. Então, o movimento, ali, funcionou clandestinamente. (E.RODRIGUES,<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/brasil/11edgarentrevista.htm>).

No campo da legislação trabalhista, substituiu-se a estabilidade aos dez anos de serviço pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, além de se aperfeiçoar a legislação anti-greve.

Como o movimento sindical vinha há muito tempo construindo laços práticos e teóricos com o pensamento comunista, o poder estatal neutralizou, não sem violência, a esquerda sindical, fazendo desaparecer completamente os sindicatos de resistência, pelo menos no primeiro período da ditadura militar que vai até mais ou menos 1978.

As poucas greves que ousavam acontecer entre 1964 e 1968 restringiam-se unicamente a questões específicas de atrasos salariais (CHAIA, 1999:129).

⁶¹ Haja vista as experiências vividas anteriormente, foi graças à atitude defensiva dos anarquistas de esconder todo material libertário que possuíam que a memória do anarco-sindicalismo foi salva. Edgar Rodrigues tem um papel importantíssimo organizando, a partir do material que restou e de seu acervo pessoal, obra única sobre o anarco-sindicalismo brasileiro.

Até a edição do Ato Institucional número 5 – AI-5, em 1968, as tentativas de mobilização operária, coincidentes com o movimento estudantil, bastante forte no período, protestavam contra o arrocho salarial e o desemprego, ainda sob o peso da proposta aliancista da chamada *Frente Ampla* (ALEM, 1991: 64).

Todavia o período posterior ao AI-5 é o da estratégia armada orientada pela utopia revolucionária, dizimada pelo terrorismo estatal combinado ao *milagre econômico*.

No final dos anos 1970, no entanto, quebrando o bloqueio militar, os movimentos paredistas começam a ressurgir com intensidade influenciando o movimento sindical que passa a se tornar bem mais combativo.

É o aparecimento do chamado *novo sindicalismo*, um conjunto de experiências de luta bastante diversificado que emerge entre os trabalhadores metalúrgicos do interior de São Paulo - classe operária que na década anterior teve significativo papel na construção do *milagre brasileiro* (TAVARES, 1996).

O *novo sindicalismo* lutou pela abolição da intervenção do Estado no funcionamento interno dos sindicatos e na regulação das relações entre capital e trabalho. Pleiteou o retorno da negociação coletiva entre patrões e empregados sem intermediações do Estado, o retorno do direito de greve, liberdade e autonomia sindicais, bem como lutou contra a lei que arquitetava os sindicatos fora das empresas. Deste modo, se afastava do *velho sindicalismo* que se orientava pela lei de sindicalização de 1931, a qual estabelecia sindicatos únicos, por ramo produtivo e região, ligando-se organicamente ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Apesar de não haver um consenso entre os estudiosos do movimento operário e sindical brasileiro sobre o que seja o *novo sindicalismo*, há que se reconhecer uma origem comum desses discursos: os próprios sindicatos que integram a *institucionalidade estatal*. Nesse sentido, Blass (1986) elucida a reapropriação, da estrutura sindical brasileira que vinha sendo restituída pelos trabalhadores desde os anos 1930. Para Sader (1998) os sindicatos na

década de 1970 se aproximarem do *chão de fábrica*, o que os leva a se expressarem muito mais como movimento e extrapolam o aspecto institucional que lhes dá sustentação.

Quanto mais os sindicatos, enquanto instituições, se colocam no cotidiano dos trabalhadores, dentro e fora dos locais de trabalho, mais se afastam de seu aspecto institucional e se aproximam de sua perspectiva de movimento social. Tais momentos são de excepcionalidade e trazem a marca da extrapolação das fronteiras empresariais e estatais da ação sindical e, reconhecidos como interlocutores políticos pelos trabalhadores, empresários e Estado transformam-se em referência política.

O adjetivo *novo* referenda uma luta que não se restringia às questões unicamente econômicas, mas assumia a negativa do Estado como controlador das relações de produção e de trabalho, num movimento formado basicamente por trabalhadores das grandes empresas, principalmente as de metalurgia do interior de São Paulo. Estes trabalhadores se distinguiam do operariado nacional: seus salários eram mais elevados chegando ao ponto de, em alguns casos, ultrapassarem o ganho médio de certas profissões liberais. Exatamente por conta deste poder aquisitivo, o acesso que tinham aos conhecimentos do mundo econômico e político, muito mais facilitado que aos demais trabalhadores, proporcionava-lhes melhores condições para desenvolvimento de suas capacidades, gerando uma organização mais refinada no que diz respeito aos intentos de interferência junto às políticas de governo.

No que tange à intelectualidade, percebe-se que, nesta nova fase do movimento sindical, assume seu papel junto à academia e posiciona-se *um pouco mais além* do que dita a tradição marxista da vanguarda do proletariado, reduzindo o significado do discurso científico sobre o trabalho e suavizando sua presença enquanto consciência do operariado no movimento sindical, o que fica evidente na criação do DIEESE (CHAIA,1992:16). Tal mudança de posição levou a intelectualidade a uma postura mais incisiva do que a adotada anteriormente.

Segundo Almeida (apud CHAIA, 1999:129), o *novo sindicalismo* é um movimento de reafirmação da força da classe trabalhadora frente ao aliancismo de classe que surgiu na década de 30, sendo, neste momento, rejeitado. No entanto, o *novo sindicalismo* se estrutura a partir das mesmas bases do sindicalismo que emergiu no século XIX, intrigando quanto ao adjetivo *novo* que lhe qualifica. De qualquer modo, a postura sindical neste período difere exatamente por ser mais próxima dos jogos de governo, pois não só melhor conhece os aspectos determinantes das políticas econômicas que se implantam, mas delas faz parte influenciando significativamente sobre seus caminhos.

O sindicalismo oficial subordinado ao Estado que privilegiou, sobretudo, os burocratas e que se implantou no país desde o período getulista até a ditadura militar, foi desmantelado pelo chamado *novo sindicalismo*.

Um dos marcos do *novo sindicalismo* foi a denúncia à manipulação governista nos cálculos sobre o índice do custo de vida⁶² acusada pelos estudos do DIEESE. Indignados com a manipulação do governo, os trabalhadores passaram a lotar as assembleias sindicais, não só no ABC paulista, mas a partir daí, por todo o país. Esses movimentos se não mudaram, tiveram papel preponderante nos rumos da política econômico-trabalhista.

Mas o fato que colocou o *novo sindicalismo* efetivamente nos negócios do Estado foi a criação de um partido político atrelado a seus interesses.

O grupo que liderou os sindicalistas do ABC paulista e que editou o *novo sindicalismo* une-se a alguns intelectuais de esquerda e à ala progressista da Igreja Católica, em 1979, fundando o Partido dos Trabalhadores⁶³.

O partidarismo político no seio do sindicalismo já não gerava mais nenhum tipo de discussão. Ao contrário, as disputas que caracterizaram o período ocorreram entre o *novo*

⁶² Elemento base para o cálculo dos salários.

⁶³ A lei 6683, sancionada em 28 de agosto de 1979, além de conceder a anistia, provoca a reforma eleitoral, abandona o bipartidarismo e retoma o pluripartidarismo, possibilitando, então, a criação do PT.

sindicalismo, as lideranças sindicais influenciadas pela esquerda ortodoxa e os dirigentes da ‘autodenominada Unidade Sindical’⁶⁴. Exercendo uma ação oficialmente parlamentar, consolida-se definitivamente o partidarismo sindical.

Durante a 1ª Conferência Nacional dos Trabalhadores – CONCLAT – realizada em 1981, o confronto entre essas duas forças gerou as Central Única dos Trabalhador-CUT e a Central Geral dos Trabalhadores-CGT. A CUT aglutinou o sindicalismo do ABC paulista e a CGT, fortemente influenciada pelos comunistas, agregou os demais. A grande maioria dos membros do PT estava também na CUT e alguns membros faziam parte tanto da Executiva Nacional da Central como do Diretório Nacional do Partido (CHAIA, 1999: 130).

No entanto, de acordo com a história contada pelo próprio sindicalismo, este I CONCLAT foi um marco na luta pela restauração do movimento de trabalhadores no país na medida em que rompia com os limites do peleguismo, da conciliação de classes e da legislação fascista do período em direção a um sindicalismo que, contraditoriamente, se pretendia autônomo em relação aos partidos políticos e ao Estado, avançando e amadurecendo na luta, principalmente através de uma Central (MACIEL, 1992: 7).

Não ignorando o fato de que tal autonomia nunca se construiu e nem este foi o intuito do movimento sindical⁶⁵, essa forma organizacional que compreende câmaras setoriais, nivelamentos com seus dirigentes, bancadas e representantes; funcionando em instâncias decisórias hierarquicamente dispostas e representativamente instituídas e organizadas a partir das Centrais, apesar de divergente, nas matizes, de um mesmo partidarismo, enfeixa uma organização que obedece aos grandes princípios de estamento.

⁶⁴ As lideranças do novo sindicalismo se ligam ao Partido dos Trabalhadores/PT e as da Unidade Sindical ao Movimento Democrático Brasileiro/MDB.

⁶⁵ O sindicalismo que se formou no Brasil, no início atrelado ao PCB e mais tarde ao PT, fez o mesmo jogo dos criticados sindicatos pelego, amarelo ou de aliança com o Estado: camufla-se no esquerdismo, pois mais interessa manter a instituição sindical enquanto espaço significativo na luta partidária, do que construir possibilidades de organização dos trabalhadores – seja para o que for. Se restaurar é recuperar algo do passado, para restaurar algo que tenha rompido com isto, seria preciso, na história brasileira, resgatar o ideário anarquista no seio do movimento sindical.

O que caracterizou efetivamente o *novo sindicalismo* não foi a negação da política salarial da ditadura com forte mobilização grevista e nem a negativa da prática burocrático-governista dos sindicatos oficiais – isto é o que um movimento de resistência trabalhista efetivamente faz nas épocas de extremo autoritarismo – mas, paradoxalmente a sedimentação do partidarismo sindical no interior de um discurso que proclamava autonomia de interesses partidaristas e governistas.

Numa localização que entende as condições político-econômicas de produção determinantes, o que elevou o poder de pressão dos militantes do novo sindicalismo a ponto de instituírem um partido político, foi o papel crucial que a classe média operária urbana passou a ocupar na economia nacional, e que lhe outorgou nova e significativa importância econômico-política. A partir disto, reconhecendo sua posição na economia e política nacional, o movimento sindical através de seu poder reivindicatório, recupera lugar na vida política do país, transformando-se de sindicalismo de massas e de confronto em sindicalismo *neocorporativista* (CHAIA, 1999:130).

Noutra perspectiva, o acontecimento relaciona-se ao fortalecimento de governamentalidades através da reinserção oficial do trabalhismo político no universo parlamentar. Desde os períodos anteriores, salvo quando a predominância foi anarquista, o sindicalismo, quer buscando tomar o Estado como estratégia para estabelecimento do socialismo ou num acordo de classes, quer colaborando com este a fim de garantir ganhos, sempre teve o jogo parlamentar como alvo demarcado, mantido próximo.

Capítulo II

O Sindicalismo Docente no Brasil.

Nos anos 1980, concomitante à construção de um sindicalismo de ação parlamentar, acontece no país acentuada queda nas taxas de sindicalização⁶⁶.

Este fato, pode-se supor, acarretaria um enfraquecimento do movimento trabalhista brasileiro. Mas, ao contrário, entre os anos de 1985 e 1987, cresceu o número de greves fazendo com que, a despeito desta queda no índice de sindicalização, o movimento trabalhista permanecesse em alta.

A quase obrigatória relação entre queda no índice de sindicalização e perda do poder sindical, remete à distinção entre sindicalismo como movimento social e sindicalismo como instituição, explorada por L. M. Rodrigues (1999). O sindicalismo movimento social é uma força de mobilização política que tem como principal estratégia a greve, e que aglutina os trabalhadores a partir da perspectiva de classe, de tal forma, que os elementos de coesão superam os de diferenciação e ultrapassam o campo das relações institucionais e das negociações tanto governamentais como empresariais. O sindicato instituição se caracteriza pela iminência do burocratismo e foca sua ação no âmbito da sociedade, na organização política econômica, portanto, voltado muito mais à negociação do que ao conflito – ainda que

⁶⁶ ‘Tomando como pontos de referência os anos 1970 e 1988, a sindicalização caiu de 35% para 28% no conjunto dos países. De 1970 a 1975, a proporção de trabalhadores sindicalizados ainda aumentou 2%. A partir de então, começou a cair. No período considerado, tomando-se os países europeus (médias ponderadas) em conjunto, em 1980 o nível de sindicalização (38%) era o mesmo existente em 1970. Em 1980, a sindicalização atingiu seu pico (44%), passando a cair a partir desse ano. A evolução no interior desse período indica queda para todos os países tomados em conjunto. Note-se que as taxas de sindicalização tendem a ser mais elevadas na Europa do que em outros continentes. Entre 1975 e 1980, ainda houve ligeiro aumento da sindicalização entre os países europeus (43% e 44%, respectivamente). Porém, entre 1985 e 1988 em nenhum dos blocos a sindicalização cresceu (...)’. (L. M. RODRIGUES, 1999: 22).

este não seja totalmente descartado⁶⁷. Para L. M. Rodrigues, ainda que em determinadas situações um predomine sobre o outro, ambos se encontram imbricados. (1999: 78).

No entanto, a maioria dos estudos sobre a queda no índice de sindicalização brasileira que se inicia na década de 80 e perdura até os anos 90, entende como principais elementos causadores a opção pela estratégia de conflito e de valorização da greve na defesa dos salários, bem como o neocorporativismo⁶⁸, na medida em que coexiste, nesta perspectiva, certo privilégio às categorias de trabalhadores mais bem organizadas em detrimento das demais, o que teria gerado a dessindicalização da parcela de trabalhadores desconsiderada que é quantitativamente significativa.

Entretanto, este processo de queda no índice de sindicalização não é exclusividade brasileira, mas um acontecimento mundial (L. M. RODRIGUES, 1999: 19-32) que ocorre independentemente das estratégias adotadas pelos múltiplos sindicatos, frente aos mais diversos contextos. ‘Os dados indicam, em praticamente todos os países e com intensidade diferente, que o declínio das taxas nacionais de sindicalização verificado na década de 80, continua nos anos 90’. (L. M. RODRIGUES, 1999: 76).

Ainda em termos mundiais, tal declínio nas taxas de sindicalização teria sido bem mais intenso caso não tivesse sido amortecido pelo ingresso do setor público no movimento sindical que se dá no começo dos anos 60. Mas, no Brasil, por conta do golpe de Estado que instaura 20 anos de ditadura militar, a sindicalização do setor público só tem significado de resistência a partir dos movimentos do chamado ‘novo sindicalismo’.

Os motivos que levaram os profissionais do setor público à filiação sindical, no princípio são estudados pela perspectiva de ingresso da classe média no mundo sindical,

⁶⁷ A ação operária, portanto, não se organiza necessariamente em sindicatos. A expressão ‘movimento operário’ costuma ser usada para designar esta perspectiva menos institucional da organização dos trabalhadores que no Brasil correspondeu à fase em que predominou o ideário ácrata.

⁶⁸ O termo corporativismo é utilizado aqui no sentido usualmente empregado pelo movimento sindical, pelas lutas sociais e mais recentemente até pelos meios mais acadêmicos, apesar de se afastar de sua formulação clássica. Refere-se à sobreposição de interesses particulares de uma corporação (sindicato ou grupo profissional) sobre os interesses do conjunto social.

frente às reais possibilidades e impossibilidades de sua ação. Para Leôncio M. Rodrigues (1999: 85) o uso do termo *'trabalhador de colarinho branco'* para designar os trabalhadores de escritório, comércio, bancos e professores que usavam gravata - símbolo de distinção social – é indicativo de que se acabava focando mais o tipo de tarefa (não-braçal) do que o setor da atividade – público ou privado. Parte destas discussões era inspirada em esquemas interpretativos das condutas das classes médias, de modo que o descenso social acabava sendo a chave explicativa para a sindicalização maciça desta parcela de trabalhadores.

Conclusivamente nestes estudos, construíram-se mais concordâncias sobre as razões de sindicalização dos trabalhadores do setor público que sobre o que acarretou a queda nos índices de sindicalização do setor privado. Entre os vários motivos levantados, dois eram tidos como especialmente relevantes, inclusive na determinação dos demais: a perda de status, de estilo de vida a que estavam habituados estes trabalhadores das classes médias e que lhes empurrava em direção a reivindicações de garantias salariais, fazendo surgir então a necessidade da sindicalização e a racionalização e mecanização dos serviços e tarefas de escritório burocratizando-se os procedimentos de recrutamento e seleção que a partir da simplificação do trabalho, possibilitam o acesso de uma classe social até então excluída deste meio, alterando a competitividade (L. M. RODRIGUES, 1999: 86).

No entanto, a questão a ser lançada está na tentativa de compreender o que faz o setor público aderir a esta forma decadente⁶⁹ de organização trabalhista, pelo menos neste exato período em que nela ingressa, ao invés de buscar outras formas, outras possibilidades.

Neste sentido, o que tais análises não consideraram foi o fato de terem sido alguns segmentos da classe média a sindicalizarem-se e não esta como um todo. Sindicalizaram-se

⁶⁹ Leôncio Martins Rodrigues (1999:20) ao discutir se a queda no índice de sindicalização que ocorre nos anos 80 e perdura pelos anos 90 é uma crise ou seu declínio, conclui por seu declínio: 'O sindicalismo poderia estar passando por uma fase difícil, mas passível de superação após algumas reformas. Já o termo declínio remete-nos a um processo de debilidade do organismo (que poderia ser mais rápido ou mais lento), mas que não deve forçosamente provocar alterações nas formas de organização, nas estratégias, nos valores da instituição sindical. '(...) o quadro que parece caracterizar o sindicalismo neste final de século sugere mais declínio do que crise.'

especificamente os trabalhadores das variadas instâncias do poder público, notadamente os ligados à aplicação dos investimentos sociais do Estado voltados ao bem-estar da população globalmente considerada: saúde, cultura, transporte, habitação e educação (RIDENTI, 1995: 72) de modo que o termo ‘sindicalismo de classe média’ configura-se um tanto inadequado.

A crise dos Estados de Bem-Estar Social, a falência das políticas intervencionistas e socializantes no novo contexto neoliberal (...) [fez surgir] um novo tipo de movimento sindical que (...) punha em questão [a] autoridade e os princípios da soberania do Estado, cada vez mais incapaz de atender às demandas dos seus empregados e de reagir autoritariamente às pressões desse novo tipo de sindicalismo. Para alguns setores foi justamente este declínio do poder político que teria propiciado a rápida e fulminante expansão do sindicalismo de funcionários públicos. (L. M. RODRIGUES, 1999: 101).

Estes segmentos do funcionalismo público vinham assumindo na luta social e política posturas consideradas de esquerda. Para Ridenti, a tendência à esquerda destes setores pode ser explicada pelo lugar de articulação entre o público e o privado ao buscar atrair maiores investimentos governamentais para as áreas de bem-estar social, seja para atender melhor a população globalmente considerada ou para conseguir melhores condições de trabalho e de remuneração (RIDENTI, 1995: 72). A parcela do setor público que se sindicaliza, suscetível às técnicas de governamentalidade, dissemina, pratica e investe voluntariamente na defesa dos padrões desejáveis de individualidade e de assujeitamento que através de instituições, procedimentos, análises e reflexos, cálculos e táticas exerce esta forma específica e complexa de poder, que tem como alvo prioritário a população, como forma principal de saber, a economia política, e como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança, encontrando no sindicato sua realização.

Estudantes, sindicatos e servidores públicos, especialmente docentes do Ensino Superior, foram os que mais se empenharam nas discussões que caracterizaram o início da década de 60. Estes segmentos reivindicavam melhores condições econômicas e sociais, que

através de reformas promovidas pelo Estado⁷⁰, atendessem aos seus interesses de classe, que argumentavam, eram também os da sociedade como um todo.

Sob ordem de ‘segurança nacional’, o regime militar extingue por completo este clima participacionista, uma vez que a política de aparato militar repressivo precisa conter ao máximo as resistências.

A rota de perseguição, então traçada, foi especialmente dirigida aos estudantes, docentes e sindicalistas, justamente por terem sido os que no período anterior lideraram as campanhas políticas reivindicatórias mais contundentes.

Ainda que na história sindical pouco apareça por terem se organizado bem mais tarde, os docentes, mesmo que em número inferior, sempre estiveram envolvidos com os movimentos dos demais trabalhadores ou ligados a outras facções reivindicatórias da sociedade, como é o caso do Movimento Estudantil. As aproximações, especialmente com o Movimento Estudantil, são significativas, não só pelo compartilhamento do espaço universitário, mas principalmente pelo vínculo de um com outro.

Para Foracchi (1982, p. 49), o que os Movimentos Docente e Estudantil têm em comum é a fusão que promovem entre as questões reivindicatórias e políticas nas lutas que travam e que se revelam especialmente nas campanhas anti-ditatorial e pela transformação da universidade, durante a ditadura militar. Contudo, o que efetivamente os une é o fato da maioria dos dirigentes do Movimento Docente trazer na bagagem o patrimônio político forjado nas lutas do Movimento Estudantil (MACIEL, 1991: 68).

⁷⁰ As discussões em torno da reforma universitária, lideradas pela UNE, empolgavam as universidades e os vários círculos intelectuais. A UNE, junto à boa parcela dos professores, denunciava o caráter elitista, excludente e conservador das universidades e sociedade brasileiras, organizando dois Seminários para debater isto. No de Salvador, onde, em 1960, elabora-se a ‘Declaração da Bahia’, que dentre vários aspectos, declara a necessidade da universidade romper com o projeto histórico nacional clientelista e propõe o acesso a todos os graus de ensino com abertura da universidade ao povo; e o de Curitiba, que em 1962, na ‘Carta do Paraná’, amplia e aprofunda os temas discutidos em Salvador, repudiando a subvenção do ensino pelo Estado e exigindo a participação discente e docente na administração da universidade e inclusão da Reforma Universitária nas ‘Reformas de Base’.

O movimento de estudantes e o de organização dos trabalhadores tem uma emergência que lhes aproxima em outra dimensão. Tanto na organização dos estudantes quanto dos trabalhadores em geral, mas especialmente, dos professores em sindicatos, o que está em jogo são reivindicações de garantias, que refletem cuidados estatais para com a população, especialmente a população urbana.

De qualquer modo, quer tomado em meados dos anos 1970 quando as Associações Docentes – ADs – começam a surgir nas várias universidades existentes, sobretudo nas públicas; ou no final desta mesma década, quando num contexto de esgotamento do regime autoritário militar, começam a ser dados os primeiros passos em direção a uma entidade sindical docente nacional.

Do início das Associações Docentes até o momento em que se cria uma associação representativa de âmbito nacional, a atuação do movimento docente se restringia ao campo local de atuação de cada AD. O contato entre as ADs, necessário para que se crie uma entidade nacional começa a se dar somente ao final da década de 1970.

Inexistindo momentos que possibilitassem discutir os aspectos mais gerais da especificidade do trabalho docente, bem como das políticas de educação, os professores faziam das Reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC⁷¹ um espaço para tal.

⁷¹ A SBPC nasceu em 1948, em decorrência de um movimento de afirmação do pensamento científico brasileiro com o objetivo de criar uma associação para defender os interesses dos cientistas brasileiros e lutar pelo progresso da ciência em nosso país. A década de 1950 marcou a politização da SBPC, que exigia do governo a definição de uma política científica nacional e a criação de um ministério específico para ciência e tecnologia, intenção que o golpe de Estado de 1964 acirrou, apesar da reação da SBPC ao movimento militar ter sido inicialmente discreta. A década de 1970 foi marcada pelo crescimento da SBPC, sendo que suas reuniões foram significativamente marcadas por forte influência de temas político-sociais, apesar de boa parte dos seus dirigentes incansavelmente reafirmarem o cunho anti-partidário e apolítico da instituição. Com a distensão política e a redemocratização, a entidade rediscute seus objetivos, buscando suprimir ou reduzir o conteúdo político de suas reuniões. Hoje, a SBPC, com sede em São Paulo, reúne representantes de todas as áreas da ciência, promovendo Reuniões Anuais, em diferentes pontos do País, com a participação de cerca de 70 sociedades e associações científicas das diversas áreas do conhecimento (<http://www.sbpnet.org.br/SBPC.html>, 10/07/2006).

É justamente aproveitando que a maioria dos membros das Associações Docentes das Universidades Brasileiras se fazia presente à 30ª Reunião da SBPC, que em 1978, um cartaz na porta da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo⁷² – ADUSP-convoca para uma reunião entre todas as ADs.

As dezessete ADs que participam da Reunião da SBPC se fazem presentes nesta reunião que, pela primeira vez, discute os problemas do campo docente numa perspectiva mais geral, dando início a uma reação que revitalizou politicamente as ADs e faz crescer o movimento docente contemporaneamente aos demais movimentos dos trabalhadores que marcam o surgimento do ‘Novo Sindicalismo’. A partir daí, as ADs começam a dar seus primeiros passos em direção à integração nacional passando a organizar encontros nacionais.

Numa fase ascensional dos movimentos de resistência e pleito à democracia, em 1978, a revogação do AI-5 e a instituição das ‘Salvaguardas Constitucionais’ abrandam a lei de Segurança Nacional, possibilitando uma expansão dos movimentos sociais e trabalhistas⁷³. A partir daí as ADs começam a dar os primeiros passos em direção a uma organização

⁷² O governo fazendo frente às críticas e seguindo orientação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que teria identificado pretensão dos estudantes de reorganizarem a UNE durante a reunião da SBPC em 1977, susta a liberação de recursos destinados a esta reunião, o que impediria seu acontecimento. A SBPC mesmo assim decide não adiar a reunião e para reduzir as despesas com viagens e hospedagens, realizá-la novamente em São Paulo já que a maioria dos que apresentariam trabalhos era do Sul/Sudeste. Porém, o reitor da USP - instituição estadual – nega o campus da universidade. Autorizada publicamente por Dom Paulo Evaristo Arns, a reitora da PUC/SP - Nadir Kfoury - abre o campus da PUC-SP para receber esta reunião. Para viabilizar operacionalmente a reunião, surgiu um grande movimento de solidariedade contando com a participação da sociedade não-acadêmica. Apesar do clima de participação social, vários cientistas foram proibidos por suas instituições de comparecer ao evento. De qualquer modo, os efeitos dessa reunião geraram um conflito entre uma parcela do movimento estudantil e a diretoria que não queria colocar em votação uma moção dos estudantes pedindo a convocação de uma assembléia constituinte. A alegação era de que nos princípios da entidade estava explícito que ela não tem caráter político nem religioso e não pode se manifestar a não ser sobre assuntos de interesse dos cientistas. Os estudantes reagiram acusando a diretoria de ser antidemocrática. O conflito dividiu o movimento estudantil. Alguns cientistas sociais e professores divulgaram um documento no qual criticavam igualmente os estudantes e a diretoria da SBPC. Para a SBPC esses acontecimentos, só serviram para consolidá-la como um dos mais importantes foros de debate e de defesa das liberdades civis durante o período militar. De qualquer modo, a reunião do ano seguinte, a 30ª Reunião da SBPC, em 1978, acabou acontecendo na USP, com o governo e a universidade cedendo à repressão à SBPC.

⁷³ O Movimento Docente participou ativamente das lutas democráticas deste período, mas foi a luta pró-anistia que mais envolveu os docentes, pois significava para este segmento ações em favor da reintegração acadêmica dos professores e cientistas que, atingidos pelos ‘Atos de Exceção’, haviam sido compulsoriamente aposentados, cassados ou exilados.

nacional. Promoverem-se então os primeiros Encontros Nacionais de Associações Docentes – ENADs.

Em fevereiro de 1979, acontece o I Encontro Nacional de Associações Docentes – I ENAD – do qual participaram 24 Associações e 03 Comissões Pró-Associações. Do Encontro resulta uma Carta que sintetiza as principais propostas aprovadas sobre a participação⁷⁴, democratização do ensino⁷⁵ e profissionalização da carreira docente⁷⁶, lançando as idéias básicas que iriam nortear a trajetória do Movimento Docente: conjugação entre uma postura sindical classista reivindicatória com a luta pela autonomia da Universidade e defesa do ensino público.

O I ENAD nomeia um Grupo de Trabalho para formular uma proposta alternativa de reforma universitária a ser amplamente debatida no II ENAD. No entanto, opacizado por outras urgências, o projeto de Reforma Universitária acabou não sendo o foco do II ENAD⁷⁷.

Para este estudo, interessa destacar que o I ENAD sedimenta a necessidade de articulação das ADs em favor de uma composição nacional, de tal modo que, em julho de 1979, é criada a Coordenação Nacional do Movimento Docente, que mais tarde será

⁷⁴ Através do exercício e controle das gestões universitárias, análise crítica e diagnóstico educacional de todas as IEs, com vistas à elaboração de programas de transformação do sistema educacional brasileiro, bem como formação de um grupo de trabalho para elaboração de projeto alternativo de Reforma Universitária.

⁷⁵ Eliminação do expurgo e triagem ideológica, reintegração dos docentes afastados, liberdade, autonomia e unidade sindical.

⁷⁶ Extinção do professor horista, concurso para acesso equivalente à titulação, formação de uma coordenação nacional.

⁷⁷ Este é um período em que vários fatos significativos se sucedem: a reconstrução do movimento estudantil com o XXXI Encontro Nacional dos Estudantes, onde o principal objetivo era a reconstrução da UNE; as manipulações nos índices do custo de vida feitas pelo governo e que desencadearam uma série de greves; a intervenção governamental nos sindicatos do ABC paulista sob alegação de incitamento à greve por parte de seus líderes.

substituída pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, que por sua vez se transformará em Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior⁷⁸.

O II ENAD acontece em fevereiro de 1980, em João Pessoa, na Paraíba. A publicação de boletins e de informes e documentos essenciais às discussões do Encontro, além do número de ADs que participam⁷⁹, são visibilidades do ordenamento nacional que o Movimento Docente alcança. Segundo Maciel (1991), o elevado número de participantes, o excelente nível de organização e principalmente os resultados políticos a que se chega, qualificam o II ENAD como um marco no movimento. Neste Encontro é criada a Secretaria Executiva da Coordenação Nacional de ADs.

A Associação de Professores da Universidade Federal de Santa Catarina – APUFSC é designada como sede desta Secretaria Executiva da Coordenação Nacional de ADs, tendo também as responsabilidades de dirigir e fixar a contribuição financeira que as ADs deveriam destinar à Coordenação.

É por intermédio da Coordenação Nacional das ADs que o Movimento Docente se consolida como uma instituição nacional que representativamente atua nas negociações com o governo, defendendo os direitos dos docentes, sem deixar de discutir as questões políticas mais gerais, numa clara atuação que já é sindical.

Após longas negociações com o governo, diante das sucessivas protelações do que é acordado, o Movimento Docente deflagra uma série de paralisações. O caso mais contundente é o recuo do MEC sobre o envio para o Congresso Nacional do projeto de reestruturação da carreira docente que, num *alto grau de consenso* entre os docentes e o MEC, incorporava uma

⁷⁸ Este é o motivo pelo qual algumas vezes se encontra no texto deste trabalho o artigo ‘a’, em outras o artigo ‘o’ para designar ANDES, pois ora se refere a forma associativa, ora à forma sindical – a associação ANDES, o sindicato ANDES.

⁷⁹ São 180 docentes representando 38 ADs. Especificamente em Santa Catarina, antes mesmo do I ENAD, as discussões da primeira reunião de ADs repercutem profundamente motivando um grupo de docentes ligados à APUFSC – Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina – a formar uma chapa (Luta e Independência) para concorrer às primeiras eleições da Coordenação Nacional do Movimento Docente, pleito ganho.

série de proposições. Aceitando emendas oriundas de outros interesses, o MEC desconfigura completamente tal projeto. Esta versão deturpada do projeto de reestruturação da carreira docente é apresentada pela APUFSC no Encontro Extraordinário de ADs, ocorrido em julho de 1980 e que tem 49 ADs participantes. A totalidade da plenária repudia o projeto do MEC e entende que a adoção de uma política de unidade em torno das reivindicações das ADs exige a criação de uma Entidade Nacional como forma de garantir avanços ao movimento docente, deliberando convocar um Congresso Nacional para esta discussão.

‘O 2º semestre de 1980 registra o esgotamento da tolerância dos docentes’ (MACIEL, 1991: 74). A Coordenação Nacional das ADs propõe a realização de pequenas paralisações com três ou dois dias. Este é o prenúncio da primeira greve nacional de docentes das Instituições de Ensino Superior. Mas o que torna estas greves que mais acontecem nas autarquias um acontecimento na história sindical docente não é, conforme Maciel sugere (1991, p. 74) sua expansão, grau de articulação, deflagração e condução do movimento que reflete sua falta de experiência, mas a divisão que provoca no seio do Movimento Docente que constrói as relações de poder que acabam levando à criação da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES.

Após uma segunda convocação da Coordenação Nacional de ADs para dois dias de greve no início de novembro de 1980, um grupo de professores do Instituto de Matemática e Física da Universidade Federal de Goiás, insatisfeitos com a proposta da Coordenação Nacional de ADs, durante uma Assembléia Geral de Docentes da instituição, convence a maioria dos demais professores a entrar em greve por tempo indeterminado. A notícia se espalha e aumentam as expectativas para a reunião da Coordenação Nacional de ADs, marcada para novembro do mesmo ano (MACIEL, 1991: 73).

Nesta reunião ocorre uma divisão entre os que defendem a expansão da greve atual e os que acreditam ser mais proveitoso protelar para o início do próximo ano. Mesmo com a

maioria das ADs votando pela expansão da greve, conclui-se por outorgar a cada AD a decisão sobre isto. A análise da greve de 1980 deveria ter sido feita no III ENAD – Encontro Nacional das ADs – mas foi barrado por suas lideranças, numa manobra que evitava reabrir as polêmicas sobre o tema com vistas a, segundo defendem estes, garantir a unidade do movimento.

Este acontecimento demonstra que a perspectiva institucional do movimento docente já havia se sedimentado, tornando mais importante o Movimento do que o pleito docente em si. O peso das decisões encontrava-se medido, não pelos prováveis efeitos próprios, mas pelos efeitos gerados na organização e manutenção do Movimento Docente em si.

O impasse desta primeira greve nacional de docentes se resolve a partir dos arranjos da política governamental que com um novo ministro da educação – General Rubem Ludwig – negocia com os docentes paralisados, preservando a estrutura básica da carreira, conforme havia sido consensuado.

Para Maciel (1991: 75), terminada esta que foi a primeira greve nacional de uma categoria de servidores públicos, o balanço geral é de perdas e ganhos para governo e Movimento Docente, num movimento que não foi capaz de perceber a necessidade de uma discussão aberta e democrática, que eliminaria ou esclareceria as divergências de posição.

Sem entrar, neste momento, no mérito de que antes de eliminar divergências, tais discussões apaziguam diferenças construindo supremacias, interessa assinalar que tal cisão no Movimento Docente influiria na primeira eleição da entidade nacional representativa dos docentes do ensino superior.

Quase dois meses depois do término da greve nacional de docentes do ensino superior, durante o 10º Congresso Nacional dos Docentes Universitários – CONUD, em 19 de fevereiro de 1981, na cidade de Campinas, é criada por unanimidade a Associação Nacional

de Docentes do Ensino Superior – ANDES, que é decidido, será autônoma em relação ao Estado e Administração Universitária e sem caráter político partidário.

Os aplausos a esta decisão se somam aos de solidariedade a Lula, então ativista sindical, a outros 10 sindicalistas presos e à comemoração de libertação dos estudantes que haviam participado da novembrada⁸⁰, todos enquadrados na Lei de Segurança Nacional, num clima que, para Maciel (1991: 75), era adequado para marcar o nascimento de uma entidade que surgia da luta concreta dos professores contra a legislação e políticas anti-sociais do Estado autoritário. Para este autor, a ANDES surgia porque era uma necessidade objetiva e orgânica dos professores universitários. A palavra de ordem era: acelerar o futuro (Boletim ADUNICAMP, março de 1981), refletindo bem o ânimo de seus fundadores, para quem, estava claro, que a luta pela democracia na sociedade e universidade significava uma luta conjunta com os demais segmentos democráticos da nação. Para tanto, era preciso participar ativamente no combate a toda forma autoritária, sendo a ANDES o melhor canal de luta democrática e sindical de que os docentes do ensino superior poderiam dispor.

⁸⁰ É desta forma que ficou conhecido o episódio dos protestos que estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) realizaram durante a visita do então presidente João Batista Figueiredo a Florianópolis, no dia 30 de novembro de 1979. A manifestação foi organizada pelos líderes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e rendeu aos estudantes Adolfo Dias (falecido), Marise Lippel, Lígia Giovanella, Rosângela K. de Souza, Amilton Alexandre, Geraldo Barbosa e Newton Alexandre o enquadramento na Lei de Segurança Nacional, na época ainda em vigor, bem como suas conseqüentes prisões. O ponto de partida dos estudantes foi a sede do DCE, de onde, por volta das 8 horas do dia 30 de novembro de 1979, saíram em passeata empunhando faixas com os dizeres ‘Abaixo a Fome’ e ‘Abaixo a Exploração’. Enquanto alguns estudantes levavam as faixas, outros iam distribuindo os dois mil panfletos que haviam preparado descendo pela Rua Tenente Silveira em direção à Praça 15. Eram umas 50 a 60 pessoas, recorda Rosângela K. de Souza e a região do Palácio Cruz e Souza estava repleta de populares e muitos policiais. As escadarias da Catedral Metropolitana tomadas por estudantes na época do primeiro e segundo grau, levados por seus professores e diretores. Ao todo, havia oito a 15 mil pessoas concentradas quando o pequeno grupo de estudantes da UFSC começou a se manifestar. ‘O povo unido, jamais será vencido’, ‘abaixo Figueiredo, o povo não tem medo’ e ‘abaixo a ditadura’, foram algumas das palavras-de-ordem gritadas inicialmente. Um cordão policial fechou o acesso ao Palácio, mas que logo é rompido pela pressão dos manifestantes. O então presidente General Figueiredo chegou à sacada do Palácio e ergueu as mãos parecendo fazer o ‘ok’ dos estadunidenses, altamente pejorativo no Brasil. O presidente desceu as escadas e se dirigiu à rua. Os ânimos se alteraram e seguiram-se então, as cenas de pancadaria, envolvendo o presidente, seus assessores e seguranças, correrias e tumultos generalizados pelas ruas centrais da cidade. Um balão comemorativo da visita foi queimado e uma placa em homenagem a Floriano Peixoto depredada. Este episódio rendeu uma série de atos e protestos contra a prisão dos referidos estudantes.

Mas, a primeira veiculação pública do nome ANDES é anterior a sua criação e aparece num artigo de Jorge Lorenzetti, ainda em 1981⁸¹, onde o autor se referia a uma entidade nacional dos professores universitários a ser criada pelo I Congresso Nacional de Professores Universitários – I CNDU. Concluindo este artigo, Lorenzetti afirmava que a característica principal da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior seria seu caráter livre e independente, garantido pelo fato da entidade nascer das lutas e organização de base dos professores. Este artigo se baseava na ‘Contribuição ao Manifesto’ de criação da entidade, feito pela APUFSC, da qual Lorenzetti era presidente (MACIEL, 1992: 2).

Portanto, o Movimento Docente é visto por si mesmo como um espaço ativo contra o regime militar, que aliado ao conjunto de forças que compunham as oposições paralelamente à luta por reivindicações econômicas, exigiam democracia política e social.

Mas, se por um lado havia consenso sobre a criação de uma entidade docente representativa de amplitude nacional, as concepções acerca do caráter sindical da entidade a ser criada eram, no entanto divergentes. Alguns se opunham a uma entidade de estrutura federativa, sugerindo uma Associação Nacional que rompesse com o sindicalismo oficial que julgavam identificado com as práticas fisiológicas e clientelistas do peleguismo sindical.

Havia também divergências quanto à direção a ser eleita: uma ala de professores identificada com a concepção sindical federativa propunha a eleição provisória de um colegiado de direção, o que de certa forma repetiria a Coordenação Nacional já existente. Outra, a vencedora, defendia a eleição imediata de uma diretoria.

O debate político destas questões, influenciado pela cisão entre os que se empenharam na greve de 1980, caracterizados ‘combativos’ e os que desejavam transferi-la

⁸¹ ANDES: O Caminho da Emancipação. O Popular, Florianópolis, fevereiro de 1981.

para o próximo ano, nomeados ‘não-combativos’ ou ‘vacilantes’, norteou as eleições para a primeira diretoria provisória da ANDES⁸².

As demais disputas para composição desta primeira diretoria da ANDES são decididas por voto em plenária elegendo Laurindo Leal Filho 2º vice-presidente, Francisco Alves, 2º tesoureiro, e Carlos Tomaz vice-presidente regional Norte. Newton Lima Neto abdica de sua eleição para a Secretaria Geral da ANDES, em favor de Luiz Pinguelli, almejando que esta primeira eleição da entidade ocorresse sem que houvesse uma ruptura desnecessária das forças, pois o interesse de todos era que a instituição nascesse forte e representativa para enfrentar os combates que se desenhavam para os próximos anos.

Tais diferenças, no entanto, não chegaram a consubstanciar propostas que pudessem dissolver ou menos, problematizar, as práticas, estratégias, maneiras de conduzir (e de se conduzir) sindical instituída e continuavam a submeter a organização do movimento docente aos princípios da representatividade propondo, bem à maneira do Estado, colegiados, bancadas representativas e, é claro, o voto direto. As formas de conduzir a conduta sindical, que voluntariamente os docentes vão se apropriando, denotam um processo que se verga ao domínio prático e técnico de governo⁸³.

Ao todo, são 60 entidades fundadoras da ANDES⁸⁴, onde a grande participação de ADs privadas mostra que apesar da preeminência das universidades públicas, o setor privado participava do Movimento Docente e tinha uma boa organização.

⁸² Esta diretoria provisória ficaria até 1982. Osvaldo de Oliveira Maciel, é quem lidera a chapa que vence. A seu favor pesou ser presidente da APUFSC, uma das ADs mais fortes e com grande visibilidade política. Contra ele concorreu Luis Pinguelli Rosa, da ADUFRJ, um ‘vacilante’, pois era um dos que havia defendido a protelação da greve docente para 1981. No entanto, Luiz tinha a seu favor a realização do II ENAD, em 1980. Esta eleição computou 135 votos dos delegados a favor de Osvaldo contra 97 para Luiz.

⁸³ ‘Falar de governo, na linguagem foucaultiana, não é falar das ações de um sujeito político ou das operações e mecanismos burocráticos. O governo consubstancia uma certa forma de atingir fins políticos, mas que é descrita pela ação calculada sobre as forças, as atividades e as relações que constituem o conjunto da população.’ (DO Ó, 2003: 29).

⁸⁴ 21 ADs de IES Federais Autárquicas, 17 ADs de IES Particulares, 13 ADs de Fundações, cinco ADs estaduais, 03 ADs de IES Regionais e uma AD de Pesquisadores e Tecnólogos.

Mas, para Maciel (1992), apesar de todo o feito⁸⁵, o 10º CONDU deixou a desejar por não ter traçado um plano que orientasse a ação desta primeira diretoria da ANDES. Porém, em sua opinião, o que mais prejudicou um andamento mais tranqüilo das questões outorgadas à ANDES, foi o fato deste Congresso não ter deliberado sobre as finanças, atribuindo à diretoria eleita a fixação da contribuição dos associados até o Congresso seguinte; isto se deu por conta do caráter eleitoral do CONDU, marcado pelas disputas e articulações que movimentavam os bastidores e plenário extra congresso.

No rol das proposições que o 10º CONDU trouxe à ANDES, figurava a contribuição para a criação de uma central de trabalhadores, além da luta pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Ambas as propostas foram rejeitadas pela ampla maioria, sendo aprovada a realização de debates sobre a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, no próximo Congresso Nacional de Docentes Universitários, que já havia sido agendado, para só então nele ser definido o posicionamento dos docentes em relação a estes temas.

Para os autores que tratam da história da ANDES, quase todos engajados no Movimento Docente, ela vai aparecendo como uma evolução que se organiza de modo ligeiramente tranqüilo. As referências às correlações de forças, às disputas de interesses quando não omitidas, são focadas como acontecimentos secundários, menos significativos, ou surgem para elucidar que por ser a mais pertinente, esta ou aquela perspectiva – da qual o autor geralmente é adepto – ganhou a disputa. Este jogo de forças é o que faz acontecer o

⁸⁵ Marcou o 1º Congresso da ANDES, que a diretoria deveria cumprir para um ano depois de sua eleição. Determinou que a CONAD devesse reunir-se a cada seis meses, fixando a duração do mandato desta diretoria provisória para dois meses após o 1º Congresso da ANDES. A diretoria deveria preparar também a eleição da próxima diretoria, além de elaborar o estatuto provisório da instituição, registrando-a como sociedade civil – única possibilidade legal para a instituição. Também se deliberou que a ANDES deveria participar ativamente da campanha nacional pela democratização do país, lutando pela revogação da lei de segurança nacional, liberdade e autonomia sindical, direito de greve, unificação do movimento dos professores e integração na luta dos trabalhadores, eleição direta e revogação do estatuto do estrangeiro, bem como, é claro, da Campanha em Defesa do Ensino Público e Gratuito em todos os níveis.

Movimento Docente e é no seu interior que, nos caminhos tomados, surgem as visibilidades de como as coisas chegaram a ser o que são.

Em 1981, na sede da ADUSU, no Rio de Janeiro, acontece a primeira reunião de diretoria da ANDES, marcando, como entendem os engajados, ‘o início de uma nova fase’ para o movimento docente. Efetivamente trata-se de uma nova fase no Movimento Docente, não porque enseje descontinuidade, mas porque demarca num mesmo campo, para muitos uma espécie de incubadora, para outros uma escola política, outras disputas.

Neste mesmo ano também acontece o I CONCLAT, do qual, conforme citado anteriormente, várias ADs participam, dentre as quais, duas Instituições de Ensino Superior privadas - PUC de São Paulo e Universidade Católica de Goiás. Para Maciel (1992), a presença destas ADs no I CONCLAT demonstra o enfrentamento que os professores de IES privadas mantinham com os empresários da educação. Sem poder contar com os Sindicatos de Professores – SINPROs – que geralmente atrelados aos interesses patronais exerciam uma política de coexistência pacífica, estas ADs de instituições privadas tinham na ANDES o espaço reivindicatório que necessitavam construindo uma forte presença política⁸⁶.

Porém, não são as diferenças entre as relações de trabalho que se estabelecem no público e no privado que denotam realidades divergentes e possibilidades distintas, o que mais interessa pensar nesta junção de forças, mas as semelhanças que os aproximam a esta organização, notadamente sindical.

Num mundo onde a ênfase está colocada na regulação das escolhas, na responsabilização pessoal e autonomia, chave para a participação que é por sua vez a base da cidadania, entendida como a realização dos direitos civis, políticos e sociais; modos de subjetivação operados numa mesma lógica tencionam para mesma direção. Nem mesmo o

⁸⁶ Numa demonstração desta força, apesar de serem quantitativamente inferiores, havia na direção da ANDES dois dos membros oriundos de ADs de Instituições Privadas. Além disto, o I CONAD teve como anfitriã a Associação dos Professores da PUC-SP – APROPUC.

aparente rompimento com a suposta recuperação do confronto entre a educação pública e privada⁸⁷, restabelecido nas discussões sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases⁸⁸ é descontinuidade no que agrega professores de instituições públicas e privadas, pois novamente se trata do mesmo jogo parlamentar representativo em que as estratégias que se buscam, num e noutro caso, são as mesmas.

No que tange à ANDES, para fortalecer sua luta na Constituinte, além de constituir alianças no âmbito parlamentar (SCHUCH, 2000, p. 108), também se articula com outras entidades – FASUBRA, UNE, SBPC, CUT – conquistando assim um espaço parlamentar privilegiado.

Nestas discussões, a ANDES que defendia um padrão único de universidade, quer pública ou privada, foi segundo Otranto (2000), alvo de ataques tanto por parte dos donos de instituições particulares de ensino, quanto do próprio governo, declaradamente privatista.

Otranto (2000) argumenta que, mesmo se a preocupação da ANDES foi a de também representar os docentes de instituições privadas em suas lutas, as dificuldades que enfrentava para isto sempre foram maiores (OTRANTO, 2000: 218).

A ANDES via um significado muito grande (...) na defesa do ensino superior público e gratuito, mesmo dentro das IES particulares (...) este objetivo não foi alcançado e a ANDES, principalmente após sua transformação em Sindicato nacional, teria sua ação cada vez mais identificada com a defesa dos docentes das IES públicas (...) essa visão do público *versus* privado fez com que os professores da rede particular de Ensino Superior fossem gradativamente afastando-se (...). Isso foi colaborando para que a ANDES se firmasse mais como sindicato dos professores das universidades públicas e não de todos os professores (...). (OTRANTO, 2000: 218).

⁸⁷ O embate entre os interesses privatista e público na educação ocorre desde a década de 20 e atravessa as próximas décadas, principalmente por ocasião da elaboração das Cartas de 1934 e 1946. É a partir desta última, que inaugurando a prescrição de criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, se exacerba-se a contenda.

⁸⁸ Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, que emana da Constituição Federal de 1998.

Esta questão remete a outras implicações advindas dos episódios de estruturação e crescimento do Movimento Docente, que se deram quando a queda vertiginosa do índice de sindicalização foi bloqueada pelo ingresso do setor público no sindicalismo, que tinha nos docentes sua maior e mais bem organizada parcela do setor. Apesar da significativa presença do setor privado, o grosso dos membros da ANDES (diretoria e ADs filiadas) sempre se localizou nas Universidades Públicas.

A ANDES enquanto instituição reivindicatória representativa com intenções de se transformar em sindicato, o que só foi possível acontecer após a aprovação da Constituição de 1988⁸⁹, desejando manter as mesmas características pluralistas de Associação (OTRANTO, 2000: 219), para garantir sua força política, tanto em termos quantitativos quanto político, nesta disputa público versus privado, pende para o setor público, pois os interesses do setor público se faziam mais significativos tanto na fiança à representatividade quanto em relação ao empenho da maioria de suas lideranças que advinham em sua maioria do setor público.

Tais disputas não têm a população de um lado e o lucro dos donos de escolas de outro, mas, nesta instância, os ganhos que representam para os trabalhadores de uma e outra situação. O grupo de docentes do setor privado demanda ações que os resguarde do desemprego e garanta sua empregabilidade, o que não fazia parte das bandeiras de luta do setor público da educação, resguardado pela estabilidade.

Deste modo, estabelecendo uma atuação político-sindical de luta contra os cortes dos recursos orçamentários para as Universidades Públicas, que entendia como adequação do sistema de ensino superior à nova ordem econômica internacional, a ANDES se contrapõe à política privatizante do governo e assume a defesa do setor público. As greves que estouram

⁸⁹ A transformação da ANDES em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, não alterou as ações exercidas pela organização ou pelas ADs que agora passavam a ser Seções Sindicais, pois tratou-se apenas da conquista de um instrumento jurídico negado legalmente até que a Constituição de 1988 propiciasse isto. Segundo Alem (1991: 56), a ANDES sempre foi um sindicato, por isso, na deliberação sobre sua transformação em sindicato, praticamente não se manifestaram divergências.

durante toda a década de 1990, reivindicando aumentos salariais, são também marcadas pela luta por mais verbas para o ensino superior público.

Portanto, a perspectiva que aproxima docentes do setor público e privado em torno do sindicalismo, é a mesma que lhes ‘divide’, por assim dizer. É pelo mesmo motivo que na luta por garantias trabalhistas, o sindicalismo docente precisa agora, neste outro contexto, constituir sindicatos específicos de acordo com a natureza das instituições em que atuam os docentes (pública ou privada).

Não há neste acontecimento nenhuma ruptura ao modelo sindical, mas ao contrário, uma estratégia de continuidade do dispositivo sindical que necessita delimitar campos de ação específicos.

Ao final da década de 1990, numa conjuntura em que os opositores da política educacional do governo denunciam que a redução gradativa das verbas públicas pode levar não só as Universidades Públicas, mas todo o sistema de sustentação da ciência e tecnologia brasileiras à falência (OTRANTO, 2000: 220), apesar do aumento do número de filiados, o ANDES reconhece o declínio do envolvimento político dos professores como enfraquecimento do Movimento Docente. Não obstante as profundas mudanças políticas que afetaram ou afetarão direta e indiretamente a todos os docentes, a falta de participação *ativa* dos professores gera dificuldades até para composição de chapas dirigentes tanto no ANDES nacional como em suas Seções.

Alguns autores se debruçam sobre a questão do engajamento, da militância. Pirrenew (1994), por exemplo, organizou uma coletânea sobre as formas contemporâneas de engajamento político na França, discutindo tratar-se de um declínio ou de uma mutação. Ele relaciona o declínio do engajamento expresso na dedicação à militância, com a mutação nas formas de participação da sociedade atual, demonstrando que o declínio desta forma de ação não é necessariamente declínio do Sindicato em si.

Interessa a este estudo, a partir da *démarche* disciplina controle focar o movimento de trabalhadores que, emergindo na sociedade, disciplinar da organização mutualista batizada anarco-sindicalismo, passa ao predomínio comunista que associado ao Estado por oposição se faz seu melhor inimigo. Configurado de esquerda comunista, o sindicalismo no contexto da sociedade de controle, perseguido pelo governo militar só se reestrutura com seu término, retornando ‘novo sindicalismo’. Ao final dos anos 1980, a queda no índice de sindicalização, logo amortecido pelo fenômeno da sindicalização do setor público, institui as condições de possibilidades, para que brotem daí, tardiamente no Brasil, sindicatos de professores. Nestas transições entre os distintos modos de gestar a vida – disciplina/controlado - o sindicalismo docente como uma tecnologia de poder que institui a mesma forma de investimentos sobre o corpo e que na atualidade a despeito da falta de participação ativa dos docentes, de seus filiados, se mantêm representativamente contundente.

Certamente há nestas reformas sindicais um aprendizado sobre a dinâmica da manutenção sindical. A transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, no que tange ao sindicalismo docente, tem suas visibilidades nas diferenças e continuidades que vão sendo operadas⁹⁰ nos modos de participação e engajamento. Especialmente motivado pela falta de participação ativa da base, o movimento sindical docente se obriga à sua própria leitura. A análise de que a ‘base’ despolitizada é um dos efeitos do neoliberalismo ou de que se está a colher ‘os frutos da educação dos educadores educados na ditadura militar’ (COREA, 2006) é, em ambos aspectos, certa, mas de qualquer modo atinge a evidência de que efetivamente, a despeito de participar ou não, o jogo sindical permanece cada vez mais fazendo parte do Estado governamentalizado.

Nas passagens do sindicalismo os acontecimentos que vão se dando são visibilidades de *como* o sindicalismo, especialmente o docente, vai se mantendo na transposição entre as

⁹⁰ Em relação, por exemplo, às greves e assembléias que passam a acontecer com um número cada vez menor de participantes, mas que mesmo assim, continuam a manter sua legitimidade na esfera de negociações trabalhistas.

formas de poder disciplinar e de controle. A anunciada ‘morte’ do sindicalismo é coincidente com a transposição destas formas de poder.

É após a segunda guerra mundial que as instituições disciplinares entram em crise. Paradoxalmente, é então que a lógica disciplinar se generaliza e se dissipa por todo o campo social, assumindo modalidades mais fluidas que prescindem do confinamento, mas que, no entanto, exacerbam o controle.

O que ficou denominado sindicato foi a sombra do que, nas muitas reformas que foram se processando, refinou-se cada vez mais em estratégia de governamentalidade, instituindo-se lugar de gestão estatal.

A forma de participação na sociedade de controle, o mais direta possível, leva a representatividade a não mais necessitar das grandes mobilizações. Neste processo, as sindicalizações se mantêm, porém o engajamento se dilui nesta participação cada vez mais difusa. O ativismo é substituído pela filiação, elemento minimamente suficiente para configurá-la.

A representação prescinde da mobilização e os sindicatos, mesmo que solidificados enquanto instituições decaem em ação de massa. O discurso sindical, no entanto, insiste na mobilização. O foco ainda é a luta, o ativismo, os movimentos, a greve.

1. A Manutenção do Sindicalismo Docente da Sociedade Disciplinar à Sociedade de Controle.

Avançando no tema por este ângulo de análise diferenciado, a proposta é acompanhar a aplicação histórica desenvolvida em torno da governamentalidade concebida por Foucault que, procedente ao inventário das modalidades ativas de controle e vigilância, das estruturas mentais, responsáveis por modos específicos de fazer e pensar, dos costumes que interligam os homens e as coisas, inclusive da administração dos recursos e riquezas territoriais (DO Ó, 2001: 17), anuncia uma pluralidade de formas de governo que, no entanto, salienta bem Foucault, como tal estão sincronizadas.

Desde o início da Idade Média o poder político assegurado pelo monopólio das armas, da arbitragem, dos litígios e da punição dos delitos, exercia tradicionalmente a função da guerra e da paz. No final do século XVIII, o surgimento da saúde e do bem-estar físico da população em geral, como um dos objetivos essenciais do poder político, soma a estas duas funções a da disposição da sociedade como meio de bem-estar físico, saúde perfeita e longevidade. O exercício destas funções - ordem, enriquecimento e saúde – foi assegurado por um conjunto de regulamentos e instituições múltiplas que receberam o nome genérico de ‘polícia’. A polícia era então o conjunto dos mecanismos pelos quais passaram a ser assegurados a ordem, o crescimento canalizado das riquezas e as condições de manutenção da saúde em geral (FOUCAULT, 1979: 197).

Este poder político e administrativo centralizado, designado ‘polícia’, introduz o problema da intervenção permanente do Estado, colocado de uma forma, por assim dizer, mais moderna, num tipo de intervenção que incide sobre os conhecimentos do bom governo - entendido como aquele que gera o bem-estar da população, atingindo diretamente a existência individual.

O corpo dos indivíduos e da população surge portador de novas variáveis:

(...) não mais simplesmente raros ou numerosos, submissos ou renitentes, ricos ou pobres, válidos ou inválidos, vigorosos ou fracos e sim, mais ou menos utilizáveis, mais ou menos suscetíveis de investimentos rentáveis, tendo maior ou menor chance de sobrevivência, de morte ou de doença, sendo mais ou menos capazes de aprendizagem eficaz. Os traços biológicos de uma população se tornam elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em volta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição, mas o aumento constante de sua utilidade (FOUCAULT, 1979: 198)

Neste sentido, a polícia, que tem como propósito central a informação sobre os níveis de prosperidade do reino e dos que nele vivem, constrói as condições de possibilidade para que o exercício do cálculo detalhado passe a ser aplicado a uma série de circunstâncias, numa técnica de governo que refletiu a crescente solicitação da intervenção racionalizadora, reguladora e regulamentadora do Estado.

Enquanto a definição de soberania insistiu no território como elemento de bem-aventurança, o governo tem seu fim nas coisas que dirige e se refere às suas disposições de modo a converter uns cem números de finalidades particulares a um único propósito de governo; o que faz vínculo com o soberano não é mais a lei, mas as táticas de governo em contínua e permanente correção.

Na sociedade disciplinar o comando social é constituído por uma rede difusa de dispositivos que produzem e regulam costumes, hábitos e práticas produtivas. A obediência a essas regras e aos mecanismos de exclusão e inclusão é forjada no seio de instituições disciplinares tais como a família, a escola, o *sindicato*... enfim, numa série de espaços fechados que se intercomunicam em circuitos rígidos e por onde, de um ao outro não se cessa de passar e nos quais se forjam moldes fixos que localizam constantemente (HARDT & NEGRI, 2001: 501).

O trabalho disciplinar feito desde o século XVIII, fora das fronteiras da família, por instituições normalizadoras de condutas – escolas, exércitos, sindicatos... – estabelece uma

fratura na lógica de governo onde o agir sobre a população com vistas à obtenção de resultados globais, implica em trabalhar racionalmente o particular nos seus detalhes e minúcias.

Pesquisar sobre estas táticas de governo exige atentar aos dispositivos e instituições variadas em que estão implicados procedimentos, análises, reflexões e formas de cálculos que em seu conjunto, materializadas nas maneiras de fazer, são eventos de governo, orientados para objetivos comuns e regulados por uma reflexão sistemática e permanente sobre os próprios resultados que produz.

Evidenciando as tecnologias de governo destinadas a ‘conduzir a conduta’, Foucault (1984: 9-16) assinala a existência das mesmas modalidades de construção de envolvimento nos diversos espaços sociais designando de *tecnologias* os meios que as autoridades de todos os tipos e em diferentes épocas empregam para moldar, instrumentalizar e normalizar condutas. Redes muito delicadas e sutis, mas extremamente eficientes que conectam as decisões e aspirações de cada um e de todos às racionalidades de governo, tornando as opções sociais cada vez mais equivalentes e semelhantes independentemente da posição hierárquica ou localização, quer de gestão ou de resistência a ela.

Deste modo, Foucault prescreve o afastamento dos universais num entendimento que capta o poder no campo das relações estratégicas entre indivíduos e grupos que tecem jogos de conduta decorrentes de regras de governamentalidade e onde o poder se amplia, não pára de potencializar seus efeitos exatamente porque não se dirige as dominações cegas, violentas ou refinadamente explícitas, como na sociedade de soberania e disciplinar; mas a homens livres que assim se entendam e assim constroem suas lutas.

Neste mar de possibilidades de modos de comportamentos diversificados e reações múltiplas, o poder não é mais um modo de ação que age direta e imediatamente sobre os

atores, mas antes, uma ação sobre a própria ação; onde a liberdade passa a ser condição para sua existência.

Importa então, nas distintas situações de trabalho em que os homens se enfrentam, compreender mais as racionalidades de governo que aí se dão a ver, do que as causas ou efeitos das batalhas propriamente ditas.

Neste conjunto de reflexões, as análises sobre o movimento sindical ao invés de se voltarem às suas lutas, enfrentamentos e pelejas, seja lá em que época ou a partir de que ponto de atrito se deram, procura se voltar às regras de governamentalidade que por elas circulam.

No Estado governamentalizado, os embates trabalhistas e seus resultados não correspondem nem à boa ou má vontade de patrões e Estado, nem decorrem de esforços e conquistas sindicais. São antes exercícios e estratégias de governamentalidade, pois se há manutenção deste jogo em que sindicatos fornecem dados que ao serem negociados configuram atendimento – ou não – a determinadas demandas, é por haver utilidade específica e necessária para os centros de poder e decisão na ação de governar.

Desde o século XVIII, governar não significa mais focar o povo soberano, mas a população. Uma população que é tanto ponto de aplicação quanto fonte de conhecimentos e onde a estatística funciona como vetor de uma realidade que muito importa conhecer. O Estado quantifica, cada vez mais, as novas realidades das populações: saúde, natalidade, morbidade, fecundidade, higiene, instrução em massa, construindo um tipo de conhecimento que anula o modelo de governo baseado na família⁹¹.

Enquanto dispositivo de segurança – já que, de um jeito ou outro, captura resistências e canaliza energias produtivas – o sindicato, além de aparelho de normalização se configura um sítio de dados sobre as especificidades da população no mundo do trabalho que, fornecidos nas reivindicações gerais, submetem-no a apreender dados, a produzir

⁹¹ A família, no entanto, não some de todo, pois toda vez que se deseja e necessita saber de algo, é pela família que se passa. A família se transforma em segmento populacional.

conhecimentos sobre a população representada: é preciso saber qual a exata demanda da ‘base’, seus desejos, quais suas condições de trabalho, do mercado e da economia e quais as implicações disto. O conhecimento estatístico de que lança mão o governo moderno, como principal elemento de conhecimento e controle da população em particular e, em geral, é também um conhecimento que funciona como estratégia sindical, necessário não só para decifrar demandas e necessidades de melhor representar a ‘base’, mas principalmente para garantir a detenção de um conhecimento que lhe afiança permanecer num jogo que, mesmo com os sinais invertidos, é por continuidade.

Foucault analisou como na sociedade disciplinar funciona a mecânica dos meios de confinamento - concentrar, distribuir no espaço, ordenar no tempo, compor força produtiva superior a soma das forças elementares – nas quais o modo de produção próprio gerou resistências específicas que têm no sindicalismo a forma coletiva acabada.

Nesta engenharia social, o Estado firma uma política moderna, organizada por leis e com base no direito como condutor das relações ‘entre os súditos’ onde os investimentos no *corpo saudável*, através de dispositivos de poder, visam utilidade econômica e docilidade política.

Se a governamentalidade se refere às deliberações, estratégias, táticas, dispositivos de cálculos e de supervisão empregados por autoridades, sejam quais forem e situem-se onde for, governando cada vez mais sem governar, trata-se de produzir técnicas e racionalidades que se liguem às escolhas reguladas e executadas por atores que agem autonomamente em esferas restritas, isto é, no interior dos seus próprios compromissos.

Esta perspectiva analítica permite encontrar conexões, pontos de contato, continuidades múltiplas entre as diferentes formas de governo, associando o nível das relações interpessoais e das instituições com o governo político, entendido este como o exercício do Estado soberano; entre formas de governo que persistem em pequenos quadros como o da escola, [do sindicato] e da família, com práticas micropolíticas dirigidas a indivíduos enquanto membros de uma população; entre técnicas de dominação, pelas quais o poder é exercido coercitivamente sobre os sujeitos, e as tecnologias do *eu*, ou seja, os modos como todos indivíduos se

conduzem a si próprios, se *subjectivizam* livremente (Burchell, 1996:20-21). Assim entendido, o governo não é uma instância de poder, mas uma complexa máquina de administração social. (DO Ó, 2001: 11).

Isto que Michel Foucault pretendeu compreender – como o governo de todos os homens passa a ter seu domínio de aplicação específica no Estado – é de importância fundamental para a modernidade, pois desvenda a emergência da razão do Estado que reflete uma consciência, mostrando como os problemas do governo explodiram e se estenderam em várias direções. Foucault abordou o desenvolvimento desta nova tecnologia onde não coube mais o poder exercido por alguém que - como em ‘O Príncipe’ de Maquiavel - se colocava em posição de exterioridade face a seus súditos, mas com o desenvolvimento de uma tecnologia que iria associar ao Estado uma pluralidade e multiplicidade de formas de governo que implicavam na imanência de todas as práticas (FOUCAULT, 2003: 295).

Porém, mais que tudo, importa mostrar que Foucault não esgota o processo das linhas de comunicação direta entre as instituições e as várias instâncias sociais em torno do Estado, como quando aborda o caso de outra grande região da arte de governar que se identifica com a dissidência cristã da Reforma e Contra-Reforma, em que as duas variantes da pastoral – a católica e a protestante – prescrevem aos fiéis regras distintas do governo de suas almas e condutas.

Nesse contexto, governar passa a ser um exercício constante que entrecruza e atravessa comportamentos de cada um e de todos de modo equivalente.

Quanto mais nos aproximamos da atualidade, mais as hierarquizações clássicas e clivagens tradicionais (Estado e sociedade civil, público e privado, soberania e autonomia, entre outras) utilizadas para entender as relações sociais vão perdendo a sua capacidade explicativa, principalmente no que se refere às realidades das democracias liberais. É Tótorá (1998: 30) quem alerta que a década de 1980 não foi somente a época do fim do regime

socialista soviético, mas especialmente o período da universalização do regime democrático e ‘da crença nos valores dessa forma de governo’, ao mesmo tempo em que foi também uma época de enorme crise econômica e social. É neste período de grandes incertezas em relação ao futuro que os tradicionais esquemas interpretativos começam a dar mostras de seus limites.

O que Foucault instrumentaliza ver, alcança tais realidades, uma vez que se situa em outro caminho, bastante diferenciado das lógicas de dominação que, especialmente no mundo sindical, costumam tomar o poder a partir da perspectiva rarefação/concentração e que inscreve as posições sociais num espaço percebido pela regra centro/periferia. (DO Ó, 2001: 16).

O que Foucault nos mostra é como historicamente o poder político vai cada vez mais se exercendo através de alianças tênues entre autoridades, de tal forma, que se torna possível a agregação de realidades que vão desde as relações econômicas até condutas pessoais.

Não se trata, portanto de focar constrangimentos ou coerções exercidas sobre os governados, mas de perceber que numa dinâmica onde a autonomia e a liberdade se fazem cada vez mais presentes, as relações de poder se ligam aos modos de produção de cidadania. Os investimentos disciplinares e de biopolítica que atravessam as relações sociais, fazem da cidadania a forma eficiente e eficaz de promover a condução, com base na abdicção da vontade à razão da representação. Asilos, reformatórios, manicômios, prisões, casamentos, fábricas, escolas, partidos e sindicatos.

Nesta esteira, sindicalistas docentes engajados não são destinatários, nem mandatários de poder, mas peças intervenientes dos jogos e operações de poder.

É então que a ênfase se coloca nas escolhas, levando à necessária construção de um outro indivíduo que é antes de tudo cidadão.

Neste quadro geral a gênese das práticas de fabricação das subjetivações docentes engajadas aponta para a responsabilização pessoal e autonomia, peças-chave na construção do

princípio de que o ‘sujeito’ constrói a si mesmo, um enunciado sindical extremamente recorrente e invariante, próprio de qualquer associação sindical.

O governo produz um mar de registros obtidos nas operações conjugadas de distribuição e análise, de modo a observar, controlar, inspecionar, classificar e regularizar. Sindicato, um dos elos destes registros, opera ao mesmo tempo como fonte e aplicação de tecnologias de governamentalização.

Entendendo as subjetividades como resultadas tanto das interações que acontecem face a face, como do trabalho interno exercido sobre si mesmo – tecnologias de si – a governamentalidade explicita conexões entre as experiências pessoais e os saberes que se sedimentam nos indivíduos.

A história da construção da subjetividade que Foucault afirma ter sido o fulcro de sua obra, numa primeira vertente liga a regra da governamentalidade à vontade de saber.

Estudando a sexualidade, Foucault analisa as diferenças entre formas de verdade sobre o sexo na construção dos modos de subjetivação que se prendem primeiramente à ética dos atos sexuais nos períodos helenístico e romano e no cristianismo, onde o controle político do prazer se efetiva no momento em que se desencadeia uma *vontade de saber* sobre a sexualidade, interessando que se fale sempre e cada vez mais dela e sobre ela. É no século XVII, que dizer a verdade sobre o sexo – o que até então só se aplicava a uma elite filosófica ou monástica – começa a se transformar em regra e onde a pastoral cristã faz com que tudo o que se relaciona com o sexo passe através da confissão pela palavra.

A segunda vertente da história da sexualidade liga a governamentalidade aos cuidados de si, incidindo sobre o modo como se deve constituir sujeito moral.

As tecnologias de construção de si mesmo, bem conhecidas das pessoas contemporâneas, que sabem cada vez mais que dependem só de si mesmas, não deixam

marcas e desaparecem de tal forma que sequer são reconhecidas nesta relação consigo mesmas.

É nesta lógica de poder que a vigilância constante de si, unida ao autocontrole, caracteriza a individualidade como fraqueza, como uma fragilidade que, combatida nos valores universais da cidadania, produz uma verdade entendida como a verdade de si mesmo.

Debruçando-se sobre o problema da identidade em relação ao poder individualizante, Foucault analisa esta outra espécie de transformação das relações de poder que não é a da evolução do poder político para as formas cada vez mais centralizadoras, mas a do desenvolvimento das técnicas de poder voltadas para os indivíduos e que se destinam a dirigi-los contínua e permanentemente. A este poder individualizador Foucault nomeia de pastoral.

Com o propósito de ‘apresentar, em grandes traços, a origem dessa modalidade pastoral do poder’, Foucault (2003: 357) localiza os hebreus como os que desenvolveram e ampliaram o tema pastoral, pois a idéia de que a divindade, o rei ou o chefe é um pastor a cuidar de seu rebanho não era familiar aos gregos já que a metáfora do rebanho argumenta Foucault, está ausente nos grandes textos políticos tanto gregos como romanos. No entanto, o tema pastoral nos hebreus tem a característica muito singular da noção de que Deus e somente ele é o pastor.

O poder do pastor é o de reunir, guiar e conduzir seu rebanho, assegurando sua salvação. Porém, a maneira como o pastor salva seu rebanho é distinta, pois se trata de uma benevolência que é constante e individualizada. O pastor tem a obrigação de garantir a salvação do rebanho, mas ao mesmo tempo, precisa ser generoso, ter devoção. Tudo que o pastor faz é para o bem do rebanho que enquanto dorme, é vigiado com uma atenção especial destinada a cada um e a todos. Disto decorre a adoração que advém exatamente deste cuidado que o pastor tem com cada um, mas zelando por todos, a quem ele também tem devoção.

Com o cristianismo a perspectiva pastoral muda, transformando a obediência numa virtude construída através do pastor que, ao entender cada um, faz com que o exame de consciência seja redirecionado da obediência de si próprio – conforme os gregos faziam – para a confissão. A obediência, o conhecimento de si e a confissão ao outro caracterizam um jogo em que está em questão modificar o indivíduo – novamente diferente dos hebreus e dos gregos. Este poder pastoral cristão é também a doutrina da polícia conforme ela se constitui desde o final do século XVIII, uma vez que funciona procurando favorecer a vida do cidadão e a saúde do Estado: duplo efeito totalizador e individualizador das relações de poder.

É a partir destas formas de poder, exercidas sobre as pessoas, na qualidade de seres humanos, que Foucault emerge a biopolítica⁹² – ou biopoder, termos que usa de modo indistinto – onde, como no caso da sexualidade, os sujeitos são dissecados em sua individualidade para então serem vistos e – principalmente – verem-se membros de uma população de tal jeito que passam a se conhecer em conexão direta com a política governamental.

Mas, não se trata somente de, cada vez mais, Foucault indicar a eficácia totalizadora da governamentalidade e sim, de anotar que a biopolítica demanda um outro tipo de ação contrária que formula imperativo e necessidades que geram o surgimento de outras respostas e alternativas, onde a resistência se prova – mais do que nunca – uma forma estratégica de reversibilidade das relações de poder, o que não parece ser o caso do sindicalismo.

Desde o século XX e mesmo antes, no século XIX, entram em ação exercícios que se destinam antes de qualquer objetivo ou função, à consolidação das categorias modernas de cidadania, numa pauta que executa a tarefa política da constituição do ‘homem novo’, formatado nos ideais do humanismo, do progresso e da responsabilidade pessoal.

⁹² Por biopolítica Foucault entende a maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos da população: saúde, higiene, natalidade, raças (FOUCAULT, 1997: 89).

Na medida em que os dispositivos de poder são máquinas de fixação de políticas de individualização, é neles que as práticas instituidoras se assentam.

O que caracteriza o dispositivo sindical docente é a incorporação dos princípios da ação autônoma, livre, individual, porém, engajada coletivamente que define a cidadania, como baliza consensual e distintiva do movimento sindical docente.

A disciplina desde o início do século XIX é um exercício que associado à autonomia, não se impõe mais pela violência e rigidez de princípios, e onde a sedimentação do respeito às regras da vida coletiva não é mais prioritariamente de alguns dispositivos de poder, mas onde cabe a cada um ‘inferi-las e descobri-las num jogo relacional com o mundo exterior, é claro, mas que deve ter sua origem e seu termo dentro dos limites do sujeito. Liberdade e autoridade são invariavelmente descritas como realidades justapostas (DO Ó, 2001: 8) num contexto em que ser cidadão significa medir as conseqüências das formas de conduta, através de regras interiores que resultam de experiências pessoais numa ‘adaptação espontânea que programa e justifica o engajamento sindical’.

Para cuidar do corpo, de sua consciência, de sua saúde promoveu-se serviços públicos para o bem estar da população. A saúde do corpo, garantida por investimentos disciplinares através de aparelhos de normalização e de biopolítica, atravessaram as relações sociais, e com base na renúncia da vontade à representação, fazem da cidadania a forma mais eloqüente de promover a fácil condução. A cidadania, estratégia de inibição de resistências substitui o direito fundado no perdão, herdado do direito canônico, fazendo surgir um direito ‘por deveres em nome de todos os homens livres’ (PASSETTI, 2003: 43).

É neste campo – o campo da cidade nos dizeres de Veiga Neto (2003)⁹³ – que o liberalismo se conjura.

⁹³ Veiga Neto aponta que, a partir dos estudos genealógicos sobre a disciplina e sobre o biopoder, Foucault compreende a Modernidade como resultado da combinação de duas superfícies de emergência: o deslocamento das práticas pastorais e o advento da Razão de Estado. ‘É no contato dessas duas superfícies que se estabelece a combinação equilibrada e demoníaca entre dois jogos antagônicos: *o jogo da cidade* – totalizador, jogado na

Para Foucault o liberalismo é menos uma fase histórica, uma filosofia política ou um sistema econômico, e mais, um refinamento da arte de governar. O liberalismo é a maximização da governamentalização que não podendo dissociar-se dos problemas da população – já que é nesse quadro de racionalidade política que surgem e adquirem intensidade (FOUCAULT, 1997: 89) – é atravessado pelo princípio de que ‘governa-se sempre demais’, ou que, pelo menos, é preciso suspeitar de que se governa demais. Trata-se da crítica à razão do Estado que, manifestando-se em horror a ele, descobre que governar demais é irracional, antieconômico e frustrante. Na perspectiva foucaultiana o liberalismo é analisado não como uma teoria, uma ideologia ou uma forma da sociedade se representar, mas como uma ‘maneira de fazer’, onde o governo para ser mais econômico, torna-se tão sutil, que para governar mais é preciso governar menos. (FOUCAULT, 1997: 89-97).

O tema que lança as condições de possibilidades tanto para o liberalismo como para o socialismo e que envolve tanto partidos políticos como sindicatos, recorrente em todo século XIX, é o da transformação da sociedade, contexto em que, na lógica disciplinar, emergiu o modelo sindical associativo.

As primeiras associações trabalhistas que surgiram no Brasil – da mesma forma que nas demais partes do mundo – foram em resistência ao direito à propriedade sobre os meios de produção e força de trabalho, inerentes às disputas de interesses⁹⁴.

Na ordem da sociedade disciplinar a associação de trabalhadores efetivou um poder que individualmente os trabalhadores não tinham, fazendo com que aqueles que não se

população – e o *jogo do pastor* – individualizador, jogado no indivíduo (FOUCAULT, 1988). Ainda que antagônicos, esses jogos se complementam no sentido de ‘criar’ as condições de possibilidades para o Estado Moderno’(VEIGA NETO, 2000: 184).

⁹⁴ Lógicas de produção não fabris, é certo, também constroem resistências, mas que são outras e com diferentes efeitos. No modelo escravista, por exemplo, as resistências produzidas colocam a situação em cheque, pois frente a elas não há possibilidade conciliadora de reformulações, somente sua extinção. Na produção agrícola, a lavoura de subsistência não gera resistências internas na medida em que não institui conflitos de interesses, uma vez que está voltada a si mesma, mas firma resistência em relação à produção em grande escala. O distanciamento dos interesses na lavoura mercantil do início do século XIX dá notícias dos primeiros movimentos de rebeldia dos trabalhadores.

achavam imbuídos de ideários revolucionários, passassem a prestar mais atenção e estrategicamente, da mesma forma, algumas vezes, filiavam-se.

Os primeiros movimentos dos trabalhadores estiveram ligados principalmente por força de convicções, sendo que, conforme se explora no capítulo anterior, no primeiro período do sindicalismo brasileiro, a força que se fez majoritária foi o anarco-sindicalismo. Interessou trazer o anarco-sindicalismo mais detalhadamente na trajetória do movimento trabalhista brasileiro, exatamente pelas possibilidades de ruptura à lógica do Estado, posição ainda hoje inédita no sindicalismo.

O anarco-sindicalismo, no seio do sindicalismo aproximou aquilo que em oposição ao governo por individuação (ou normalização) e à governamentalidade, Foucault estabeleceu como o governo de si, promovido numa atitude limite, na qual tornamo-nos ‘artífices da beleza de nossa própria vida’, culminando no ‘auto-governo recíproco de indivíduos autônomos’. Nestes termos é que se pode distinguir a perspectiva anarco-sindicalista disto que contemporaneamente se estabeleceu no movimento sindical.

No entanto, a história sindical contada pelo próprio sindicalismo costuma ser uma narrativa de grandiosidade, que na maioria das vezes menospreza – quando não omite - o anarco-sindicalismo – ou qualquer outra diferença – fazendo de si possibilidade única. Uma dizimação onde a construção do vencedor não dialoga, não discute, somente suprime o outro até como possibilidade, pois tem no diferente o insuportável. A necessidade é de omitir o acaso das forças em luta, os disparates, as disputas e no lugar disso colocar o vencedor como a glória do melhor, do mais preparado, do mais justo.

Não significa que o anarco-sindicalismo seja o mais justo, mais merecedor, ou que tenha sido injustamente, ou por pouca sorte, aniquilado. Trata-se tão somente de fazer emergir as condições de possibilidades de forças que em embate construíram o movimento sindical da

maneira como fizeram e que, por isto mesmo, explicitam possibilidades de não serem mais o que são.

Os socialistas fizeram a história do sindicalismo no Brasil. Para marxistas o Estado é o meio para fazer valer o direito da maioria, ‘o agente para o investimento verdadeiro em biopolítica e utilidade do corpo em nome do coletivo’ que, uma vez conquistado, seria a realização de uma consciência superior como meio de superar a desigualdade onde o socialismo autoritário seria a realização da prática governamental.

Diante da redutora regulamentação jurídico-política liberal ou do governo total, dos dispositivos individualizantes ou totalitários indissociáveis do Estado moderno, como sublinhou Foucault, formas de continuidade da biopolítica e da utilidade econômica e docilidade política em nome de um soberano centralizado, os anarquistas propunham a associação federativa, com base numa sociabilidade avessa a redutores ou a maximizadores de Estado. Era preciso inventar uma vida pautada em novos costumes, alheios ao castigo, à vingança, aos *direitos* (grifo nosso). (PASSETTI, 2003: 27).

Desde que a luta do movimento operário acabou resultando na desqualificação e eliminação de qualquer outra forma associativa trabalhista que não a representativa que hoje se conhece; desde que a unicidade legal naturalizou o sindicalismo instituindo, por intermédio da regimentação a partir de uma matriz modelar, o sindicalismo anexou enunciados de uma racionalidade que o fez mais eficiente na função de agregar subjetividades engajadas crenças da utopia transformadora, quer atuando por interesses partidários ou não, a reformar-se constantemente.

É o ato instituinte que, ao se generalizar, naturaliza práticas e as institui. A greve é um exemplo de como paulatinamente estratégias instituintes vão se reformulando ação instituidora. Mas, o que vai perpetuando a história sindical de modo a sustentar suas tecnologias é a representação. Na prática sindical docente é a representação que, do mesmo modo que permitiu as grandes mobilizações dos anos 1980, possibilita que hoje as greves com um número diminuto de participantes sejam mesmo assim legitimadas como movimento de

uma classe. Foi a representação que garantiu o funcionamento de assembleias com verdadeiras multidões deliberando – típicas do final dos anos 80 no ABC paulista – tanto quanto valida decisões de assembleias com diminuta presença, quase que exclusivamente de seus diretores, tal qual assistimos hoje. Em ambos extremos é a representatividade que afiança o funcionamento dos sindicatos docentes.

Estas alterações nas formas de participação a partir da democracia representativa pautada nos direitos civis, políticos e sociais, implica em efeitos distintos de representatividade que são visibilidades da passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle.

É Burroughs (apud Deleuze, 1992) quem cunha de *controle* essa sociedade, mas é Deleuze quem mais analisa aquilo que Foucault reconheceu prematuramente, pois tanto quanto apontou que o modelo disciplinar sucedia sem eliminar a sociedade de soberania, indicou também a transição da sociedade disciplinar, a outra conversão: a da sociedade de controle.

A sociedade de controle é uma continuidade do investimento na produtividade do corpo que vai se aperfeiçoando e acumulando⁹⁵ (PASSETTI in RAGO, 2002:) e que se caracteriza, ao mesmo tempo, pela intensificação e síntese dos aparelhos de normalização, característicos da disciplina, exaustivamente descrita por Foucault, segundo o molde, a fábrica, a escola, o exame, a assinatura, a palavra de ordem, mas que, inversamente à disciplina, leva o controle para fora das instituições e atua mediante redes flexíveis e flutuantes.

Na sociedade de controle, conforme Deleuze (1992), os lugares são redefinidos por fluxos e os confinamentos não mais operam sob moldes, mas por modulações. O interesse na sociedade de controle não é mais nos indivíduos, nem em seu conseqüente, a massa. Os

⁹⁵ Em cada lógica enfatiza diferentes poderes: na sociedade de soberania, que antecede a disciplinar, castiga-se; na sociedade disciplinar, que antecede a de controle, a ênfase é na busca pela utilidade econômica e docilidade política e na sociedade de controle, exige-se participação contínua e fluxo inteligente (PASSETTI in RAGO, 2002).

grandes líderes são coisas do passado e não há mais o sonho de uma minoria pretendendo-se maioria soberana (PASSETTI, 1999: 56). Conforme Deleuze (1992), os indivíduos passam na sociedade de controle à condição de indivíduos e numa realidade de atuação política democrática é preciso criar condições para que todos e cada um se sintam produtivamente atuando. Por isso, a inclusão – condição para participar – é a grande bandeira da sociedade que Passetti considera como ‘sociedade de plenos direitos’. Não se trata mais de um mundo que discipline as forças, mas que as ocupe e as consagre agentes do próprio controle, na medida em que se passa a clamar pela participação, por fazer parte, por ter seus direitos garantidos.

A questão não está mais restrita a docilizar, mas em – principalmente – criar dispositivos que promovam a adesão contínua e extensiva de todos num modelo em que a participação – engodo de que se está decidindo – é determinante, pois é através dela que se realiza o controle contínuo, efetivado no valor democrático como forma de vida política, igualitária, capaz de considerar e atender todas as diferenças.

Na sociedade de controle os mecanismos de vigilância – que antes operavam quase que exclusivamente por intermédio das instituições disciplinares numa série de espaços fechados que se intercomunicam em circuitos rígidos, disseminam-se, tornando-se cada vez mais democráticos, cada vez mais pertinentes e oriundos do próprio campo social. O comando é distribuído por corpos e mentes dos indivíduos, onde comportamentos de integração e exclusão social são interiorizados e o poder exercido mediante máquinas de organizar cérebro (sistemas de comunicação, redes de informação...) e corpos (bem-estar pessoal, social monitorando a vida).

Nesta sociedade os lugares, antes bem demarcados, cedem agora aos fluxos.

Passetti (2003: 11) salienta que o século XX se encerrou afirmando como utopia necessária uma democracia que agenciada pelas forças liberais levaria a uma vida jurídico-

política igualitária que a todos contemplaria. Capitalismo com democracia foi o duplo indissociável que rematou o século ‘anunciando o retilíneo caminho a ser seguido pela sociedade de controle’. O Estado de direito - simultaneamente utopia e forma acabada do liberalismo - tenta fazer crer que as diferenças contempladas pelos direitos pluralistas dimensionarão o conflito no âmbito estatal, construindo harmonia.

Foi também no século XX que o socialismo de Estado - ou autoritário - tornou-se realidade. No entanto, esta experiência acabou confirmando a crítica anarquista que via o socialismo de Estado com vida breve exatamente por ser incapaz de superar as desigualdades sociais, portanto fadado ao fracasso.

Nestas implicações é que se problematiza o sindicalismo enquanto dispositivo de poder característico da sociedade disciplinar, perpetuado na sociedade de controle.

Ainda que a sociedade de controle seja complementada pelos dispositivos de poder da sociedade disciplinar (tanto quanto a sociedade de punição se imbrica na de soberania e esta permaneça na disciplinar), sendo o sindicato uma instituição de confinamento característico da sociedade disciplinar (supostamente voluntária, o que implica diferenças cruciais), isto não é suficiente para dar conta de *como* ele ainda se institui na sociedade de controle apesar de todas – ousamos afirmar – as (im)possibilidades geográficas e categorias trabalhistas.

A passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle instaura – novamente – outra reforma geral.

Primeiro com o nome de neoliberalismo e depois como liberalismo social que vivemos, desde o final do século XX, substituindo a fase de maior governamentalização, com o *welfare state* e socialismo, quando ambos quase se tocaram. Nesta ‘transmutação’ planetária, para muitos chamada de globalização, o líder e a massa são substituídos no espetáculo público, pela democracia midiática. Governa-se ancorado na mídia, nas sondagens, nas pesquisas eletrônicas, e recomenda-se não só em quem votar, mas com quem governar: a publicização cede lugar à publicidade, e os partidos políticos, assim como [sindicatos e] o sufrágio universal, ficam reduzidos a elementos do ritual democrático representativo. (PASSETTI, 2003: 82).

Neste tempo em que, a despeito da representatividade ainda ser necessária, o grande investimento é na participação ativa de cada um individualmente e de todos coletivamente e onde todos são conclamados a participar não mais unicamente sob custódias representativas (como o caso sindical), mas ativa e pessoalmente, sob pena de exclusão, está em alta o cidadão participativo.

A cidadania, angariada na democracia, é mediadora já que participar, incluir-se e estar incluso é sua realização. Todos são e estão capturados na inclusão, pois na atual sociedade de controle, não há exclusão⁹⁶, mas uma extensiva e intensiva inclusão.

A atual febre dos movimentos identitários ou minoritários – negros, gays, minorias de qualquer natureza e gênero... – é mostra de um processo equivocado na busca de liberdades pelo pleito da inclusão. Lutando contra a exclusão, o ‘diferente’ sob as mais variadas bandeiras identitárias conclama por direitos que fazem incluir, capturar, tornar normal. Direitos processadores de inclusões.

Neste sentido, há no discurso sobre o movimento sindical significativa tendência em imprimir-lhe certo tom de decadência. Quer seja numa conversa de esquina, na mídia, de uma forma geral, ou em estudos acadêmicos, é bastante comum qualificar o sindicalismo como ultrapassado.

Mas o que efetivamente se percebe é que não há nem retirada, nem diminuição de intensidade do movimento sindical que justifique suposta decadência.

Argumenta-se que, pelo fato de ser uma instituição que defende o trabalhador em suas relações diretas com empregadores, referendado objetivamente a um espaço físico de produção específica, hoje as mutações no mundo do trabalho – trabalho virtual, autônomo, a

⁹⁶ Apesar de a exclusão ser o grande inimigo contra o qual se agregam forças, ela, na verdade, não existe, pois o que temos é um processo maciço de inclusão onde se busca a todos capturar. Os conceitos de exclusão se constituem a partir do que é inclusivo: o analfabeto é excluído pela alfabetização, ficando incluso, de qualquer forma no critério alfabetizados. A homossexualidade é excluída pela heterossexualidade e inclusa numa modelagem sexual.

distância, por tarefa, no lar... novas profissões e morte de outras – junto à constatação inequívoca de que inexistem postos de trabalho para todos, levará fatalmente à extinção do modelo sindical.

Respondendo a estas demandas o sindicalismo mais uma vez processa reformas e construindo demanda sindical reivindicatória, que não está mais prioritariamente no salário e nas condições de trabalho, mas na manutenção e expansão da empregabilidade, em políticas de preparação de mão de obra ‘genérica’, que venham a cobrir as reservas de mercado, defendendo não mais esta ou aquela categoria, este ou aquele grupo de trabalhadores, mas a população de trabalhadores como um todo. Isso exige por parte dos sindicalistas a construção de um outro envolvimento com e no trabalho.

O que está em pauta como condição de continuidade da instituição sindical é sua reforma. É imperativo desenvolver outras técnicas e estratégias que melhor se ajustem às exigências atuais. É preciso abdicar de uma posição antes reivindicatória em prol de uma postura agora propositiva, explicitando um papel que, na realidade, nunca lhe foi inusitado. Discurso e práticas sindicais meramente reivindicatórios encontraram seus limites, mas não destituem o engajamento enquanto resistência nas relações de produção e enquanto representatividade trabalhista.

Este é um novo cenário em que os efeitos da ação sindical agem da mesma forma: como uma força de pressão, que desempenhando função duplicada, por um lado se opõe às forças governamentais em favor dos trabalhadores e por outro recupera esta mesma força estatal.

Neste contexto, as análises sobre o sindicalismo brasileiro ocorrem de forma ligeiramente acentuada no mundo acadêmico e podem ser genericamente agrupadas em duas vertentes. Uma, que reforça o papel sindical de resistência ao poder do Estado, objetivando reformulações pró-coletivistas. Outra, de crítica à desvinculação entre o que se diz e o que se faz, supondo uma teoria que, imersa num discurso, na prática não consegue se fazer realidade.

A primeira ignora a posição de manutenção do modelo estatal, a segunda, soma a isso pretensão de reformular uma prática sindical ou construir arcabouço teórico que ampare o fazer.

Em comum, a busca pela eficiência e eficácia sindicais e a negligência de uma percepção sobre a governamentalização que se estabelece neste jogo de forças.

A transposição da sociedade disciplinar para a de controle se dá constantemente por intensificação e modificação de uma lógica de controle acoplada, mas sobreposta à lógica disciplinar, pois, paradoxalmente, é na sociedade de controle que a disciplina se generaliza e prescindindo do confinamento, exacerba o controle.

É nesta realidade que, desde o final do século XX, o movimento sindical vem buscando adaptar-se ao exigido e, procurando passar da defesa do salário à luta pela manutenção da empregabilidade, tenta revigorar seu papel negociador em mais uma reforma.

As grandes massas representadas tendem a desaparecer. O que sustenta o sindicalismo não é mais a participação material, mas a representatividade como elemento de participação, de tal modo, que ao funcionamento da máquina sindical bastam os engajados.

É a particularidade dos modos de subjetivação de tais engajados numa problematização sobre como o modelo sindical permanece na sociedade de controle que remete à indagação sobre quais modos de subjetivação se modelam neste dispositivo, de modo a constituir-se continuidade.

2. Sindicalismo Docente e Sindicato Cidadão: a Reforma da Participação na Sociedade de Controle:

Foi graças a uma série de reformas que, ao longo dos anos, a continuidade sindical foi assegurada adequando os sindicatos aos diferentes ditames dos variados contextos.

Correspondendo às exigências da passagem da sociedade disciplinar à de controle, a reforma necessária ao sindicalismo direciona ao comprometimento com o desenvolvimento social, o que implica adoção de uma política que, para além da defesa dos interesses das categorias representadas assuma ‘responsabilidades sociais’ mais amplas, o que não ocorre sem que se adote posição nítida na gestão governamental, seja ela qual for.

Segundo registram as entidades sindicais, notadamente as docentes, há atualmente no mundo temas que o movimento sindical não pode ignorar⁹⁷ e sobre os quais tem obrigação de se posicionar para, ultrapassando as barreiras essencialmente trabalhistas, construir uma sociedade igualitária e com justiça social. Desse entendimento nasce nos anos 90 a proposta de um *Sindicato Cidadão*.

Mesmo atuando com as estratégias de organização de sempre, o *Sindicato Cidadão* define outro sentido ao sindicalismo passando a defender um ideário de cidadania muito mais propositivo do que a prática assumida antes, puramente reivindicatória de direitos.

É nesta perspectiva que, no início dos anos 1990, as estratégias de ação sindical, outrora caracterizadamente aguerridas, passam a apostar com constância nas negociações como forma prioritária de conseguir as reivindicações das categorias, sem no entanto abandonar as estratégias de pressão mais radicais, que, é evidente, ocorrem em menor

⁹⁷A luta em defesa do meio ambiente, pela soberania nacional que diante da globalização tende a tornar as nações reféns de grandes especuladores internacionais, contra a desigualdade social, exploração e fome, entre outras (SINDICATO DOS BANCÁRIOS, 2006).

número, como encenações necessárias, mas sempre paralelas às negociações, como é o caso das greves.

Deste modo, a responsabilidade social corporativa dá conta do conceito de *Sindicato Cidadão*, a partir do comprometimento explícito do sindicalismo com o desenvolvimento social, numa ação sindical que é também de gestão comunitária, portanto, de governo.

Atento às mudanças nas formas de participação, o sindicalismo procura por variações que possam revigorar a representatividade, base e chave da continuidade sindical, porém sob aspectos necessariamente distintos.

Sedimentada na filiação, a representatividade sindical necessita encontrar formas alternativas de ancoragem, uma vez que se inscreve numa realidade bastante díspar da que se engendra na atualidade.

A despeito de parcelas da sociedade efetivamente não ocuparem postos de trabalho, é mesmo pelo desemprego que são inclusas numa perspectiva de empregabilidade, pois é a própria exclusão que, no sentido de não fazer parte de algo, opera sua abrangência na medida em que cataloga tudo e todos a partir de um critério que é exatamente o de fazer ou não parte.

Na realidade coeva do mundo do trabalho, altamente mutante, a escassez de empregos e a permuta constante na ocupação dos postos de trabalho que alternam na vida dos indivíduos períodos de desemprego com períodos de ocupação, passando de um a outros espaços de trabalho em intervalos de tempo cada vez menores, as associações sindicais se vêm às voltas com estratégias que não só garantam a permanência de seus filiados, mas que os filiem constantemente, firmando a idéia de que o sindicalismo contempla todos em todos os lugares e momentos, inclusive em épocas de desocupação.

As campanhas de filiação sindical se intensificam e em algumas entidades sindicais chegam a ser intermitentes. Essas campanhas de filiação lançam mão de variados modos e ocupam boa parte das preocupações mais cotidianas do meio sindical. Outrora a inclusão de

novos filiados ocorria quase que exclusivamente por intermédio da ação individual dos dirigentes e ativistas sindicais aos quais cabia fazer a propaganda (boca-a-boca) providenciando as filiações⁹⁸. Na maioria das vezes, sem que se fizesse muito esforço, o nível de associados mantinha-se no limite do razoável, pois a própria movimentação dos trabalhadores nas grandes ações sindicais mantinha os sindicatos em cena, dando-lhes importância e significado evidente nas relações de trabalho, o que não raro levava à filiação ‘voluntária’⁹⁹.

Mas, principalmente, além disso, na sociedade disciplinar a filiação responde muito bem ao modo como os indivíduos passam de um a outro ‘internamento’ que funcionam como variáveis independentes, porém intercomunicáveis, e onde a cada vez se começa do início, do zero.

Porém, na atual sociedade de controle, manter o nível de filiados é uma exigência constante. A quase totalidade das associações sindicais tem este como um de seus pontos mais significativos, dedicando bastante esforço, tempo e gastos com a questão. Trata-se de procurar garantir-se por intermédio de uma ferramenta que na sociedade de controle se difunde em instabilidades constantes.

A partir disto, o movimento sindical, pelo menos algumas tantas associações sindicais, já se deram conta de que é necessário construir outras estratégias de captura que não mais a filiação, pois as instabilidades características da sociedade de controle, muito bem representadas pela analogia à serpente que Deleuze faz¹⁰⁰, tornam isso impossível.

⁹⁸ Virou anedota o caso de dirigentes sindicais que sempre traziam consigo fichas de filiação e onde quer que encontrassem colegas de trabalho, conclamavam para que se filiassem naquele mesmo momento.

⁹⁹ Mesmo quando as taxas de filiação caíram, não foram os sindicatos que procuraram filiar os trabalhadores do setor público, foram estes que se voltaram ao sindicalismo, conforme abordado nesse mesmo trabalho.

¹⁰⁰ Deleuze associa a sociedade disciplinar à figura da toupeira e a sociedade de controle à figura da serpente. ‘ Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, mas também na nossa maneira de viver e nas nossas relações com outrem. O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. Por toda parte o surf já substitui os antigos esportes’. (DELEUZE, 1992: 223).

Através de algumas especificidades que separam a empresa da fábrica, Deleuze (1992: 221) dá visibilidade a essas diferenças que se instalam entre a lógica disciplinar e a de controle. Na sociedade disciplinar, a fábrica constituía os indivíduos em um só corpo, levando suas forças internas a um ponto de equilíbrio, ‘o mais alto possível para a produção e o mais baixo possível para os salários’. A empresa na sociedade de controle introduz de modo intermitente uma rivalidade que, entendida como motivação, ‘contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo’. É nesta lógica que, por exemplo, institui-se o princípio modulador dos salários por mérito. É fato que a fábrica também utiliza estratégias de premiação ao mérito, mas a empresa se esforça em impor modulações distintas para cada um dos salários, num estado de ‘perpétua metaestabilidade que passa por desafios, concursos e colóquios extremamente cômicos’(DELEUZE, 1992: 221).

É aí que a proposta do *sindicalismo cidadão*, respondendo à necessária ‘superação’, encarna a reforma que adequa o sindicalismo aos moldes da lógica da sociedade de controle e vem ao encontro da perspectiva democratizante que desde a década de 60 vem se acentuando nas lutas contra regimes autoritários.

Para Passetti (1999), a reviravolta que ocorreu no século XX, referindo-se ao socialismo marxista e à revolução russa, só reformou o projeto da propriedade privada, deixando inalterado o fortalecimento do Estado. As repercussões dessas reviravoltas se acomodaram em torno da esperança de justiça social, contribuindo para a emergência do Estado do Bem-Estar Social. É nesse pano de fundo de desmoronamento das perspectivas de alteração do Estado, que nos últimos anos do século XX os conservadores ressurgem, defendendo o retorno à economia de mercado, emergindo outra versão universalista sob o binômio democracia/liberdade de mercado globalizado. Porém, atestada a impossibilidade de afastamento total do Estado, redimensiona-se ‘a utopia conservadora num liberalismo social

que não camufla os setores onde o investimento prioritariamente se realiza sob o regime de uma constante reforma administrativa' (PASSETTI, 1999: 56).

Tôtora (1998: 29) registra que é desde a década de 1960 e se estendendo à seguinte, os movimentos sociais e populares estimulam a participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos, ou seja, 'numa nova forma de organização política'. É deste modo que a década de 1980 vai se caracterizar pela emergência de regimes democráticos na maior parte do mundo¹⁰¹.

Contudo, a valorização da democracia como forma de governo pelas esquerdas só se dá a partir da crítica aos regimes socialistas existentes (TÔTORA, 1998: 29). 'Os marxistas relegaram a democracia a um plano secundário até que o modelo socialista soviético, antidemocrático, suscitasse no seio das esquerdas um acirrado debate em torno da transição para o socialismo, bem como da sua forma política' (TÔTORA, 1999: 28)¹⁰².

Foi particularmente após a Segunda Guerra, que pretendendo responder aos desafios que a realidade contemporânea impunha, as teorias liberais democráticas proliferaram¹⁰³. E foi através da crítica à perspectiva que reduz a democracia a um método de escolha de governantes, que a participação toma a cena nessas discussões.

Foi nesse contexto pós Segunda Guerra que as disciplinas conheceram uma crise em favor das novas forças que se instalavam: 'sociedades disciplinares é o que já não éramos

¹⁰¹ Tôtora (1998: 30) salienta que as democracias liberais crescem em meio a uma enorme crise econômica e social, que nas décadas de 80 e 90 é decorrente das revoluções tecnológicas e de um sistema de produção globalizado ou transnacional – sem uma base em fronteiras determináveis – cujo efeito é a produção de uma massa de desempregados, excluídos do sistema de produção.

¹⁰² Segundo Tôtora (1998: 31), é Gramsci quem, na década de 20, abre as portas para a reflexão em torno de uma alternativa de transição no Ocidente, distinta da solução soviética. Para saber mais, vide TÔTORA, Silvana Maria Corrêa. *A Questão da Democracia: Perspectivas Teóricas e Análise do Pensamento Político Brasileiro na Década de 80*. São Paulo, 1999, 318 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹⁰³ '(...) múltiplas são as teorias da democracia que pretendem responder aos desafios da atualidade (...) algumas teorias enfatizam a competição política, outras a participação. Em determinados autores, como Dahl, por exemplo, destacam-se os direitos, o pluralismo e a cultura cívica. Outros ressaltam as regras procedimentais, como Bobbio. Contudo, a democracia pode restringir-se à esfera política, ou estender-se às esferas sociais e econômicas. Para uns a democracia restringe-se a uma forma de governo, enquanto para outros, é também uma condição da sociedade' (TÔTORA, 1998: 32).

mais, o que deixávamos de ser' (DELEUZE, 1992: 220). E é em meio a essa 'crise generalizada de todos os meios de confinamento' que a democracia veio se fazer salvação.

Atualmente poucas são as dúvidas lançadas sobre a democracia participativa, pois se acredita que como prática política e social regular que resulta da cidadania, ela é a realização de uma vida política igualitária capaz de contemplar as diferenças.

Neste sentido, é que o pleito à democracia é uma saída à constatação de que a ênfase na negociação do preço da força de trabalho não é mais o que une os trabalhadores, pois é preciso que o sindicalismo constitua outros elementos de agregação bem mais amplos.

É nessa perspectiva que os sindicatos passam a debater e atuar sobre a garantia de direitos os mais variados, levantando um leque de questões bem mais amplo do que costumava abordar, focando temas gerais que inquietam a atualidade e não só exclusiva ou prioritariamente ao mundo do trabalho.

Nesta rota de construção do *Sindicato Cidadão*, comprometido com o acesso à cultura, com a informação freqüente, cresce significativamente o número de publicações sindicais que substituindo os tradicionais informativos, passam a lidar com os mais variados temas.

Também a prestação de serviços, outrora bastante questionada por algumas correntes sindicais que a tinham na conta do paternalismo, agora entendida como facilitador do acesso ao que se considera chave para a constituição de cidadania, expande e intensifica as ações sindicais¹⁰⁴.

Baseado na idéia de que o sindicato precisava de uma ação mais ampla que não se restringisse apenas à negociação do preço da força de trabalho, mas que objetivasse a construção da cidadania. Foi nessa perspectiva que nos comprometemos com a promoção e o acesso à cultura, com a informação qualificada e com a promoção do debate sobre as questões que nos inquietam. Com o objetivo de propiciar informação mais qualificada, mais freqüente e sobre um leque bem mais amplo de questões, a partir de 1996 transformamos o nosso antigo Jornal (...) o compromisso

¹⁰⁴ Estímulo e concretização de cooperativas habitacionais, assistência médico-odontológica, convênios com assistências à saúde, comércio, turismo, programas de complementação à aposentadorias...

de ser um efetivo jornal, com uma linha editorial pluralista, com periodicidade regular e com projeto de auto-sustentação, através da comercialização de espaços publicitários (SINPRO-RS. Disponível em <http://www.sinpro-rs.org.br/extra/mai98/5cepep/reso7.htm>).

Deste modo, a proposta de *Sindicato Cidadão* não só supera a lógica corporativa, uma vez que inclui a participação dos trabalhadores, independentemente de sua inserção no mercado de trabalho, contemplando inclusive – e principalmente – os que não conseguem lugar, como passa a ter um papel representativo bem mais amplo, uma vez que antes de atingir exclusivamente o trabalhador, interessa construir uma cidadania universal que atinja não só aquele que se insere no mercado de trabalho, mas a todos¹⁰⁵.

Os desafios e dificuldades colocados ao movimento sindical pelas transformações pelas quais passa a sociedade hoje exigem do sindicato um novo papel frente à esta. Exigem que se arranque as raízes da árvore cujos galhos só oferece sombra à classe trabalhadora, para em seu lugar plantar uma árvore, com raízes profundas, cujos galhos possam oferecer sombra não só aqueles que vivem do trabalho, ou a procura dele, mas à todo ser humano que necessite de condições básicas para viver com dignidade, igualdade e justiça social (FENASCOM, 2006).

Sindicatos cumprem assim ‘o retilíneo’ caminho a ser seguido pela sociedade de controle que Passetti mostra anunciada no duplo indissociável – capitalismo com democracia – que encerrou o século passado (PASSETTI, 2003: 11).

As mudanças anunciadas pelo neoliberalismo – principalmente a liquidação do Estado Providência, pela redução da burocracia estatal e estruturação de uma economia de mercado –

¹⁰⁵ Um dos exemplos é o projeto da Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes – FENASCOM, que uma sociedade verdadeiramente composta por cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para a construção de uma sociedade menos desigual e mais solidária, lança seu projeto de sindicato cidadão, prevendo duas grandes etapas: uma inicial de formação dos dirigentes sindicais, instruindo e preparando-os através de cursos, para engajarem-se na sociedade e ajudá-la a se organizar e defender os interesses da coletividade; e uma segunda etapa cujo começo foi previsto para o ano de 2000, onde foi montada ‘uma estrutura de informação e formação capaz de atender não só o dirigente sindical, mas a todo cidadão interessado em obter conhecimentos e informações relevantes para o processo de construção de uma cidadania plena para toda a sociedade.’ (<http://www.fenascon.com.br/cidadao.htm>, 14/07/2006).

não chegaram a ser tão radicais, pois, a despeito das reformas na economia monopolizada, as instituições dos trabalhadores não sofreram grandes alterações.

Capítulo III

Trajetórias Sindicais Docentes

Focar a construção de modos de subjetivação de docentes engajados propicia estudá-los lá onde se implantam e produzem seus efeitos, onde se torna possível captar os efeitos das sujeições que os fabricam. É nesses ‘pequenos poderes que as visibilidades e os enunciados apontam modos de subjetivação que, por sua vez, manifestam específicas formas de participação.

Em geral, se privilegia o poder do Estado. Muitas pessoas pensam que as outras formas de poder derivam dele. (...) sem chegar a dizer que o poder de Estado deriva das outras formas de poder, ele é, ao menos, fundamentado sobre elas, e são elas que permitem ao poder de Estado existir. (...) Se queremos mudar o poder de Estado, é preciso mudar as diversas relações de poder que funcionam na sociedade. Senão, a sociedade não muda. Por exemplo, na [antiga] URSS, a classe dirigente mudou, mas as antigas relações de poder permaneceram. O que é importante são essas relações de poder que funcionam independentemente dos indivíduos que têm o poder de Estado. (FOUCAULT, 2003:268).

Trata-se então de estabelecer sob quais condições e possibilidades, peça a peça, vai se sedimentando o engajamento da militância sindical docente em esquemas combinatórios que mesmo estranhos, são entendidos como a própria pele e moldam uma forma de participação bastante peculiar.

No processo de universalização do modelo sindical no que toca à realidade brasileira, importa olhar para como se constrói certo professor que se define e é definido, antes de qualquer coisa pelo engajamento militante sindical. A perspectiva é de localizar

tecnologias que, inscrevendo determinados aspectos de conduta, constroem uma lógica, que mesmo sendo de resistência, imbrica-se em governamentalidades.

Desse modo, a pesquisa focou dois momentos para análise: as reuniões de diretoria sindical e as trajetórias de docentes sindicalistas. Trata-se, em ambos os momentos, de mostrar visibilidades da construção dos modos de subjetivação docente sindical na contemporaneidade.

1. Modos de Subjetivação Docente Engajada: uma Microanálise das Reuniões de Diretoria do SINSEPES¹⁰⁶

É na particularidade da situação, local e período específicos das Reuniões de Diretoria do Sindicato dos Funcionários e Professores da Universidade Regional de Blumenau/SINSEPES¹⁰⁷ que o trabalho empírico reúne e interpreta o material em extratos de pesquisa qualificados como campo de visibilidade da construção de modos de subjetivação docente engajada.

Nesse sentido, a primeira reunião de diretoria do SINSEPES, em vinte e dois de abril de 2003, da mesma forma que as demais, se dá na pequena sede do sindicato, numa das três salas, cujo mobiliário é composto por uma mesa maior, dessas tipicamente usadas para reuniões, com várias cadeiras em torno; mais outra mesa disposta num canto estranhamente pouco iluminado por uma janela que permanece fechada e de cortinas cerradas, onde fica um computador, raramente usado durante as reuniões.

Em torno da ‘mesa de reuniões’, cinco de um total de dez diretores sindicais tomam acento. A disposição que ocupam é aleatória. Não há lugares determinados. Eles vão chegando conversam animadamente, tomam café, folheiam os jornais e informativos propositadamente dispostos sobre a mesa, e se colocam à espera do início da reunião.

A presidente do sindicato que já aguardava sentada, após conferir quais diretores se faziam presentes, iniciou a reunião, solicitando que primeiramente, sem que fosse

¹⁰⁶ Unanimemente a diretoria do SINSEPES, gestão 2001/2005, gentilmente permitiu gravar durante os meses de abril a junho de 2003, nove de suas reuniões, perfazendo um total de 36 horas, numa média de 05 horas semanais. O material reunido totaliza 309 páginas que podem ser consultadas no próprio SINSEPES e/ou na biblioteca da Universidade Regional de Blumenau.

¹⁰⁷ Foram gravadas as reuniões dos dias 22 e 29 de abril, 06, 13, 20, 21 e 22 de maio, 03 e 10 de junho, que posteriormente compiladas, foram utilizadas nesse trabalho, especialmente nesse capítulo.

ponto de pauta, fosse discutido o pedido de acompanhamento às reuniões, salientando que se tratava de um pedido de pesquisa e que, a despeito de ser formulada por uma ex-dirigente desse sindicato, esta não deve ser assim entendida, já que se trata de uma diretora licenciada da função justamente por conta de estudos.

Mais da primeira hora dessa reunião é tomada pelas discussões a respeito do que a pesquisa possa suscitar. As indagações são sobre o que se vai pesquisar. Todos ficam muito curiosos sobre como vai ser feita a pesquisa: *‘o que vais olhar? o discurso? como vais ver o discurso de professores se vais trabalhar hoje? como vais ver os que vêm antes, então?’*

‘Os diretores da outra gestão são muito diferentes dos de hoje’, avisa um diretor.

As discussões sobre a pertinência de gravar ou não essas reuniões se estendem por algum tempo. Alguns diretores defendem que o princípio público não só permite, como exige o assentimento ao pedido de acompanhamento às reuniões; outros que *‘tem discussões que não interessam à pesquisa dela e coisas que são ditas que não devem ser registradas.’*

O que se indaga de fato é sobre a muito provável publicização das discussões ou até mesmo, das análises de conjuntura, costumeiramente elaboradas nessas reuniões, estabelecendo uma polêmica sobre o princípio público da gestão sindical.

O sigilo que em algumas situações ou discussões acredita-se ser necessário preservar nesse jogo de descobertas e definições de táticas e estratégias entre gestão sindical e gestão universitária, se estabelece sob esse argumento de probabilidade de que as discussões travadas, algumas vezes, levam a pronunciamentos que não merecem ou não devem ser submetidos a registro.

A discussão persiste e as indagações se dirigem à curiosidade sobre o que acreditam será trabalhado e que, sem que se faça comentário algum, localizam como análise do discurso oculto, *‘aquilo que de fato se quer dizer e que não aparece na fala.’*

Sem que haja tempo para qualquer explicação, um dos diretores interpela afirmando que, mesmo que não entenda e deseje formular uma série de perguntas, esse é um papel que cabe ao orientador da pesquisa e que à direção do sindicato cabe exclusivamente aceitar ou não a pesquisa e a conseqüente presença da pesquisadora nas reuniões. *‘Não nos compete nenhuma preocupação com a pesquisa em si, mas com o tempo precioso que se perde com essa discussão que não é de interesse imediato para a instituição sindical.’*

Num assentimento silencioso, as discussões findam após essa fala e o assunto sobre a pesquisa cessa decididamente quando a presidente do sindicato inicia a discussão sobre a participação do sindicato na Comissão de Avaliação Institucional da universidade.

O que faz calar a discussão sobre a pesquisa a ser feita não é a urgência desse outro assunto, muito menos a aparente força de liderança pessoal de quem reafirma uma postura sindical necessariamente retilínea, mas o enunciado da transparência sindical: uma verdade que assevera que o funcionamento sindical se dá às claras, que o processo é translúcido, porque respeita um rol de procedimentos manifesto e que é nesses moldes que seus militantes podem se dar a ver.

Portanto, nada há que não possa estar às vistas, que não possa ser dado a público. Não se trata, portanto, de fazer entender um discurso oculto, mas da ativação do enunciado da transparência que, estrategicamente tomado, é respeitado. É em atravessamentos de fala, propostas e defesas de posturas como esta que os enunciados se dão a ver.

Nesse sentido, não está em questão a devolução de uma imagem fiel de como as coisas se passaram, quais as proposições, ações ou resultados obtidos que possam desvendar as táticas e estratégias da formação de subjetividades sindicais. O interesse da pesquisa está em atender aos enunciados que enquanto tecnologias de poder coletiva e individualmente trabalhadas e reiteradas, forjam a especificidade dos modos de subjetivação docente engajada.

Também não está em jogo a idéia tipicamente sindical de uma máquina governista que submete o mundo à sua dominação.

O conhecimento que o governo vai acumulando sobre as coisas, pessoas e acontecimentos, enfim sobre a população, induz a distintas respostas. São essas respostas díspares, aplicáveis a diferentes situações e acontecimentos que dão corpo às tecnologias de governo. Tecnologias que estão continuamente se fazendo: sempre há novos domínios, outras realidades que escapam e onde a ordem e a administração nunca são exercidas totalmente. É assim que a queixa sindical de que é preciso fazer mais, de que nunca se administra eficientemente, acaba atualizando governamentalidades.

A relação social entendida como a que se dá entre dominados e dominantes se mostra, nessas implicações de governamentalidade, equivocada e remete à atenção da pesquisa para as tecnologias de regulação e auto-regulação, que vão se constituindo nesse jogo. Problematisa-se aí a militância e o engajamento sindical docente, um paradoxo na permanência do sindicalismo historicamente reformado que mantém e perpetua práticas que trabalham a reflexão, o entendimento, a vontade, o desejo e a ação como práticas de si. Práticas de si que atribuem responsabilidades na descoberta das ramificações e dos desdobramentos de interesses governamentais que dirigem essas queixas de ausência de governo.

E é entendendo a ausência do Estado frente às necessidades coletivas da população como uma resposta aos interesses privatistas, que os diretores do SINSEPES agem localmente, no sentido de pressionar para que o Estado se faça presente e atenda às necessidades da população.

Desta forma, o intento é de que a opinião pública pressione o Estado, pelo menos no sentido de impedir as constantes retiradas dos ‘cuidados’ para com a população.

Esse é o caso da proposta de um diretor de ‘ (...) *aproveitar também, agora (...)* falando (...) da assembleia (...) botar como ponto de pauta, que aí a gente já está também de

alguma forma politizando os servidores, no sentido da deliberação do CECUT¹⁰⁸ que é contra o plano de previdência que o governo (...) mandou pro Congresso. (...) Quer dizer a gente amplia esta negação (...). Uma das propostas do CECUT foi exatamente a mobilização dos movimentos sociais, populares para solicitar que o presidente tire isso do congresso, da forma como esta reforma aí está colocada. Então a gente também tem espaço na assembléia pra colocar esse ponto e de alguma forma a gente também aglutina outros setores pra vir discutir ’

Proposta rapidamente apoiada, seguida da indignação de outro diretor que acrescenta o caso específico das aposentadorias do Instituto Previdenciário, local em que a ‘*a reforma previdenciária aconteceu em dezembro de 98, como é que os aposentados antes disto terão sua aposentadoria revista. O que é isso? E o direito adquirido onde fica? Gente, não pode ser por aí.*’

É também nessa linha que a gestão universitária é entendida como uma ausência que responde a interesses privados, em que ‘*o discurso do reitor é sempre mercadológico*’.

Nessa primeira reunião, a atenção ao funcionamento rotineiro assinala uma prática que é de *exame*¹⁰⁹, mas também de controle contínuo do engajamento e militância num jogo de relatos, aprovações e afirmações que reativa constantemente os mecanismos de constituição de determinados modos de subjetivação.

¹⁰⁸ Congresso Estadual da CUT, ocorrido em Florianópolis no ano de 2003.

¹⁰⁹ Foucault mostra que a invenção do exame no século XIX, precedente ao inquérito, se dá a partir de problemas jurídicos, judiciários, penais que suscitaram essa forma de análise ‘bem curiosa’. O exame é característico da lógica disciplinar. É no panoptismo (referenciado ao *panopticon* de Bentham como a forma arquitetônica que realiza a utopia da sociedade disciplinar) que Foucault encontra essa forma de poder totalmente diferente da do inquérito. ‘O inquérito era um procedimento pelo qual, na prática judiciária, se procurava saber o que tinha ocorrido. Tratava-se de reatualizar um acontecimento passado através de testemunhos (...) No *panopticon* vai se produzir algo totalmente diferente; não há mais inquérito, mas vigilância, exame.’ (1999:87-88). Trata-se, no exame, não mais de reconstituir um acontecimento, mas da vigilância ininterruptamente de indivíduos ou de algo por alguém que exerce um poder – chefe, professor, médico... – que tem não só a possibilidade de vigiar, mas de constituir sobre os que vigia e a respeito desses, um saber. No entanto, o sentido que se enfoca aqui, num quase aperfeiçoamento que a sociedade de controle engendra, remete a uma ampliação no sentido de que não se trata mais daquele que ocupa uma posição de vigilância, mas de todos sobre todos e principalmente, sobre si mesmo.

Exames que através das práticas avaliam o engajamento sindical tal qual Do Ó aponta nos espaços escolares¹¹⁰.

Ordenação das falas (tempos, momentos e pertinência) e responsabilidades (o que compete a cada um e a todos os engajados), que determinam lugares individuais e organizam uma economia de ação que torna possível a fabricação e o controle da militância de cada um e de todos simultaneamente: *‘Porque desculpe gente, ou tá do nosso lado ou não está do nosso lado’*.

Nessa anatomia do detalhe, tal qual outros meios de confinamentos, mas por tecnologias específicas, o que se constrói nos sindicatos são o comportamento e a ação engajados. É o poder que ao mesmo tempo individualiza e obriga à homogeneidade que liga a individualidade de cada um ao que lhe caracteriza como sindicalista de tal modo que as subjetivações docentes sindicais se constituem pela dimensão da distância e aproximação que têm com o modelo militante. Normalização do devir sindical: *‘a gente tem que se posicionar. Até para os alunos terem mais clareza de quem tu és, sabe? Tem que se posicionar sim.’*

Os procedimentos de ancoragem e conservação que rotinizam as reuniões de diretoria sindical (coordenação que é sempre da presidência, registro da ata pela secretaria geral, leitura da ata anterior procedida por solicitação de alterações ou de registros omitidos, quando for o caso; votação da pauta com possibilidades de acréscimo de temas, a ser sempre aprovado, inscrições para as falas, seqüência dos tempos e temas das reuniões: informes, discussão da pauta, temas da pauta, propostas e aprovação ou não a cada item, questões de ordem, moções, repúdios...) funcionam como momentos de fixação e manutenção dessa política de individualização militante.

¹¹⁰ ‘Nos estabelecimentos de ensino não se examinam apenas conhecimentos, mas igualmente os comportamentos e as aptidões que cada um dos escolares naturalmente apresenta. (...) é, pois, todo um poder que individualiza justamente na medida em que obriga a homogeneidade. (...) o que indica bem o aparecimento de uma ‘nova modalidade de poder em que cada um recebe como *status* a sua própria individualidade, e onde está estatutariamente ligado aos traços, às medidas (...) que o caracterizam e fazem dele, de qualquer modo, um caso’. (DO Ó, 2001:39).

São práticas que, enquanto vestígios constitutivos dos saberes sindicais, mostram como alguns professores deixam de ser exclusivamente (ou meramente) docentes para se tornarem também (e principalmente) engajados sindicais.

Rotinas burocráticas passam a fazer sentido, falas como *'desculpe, mas estou inscrito'*, ou *'minha fala está garantida pela inscrição, não é?'*, calam as demais. Nos momentos em que a palavra dada a alguém ultrapassa a oportunidade, o aviso de que *'agora já passou a discussão que eu queria comentar'* não causa qualquer constrangimento, nem sequer arranham a certeza de que todos têm garantidas suas oportunidades de fala.

Essa organização que se presta mais à manutenção da rotina do que a qualquer outro objetivo, se mantém alicerçada numa racionalidade própria e forja e alimenta o mesmo modo de ordenar, seqüenciar, justapor e estruturar o funcionamento institucional, engendrando a construção de modos de inserção no mundo caracterizadamente sindical.

Tais ações constantes e observáveis em que cada um faz de si mesmo o primeiro e principal censor, constitui a prática que retroalimentada constrói uma individualidade que é antes de tudo, de abnegação ao coletivo, desvendando e relatando de si o quanto e como se responde à modelagem do engajamento, da militância, numa dubiedade que, resistente, presta contas ao engajamento tal qual já se prestou e se presta ao padre, à fé, à ciência, ao pai, ao líder.

Algumas são as situações em que, no acompanhamento às reuniões de diretoria do SINSEPES, um aparato de exames avalia a militância em análises que pretendem detectar a aceitação e adaptação às regras de conduta que determinam o engajamento e onde se planificam os mais diversos procedimentos de aprovação e reprovação. *'que [se] tenha coerência, que [se] fale abertamente, que [se] discuta as coisas numa mesa, cara a cara, abertamente.'*

Considera-se um rol de prescrições sobre o agir sindical que remete ao agir cidadão na defesa dos direitos e garantias coletivos e individuais – mais coletivos que individuais: *‘o discurso é muito lindo, a prática é que revela quem realmente as pessoas são, porque falar é muito legal, criticar é muito legal, fazer, às vezes, fica mais complicado (...) a ética que utiliza qualquer meio para chegar ao ponto final (...) em pleno século XXI, não se admite mais: tem que haver coerência entre meios e fins.’*

As cobranças de dedicação à militância e à execução das tarefas sindicais são recíprocas e não excluem o auto-exame e a auto-avaliação, onde os argumentos são de superação das individualidades: pontos de enfraquecimento na definição das prioridades da militância e onde *‘é possível então perguntar, por exemplo, como superar o capitalismo com uma BMW?’* e se *‘faz sentido também perguntar como superar o capitalismo e trabalhar numa universidade que cobra mensalidade?’*.

A essas indagações a resposta que vem rápida reforça a ação militante sindical, é também uma proteção contra ‘racionalidades individualistas’, pois *‘se a gente [enquanto sindicalista] ficar de braços cruzados não faria sentido, mas a gente faz, milita’*.

Dedicação e abnegação. Soberania do sujeito sobre ele próprio que remete à práticas de si (práticas da ascese) exames de consciência, avaliação de faltas frente a regras de conduta e procedimentos de aprovação.

É nesse sentido que, a partir da luta pela garantia de verbas públicas para a universidade, que transforme efetivamente numa instituição de ensino superior pública¹¹¹ os diretores do SINSEPES organizam duas reuniões, nos dias 21 e 22 de maio de 2003, que reúnem antigos e atuais dirigentes sindicais, supostamente em torno da causa.

¹¹¹ A Universidade Regional de Blumenau-FURB, é uma Universidade Pública Municipal que não tem garantida verba pública para sua manutenção e que, por determinação constitucional, se mantém através das mensalidades dos alunos.

Os ex-dirigentes sindicais, afastados da militância trabalhista ocupam nessa época cargos eletivos e nomeados pela gestão universitária, o que de qualquer jeito lhes coloca sob suspeita quanto às ações militantes sindicais.

A situação a partir das práticas que se objetivam é mesmo de proceder o exame da militância, do engajamento, ao que de modo nada surpreendente, se responde com confissões: *‘tenho problemas para conciliar consciência pessoal e cargo administrativo. As dificuldades são de articulação nas questões táticas, de construção de um projeto e ação comum do ponto de vista tático. Mas o sindicato tem ficado só nas questões táticas, o que tem dificultado as aproximações. A política se faz também com o coração, mas na gestão não há tempo para militância, além disso, não é no sindicato que se faz algumas coisas’.*

A justificativa que utilizam as chamadas ‘lideranças históricas’ para explicar suas ações fora do sindicalismo é, portanto paradoxalmente a mesma que os diretores do SINSEPES argumentam para afastá-los da militância, ou seja, a coerência do engajamento sério e alicerçado numa forte teoria de esquerda respalda atitudes e procedimentos e *‘o sindicato assumiu uma postura, uma identidade que a base gosta e apóia, mais combativa, mas foi por isto que acabou ficando longe dos grupos da esquerda na universidade.’*

Desse modo, configura-se uma disputa sobre como e onde a militância se faz. Os modos de subjetivação militante não são homogêneos e é isso que gera, num mesmo assujeitamento, divergências, onde alguns entendem que *‘o sindicato incentiva uma visão equivocada quando vê na relação com a reitoria uma luta de classe: para ser luta de classe tem que ter capital, e aqui isto não há. Agora as atitudes de patrão não são próprias de um reitor de universidade pública e o que o sindicato deve apontar é isto. O sindicato não está fazendo isto nos jornais! A maneira como se pretende mobilizar, aquela que se aprendeu no DCE, é equivocada. É preciso redimensionar.’*

Ainda assim, a crítica ao que os diretores do SINSEPES entendem como divergente do padrão militante se estende e não deixa de atingir alguns que respondem reafirmando militância: *‘vou concluir porque tudo tem limite e não reconhecer minha trajetória é o limite. Não sou contra nem a favor de uma administração e sim a favor de um projeto. (...) Minha história é outra e se esta é a visão que têm de mim, então não tenho o que fazer aqui’*.

Mas o resgate do elemento de união em torno da militância sindical que *‘está divergindo nas questões táticas e queimar companheiros é perder espaço para o movimento mercantilista dentro da universidade’* procura convencer que em um ou outro lugar, a militância efetivamente acontece.

Pensando em outros moldes, do ponto de vista da governamentalidade, essa é uma perspectiva nada equivocada. Se a meta do governo por individuação é a realização do padrão desejável de individualidade, os procedimentos e técnicas de poder que se dão a partir da mesma lógica de individuação, são, portanto, os mesmos e produzem iguais efeitos: constituição de subjetividades assujeitadas.

Tais individuações se aperfeiçoam quando disseminadas e praticadas voluntariamente investindo as pessoas na defesa de padrões de assujeitamentos. Assim independentemente do lugar, agencia-se a própria normalização e disciplinarização social.

A questão da libertação do indivíduo do Estado, de suas instituições, sequer fere a liberação de um tipo de individualização a ele vinculada. Portanto, seja em que espaço for, sindical ou não sindical, os procedimentos de ancoragem às técnicas de individuação surtem os mesmos efeitos, o que leva a entender os procedimentos de exame da militância como meras estratégias de perpetuação da instituição sindical, muito distante da recusa sobre ser o que se é.

Em várias das reuniões do SINSEPES essas *‘relações de si consigo mesmo’* são enaltecidas: o bom, o sujeito, o cidadão, o politizado é aquele que age em prol do coletivo,

numa modelagem que o coloca excelso: *‘eu acho que a gente tem que ter clareza daquilo que a gente quer, daquilo que a gente acredita, mas defendendo a questão sindical’*. A defesa do sindicalismo, acima de tudo, impede problematizar e até mesmo refletir sobre o que de fato a defesa desse coletivo sindical vem instituir.

Dentre as verdades sindicais, a do coletivo é, talvez, a maior de todas. Tudo que for ou advir do coletivo é em si melhor: *‘A resposta,(...) tem que ser fundamentada na decisão da assembléia’*.

Nas reuniões do SINSEPES nenhuma situação que oportunize enaltecer o coletivo passa em branco. Quer seja nas discussões ou na definição das estratégias que procuram montar, o enunciado sindical coletivista, base da ação sindical representativa, sempre presente, se faz perpetuar. *‘Então a assembléia dos servidores mantém o texto e a discussão? Paciência, é isso.’*

Um olhar mais apressado, rapidamente significa a situação na cegueira da idéia ou pretensão que entende a construção coletiva como a que se edifica sem nenhuma imposição de si para consigo ou advinda de fora; como se o coletivo purificasse intenções e desejos e correspondesse sempre à ânsia, necessidade, ou pretensão que, se não for neutra, por passar por um grupo, é de todos.

O lugar que as assembléias tomam, como visibilidades do coletivo, remete à idéia de associação de trabalhadores, do modo como é descrita por Engels. A primeira forma de revolta do proletariado moderno contra a grande indústria se depura desde sua forma embrionária de criminalidade, passando pela destruição das máquinas, tão ineficaz quanto a primeira, para então atingir o patamar superior do sindicalismo em seu sentido original, por assim dizer. Nesse sentido, a associação é a estratégia de luta contra a concorrência entre operários, que dá conta da contradição entre as massas causada pelo sistema social, pela

lógica capitalista de produção e que desloca a concorrência entre operários para o nível da concorrência entre os patrões. (FOUCAULT, 1979:54).

Nessa perspectiva, as assembleias precisam ter resguardados seu valor e significado. Não que as assembleias imprimam sobre os sindicalistas alguma expectativa de neutralidade ou justiça sobre as decisões que tomam os trabalhadores, mas remetem a esse lugar de agregação que na perspectiva da continuidade sindical, necessita ser protegido.

É nesse sentido que as Assembleias Gerais são cruciais enquanto tática que constrói, reforça e assegura a representatividade e que por isso se constitui num dos saberes sindicais mais refinados e cristalizados. *‘Eu acho assim que o grande trunfo da comunidade acadêmica é justamente a assembleia. É nas assembleias que as discussões acontecem e aonde hoje um maior número de pessoas se reúne e é isto que é a força do sindicato. O sindicato tem força na assembleia e depois pra deliberar algumas coisas(...)’*

As movimentações em torno das duas assembleias que essa pesquisa teve a oportunidade de acompanhar mostram o esmero com que são tratadas. Em algumas tantas reuniões o tema recorrente é sobre as táticas a serem empregadas nessas assembleias. São sempre os militantes mais experientes que dirigem os trabalhos, pois existe um cabedal de conhecimentos necessários para a boa *condução* de uma assembleia, exigindo que se domine uma tecnologia muito específica que não se adquire e nem se traduz em outro lugar e momento que não no exercício mesmo.

Assembleias são práticas que põem o sindicato em funcionamento e que, ao mesmo tempo, e por isso mesmo, atendem a lógica cidadã recuperando e reforçando a máxima de que participar é o caminho para ser agente da própria história.

O enunciado sindical da mobilização que atravessa a instituição sindical, concretiza-se nas assembleias, pois é através delas que entendem se edificar a autonomia, a construção de si mesmo como sujeito da própria história.

Cabe então às lideranças sindicais e à diretoria sindical, fazerem surgir tal desejo, inculcando que é preciso exercer e exigir cada vez mais direitos que, ao serem negligenciados, trazem drásticas conseqüências a cada um e ao conjunto social. *‘É uma questão política e eles apostam no nosso desgaste! como evitar isso? trazendo, mantendo a categoria informada e a assembléia é um instrumento’*. É através da ‘conscientização’ que a base mobilizada vai se preparando continuamente tanto para as ações menores como para a iminência da greve.

Voltemos, pois, ao que acontece na segunda reunião da direção do SINSEPES: contando com alguns diretores ausentes na primeira reunião e tomados os procedimentos de rotina, inicia-se com a discussão sobre a página do sindicato na internet.

Mesmo sendo uma atribuição específica do Diretor de Comunicação, discute-se o comprometimento de todos com a necessária qualidade das informações a serem divulgadas, pois *‘depois que a página estiver estruturada o problema é a alimentação, ele [o webdesigner] não vai alimentar. Alguém que vai fazer levantamento de idéias e textos e notícias... aí dá pra ele, ele que coloca lá, mas ele não vai juntar informações, não é a ele que compete’*.

Apesar da deliberação sobre o tema ficar transferida para a próxima reunião, a ação da diretoria se mostra voltada para estratégias de formação da base, onde atribui a essa forma de divulgação uma série de cursos e oficinas a serem oferecidos aos filiados, que nas reuniões seguintes passarão a ser abordados.

No entanto, a importância de um meio eletrônico que se faça dinâmico, arrojado e inventivo, situa o sindicato numa esfera de competência comparativamente mais acintosa que a anterior.

É exatamente esse o alvo que se pretende atingir para tornar essa gestão sindical nitidamente distinta da anterior, afirmação que por várias vezes se reitera, não sendo raras as ocasiões em que se verbaliza a necessidade de firmar uma ação efetivamente militante, em

contraponto às ações sindicais anteriores que julgam fora dos padrões de um sindicato verdadeiramente atento a sua função e ação engajada.

Outro dos temas discutidos nessa mesma reunião refere-se ao repúdio por meio de panfleto a um órgão recém criado na universidade. O panfleto, intencionalmente satírico afirma o rompimento com as estratégias sindicais anteriores sem buscar implicações diretas em relação aos efeitos para o referido setor.

Essas discussões não têm os temas em si como cerne, mas quais as medidas que possivelmente encaminhariam um rompimento com o modelo de gestão sindical anterior, menos afrontoso. O compromisso dessa direção sindical é o de encaminhar as questões e tratar de estabelecer nos assuntos pontuados as estratégias de luta que trazem implicações que entendem, efetivamente, de esquerda e que devam ser adotadas para cada demanda. Assim é que as discussões sobre uma possível paralisação, altamente desejável para imprimir diferença em relação à gestão sindical anterior que não motivou movimentos dessa natureza, levam a afirmações de que *'não tem condições de fazer uma paralisação ou uma greve hoje, mas nós temos que construir nossas condições. Como nós vamos fazer isso? Fazendo movimentos que façam com que o professor e os funcionários se engajem nessa luta. A gente tem que dar opções de luta. A gente não deve partir direto para isto, a gente deve fazer medidas que levem num crescendo até chegar às condições da paralisação. Eu acho que tem que acostumar mais a categoria com a idéia.'*

O foco está na efetivação da diferença, construindo respeito e reconhecimento da importância da ação sindical, um sinal de vigor que a 'reforma' que buscam executar pode ter.

As estratégias mais eficientes, acreditam os diretores do SINSEPES, são as que reavivam a chama de um sindicalismo muito próximo àquele que na década de 1980 assumiu postura combativa.

No entanto, a intenção de construção de uma postura mais combativa – a partir da diferenciação com a direção sindical anterior – não é um efeito que responde aos ditames locais, mas se inscreve num panorama maior que visa fazer frente à crise associada ao neoliberalismo que exige que se recupere a resistência sindical nos moldes da militância clássica. Porém, paulatinamente vai se solidificando, acoplada a esse intento, uma perspectiva reformista que muito se aproxima da idéia de *Sindicato Cidadão*, uma novidade ainda inusitada para o grupo em questão.

É a defesa de que *‘o cidadão tem que ter pelo menos um lugar onde ele sinta o apoio’*, que desenha para o sindicalismo os valores anunciados da cidadania.

A possibilidade de que esse reformismo dê sinais de penetrabilidade na reflexão sindical se concentra na manutenção e não na invenção de outras formas de resistências.

A situação se desenha de tal forma que, mesmo fazendo a crítica ao maior evento da Central Única de Trabalhadores – CONCUT¹¹² – em que um dos diretores esteve representando o SINSEPES e de onde são relatadas as variadas manobras político-partidárias para fazer valer interesses específicos, entende-se que mesmo assim é importante participar, pois, é de lá que vem as primeiras notícias da proposta *Sindicato Cidadão*. Diz o diretor que relata o evento: *‘eu acho que é um conjunto de informações, os debates de que se participa, a facilidade de se ter cursos de formação, a vinda de pessoas... é fundamental levar a discussão para a base. Foi pela primeira vez que ouvi o termo ‘sindicato cidadão’. Já ouviram falar nisso?’*

Dessa forma, os diretores sindicais entendem que *‘isso prova que a CUT está ficando mais pós-moderna... está trabalhando com a pluralidade’* e que *‘não é mais um sindicato de operários, é de trabalhadores’*, *‘não é de uma classe determinada’*. A conclusão rápida é de que o SINSEPES deve e precisa unir-se aos movimentos aglutinadores, a Centrais Sindicais,

¹¹² Congresso Nacional da CUT, realizado de 03 a 07 de junho de 2003.

pois *‘é importante a gente estar participando porque assim vem uma informação nova, como é que os partidos estão, como é que as correntes estão, parece que isto não existe na nossa realidade, então a gente fica meio à mercê dessas decisões’*.

De qualquer modo, a atenção que a diretoria do SINSEPES dá à discussão das estratégias e táticas de mobilização abordadas nas reuniões de diretoria demonstra o objetivo quase sempre presente de criar condições, que lhes permita fazer parte e influir com significativo peso de modo a fazer-se integrante e imprescindível nos jogos de governar, de gestar. *‘Eu acho que nestes primeiros seis meses de gestão, a gente deu uma cara para esta diretoria, as lideranças estão vendo qual a posição, que é uma posição de resistência, mas eu acho que a gente não é aquele tipo de gestão que bate e sai correndo pra toca. Eu acho que a gente tem que bater de frente agora, querem continuar apanhando ou vamos sentar pra negociar?’*

Porém, para garantir ganhos imprescindíveis à construção de influência sindical, o que permite a continuidade, é preciso negociar.

Trata-se de um jogo em que a aposta recai na conquista e conservação – muito próximo ao que Maquiavel aconselhou ao príncipe para manter seu território. *‘Tô achando que é importante dentro do tema da negociação chamar algumas pessoas ... que é o pessoal considerado mais progressista’*, mas *‘se vamos atrás de lideranças, se é para ampliar o espectro da participação do sindicato, tem que ir além do pessoal que está tradicionalmente ligado ao sindicato e ir pro pessoal que tem também espaço aqui e que se mexe, que tem posição a respeito dessa administração, que no momento estrategicamente pode ser interessante para a diretoria’*.

É em asserções como essas que, a despeito das vastas implicações a que remete a governamentalidade pode ser invocada para entender esse tipo de racionalidade, numa perspectiva analítica que permite descobrir as conexões, os pontos de contato e continuidades

múltiplas, associando o nível das relações interpessoais e das instituições em geral com o governo enquanto exercício do Estado soberano, explorando as conexões que estabelece entre essas formas de governo locais e as práticas micropolíticas dirigidas aos indivíduos; entre as técnicas de dominação em que o poder é exercido coercitivamente e os modos de conduzir a si próprio, de subjetivar-se livremente.

É nesse entendimento que o governo, antes de ser um poder central e centralizador, é uma máquina refinada de administração social que, dentre os múltiplos instrumentos de que lança mão, põe em funcionamento vários e diversos dispositivos. E por mais paradoxal, ou até mesmo contraditório que soe, os sindicatos não só se colocam numa ação de contraponto que sustenta o equilíbrio governamental, mas principalmente funcionam numa lógica governamentalizada que busca acertos e arranjos a fim de sempre e continuamente se manterem.

Porém a existência da instituição sindical ainda se subordina à representatividade. Movimentar a base é então crucial, porém não mais no sentido de consolidar uma força de vitória, como nos anos 1980.

A 'base' precisa ser movimentada no sentido de garantir força representativa para as negociações 'de mesa'.

Nesse sentido, é sintomática a afirmação de que o sindicato está *'levando a proposta da paralisação, mas a categoria não sabe (...) não temos um fato político mais forte que a pauta de negociação com o reitor, também não encontramos, por exemplo, formas mais claras de colocar isso pra convencer professores a participar (...)'*

A diretoria do SINSEPES discute demoradamente a respeito de mobilizar ou não para greve, e sobre as possibilidades de uma paralisação. *'Eu acho que estado de greve é bem mais complicado do que uma paralisação, que quando você fala entrar em estado de greve é que a qualquer momento você vai parar e o que a gente vai fazer é talvez uma*

tentativa de estado de greve e a partir disso, vamos ficar eternamente em estado de greve e não vamos conseguir conscientizar ou politizar as pessoas num período tão rápido, para dizer então, agora vai ter greve. Então eu ainda aposto em uma paralisação’.

Afora as discussões conceituais que diferenciam paralisação e estado de greve, a perspectiva da paralisação, argumentam, dá tempo e fôlego para conscientizar e politizar filiados num período mais ou menos rápido para daí instituir uma greve, o que concluem opção mais acertada.

A greve, estratégia que mais caracterizou o sindicalismo tardio dos professores, mesmo controversa é seguidamente reeditada e apesar de responder a muitas outras tantas coisas para além daquilo que reivindica, é através dela que se conta a história de todos e de qualquer sindicato.

Nesses tempos em que a negociação é o que decide, a greve é a alegoria da encenação sindical, uma interpretação em que os atores desempenham seu papel sabendo exatamente qual o final do enredo.

No passado instituinte do movimento sindical, por suas condições de possibilidades, a greve pôde ser uma estratégia que rompeu com os padrões da organização do trabalho urbano, na medida em que nenhuma conexão criou com a ação normatizada, regimentada e até eticamente definida, que veio a se constituir mais tarde. De força instituinte a greve se transforma e, no sindicalismo atual, não passa de uma encenação que serve para dar lugar ao necessário espetáculo midiático trabalhista.

A ‘luta’ sindical, suas vitórias e derrotas, de fato se constroem entre e por conta das relações de poder que se instituem no campo trabalhista, mas não é nessa arena das encenações que são travados os acordos, e sim, no âmbito das negociações de gabinete.

A reiterada estratégia grevista, tomada pelos motivos expostos acima, constrói a idéia de que o funcionamento sindical se faz na ação dos movimentos que conclama, nas vitórias e derrotas que alcança.

No entanto, os ganhos e perdas trabalhistas são determinados quase que exclusivamente em negociações técnico-jurídicas, que até se dão nos momentos de greve, mas que ocorrem a despeito deles.

Raramente os efeitos das greves acompanham as movimentações dos ganhos ou perdas reais: enquanto o discurso sindical é de que os resultados da campanha salarial ou qualquer outra reivindicação acontecem a partir das ações midiáticas das encenações de greves, paralisações, passeatas, enfim, dos movimentos, entre um que anuncia não ceder ou ceder menos e outro que apregoa seus direitos, a folha de pagamento, os benefícios, os direitos, a legislação... enfim, as decisões se movimentam para mais ou para menos em tempos e ritmos distintos das ações grevistas.

Sindicatos docentes tem nessas ações, estratégias que ainda minimamente mobilizam e que num espetáculo de cidadania engendram encenações de manutenção.

É neste impasse sobre as formas de mobilizar que a direção do SINSEPES, durante a oitava reunião acompanhada pela pesquisa, ao avaliar uma das assembléias que promove, conclui que *'as pessoas necessitam de mais motivação para participarem de assembléia. Numa assembléia dessas não consegue entrar ninguém porque não tem motivação política nenhuma, o pessoal politicamente não tá envolvido.'*

A insistência para com a estratégia de assembléias na forma tradicional reforça a idéia de que é preciso politizar a base. É dessa forma que os eventos promovidos pelo SINSEPES – cursos de formação, discussões, seminários e palestras – objetivamente respondem à necessária reforma em direção a um sindicalismo mais ativo, dinâmico, voltado aos seus filiados e preocupado em construir aquilo que *deve* lhes interessar e que necessitam saber. É

preciso instrumentalizar a base para que possa construir uma consciência mais crítica e então, entender a importância da ação sindical justifica-se.

Mas a irrefutável realidade, algumas vezes comentada nas reuniões do SINSEPES, que alude a greves acontecendo com meia dúzia de pessoas, assembleias com participação diminuta, quase só dos diretores sindicais e ativistas mais próximos, não suscita reflexão alguma. Ao contrário, reforça a idéia de que é preciso mais e mais conscientizar, chamar ao movimento, reforçar ou até exagerar nessas mesmas estratégias. Em momento algum refletiu-se sobre a trajetória que o sindicalismo docente vem percorrendo de um período de intensa participação das massas docentes, com grandes assembleias, greves longas e de grande adesão, seguidos por uma estagnação crescente, chegando às atuais assembleias sem a menor representatividade, greves e mobilizações com precária adesão.

O fato das greves que atualmente os sindicatos docentes implementam para somente paralisar a atuação da graduação, ignora que o que faz funcionar hoje a academia não é mais essa instância. A engrenagem que efetivamente põe em funcionamento a universidade, o currículo lattes, a pesquisa, a extensão e a pós-graduação, sequer são levadas em consideração nos intentos de se fazer uma ação que efetivamente perturbe a ordem das coisas.

De qualquer modo, as insistências sobre as inserções e reações às assertivas sobre engajamento sindical estabelecem nessa reforma a procedência da cidadania no engajamento sindical.

Não é a toa que o programa de televisão do SINSEPES nomeia-se 'Cidadania em Debate'.

Mesmo que as reuniões que se tomam nesse estudo, não tenham chegado a discutir o programa em si, várias vezes as referências aos temas a serem abordados no programa vieram à tona.

Num tempo em que ‘o valor da verdade (...) é marcado pelas sondagens de opinião em que saber e poder tendem a coincidir com a opinião da maioria’ (CORREA, 2006:123) é possível pensar o programa como uma estratégia de manutenção dos filiados visto que sempre, é claro pela perspectiva da garantia de direitos civis, os temas debatidos são voltados aos assuntos mais atuais.

Aquilo que a comunidade acadêmica ou a comunidade em geral estiver discutindo, noticiando, é potencialmente e efetivamente assunto para o programa que é apresentado pelos próprios diretores sindicais, sob a forma de revezamento, de acordo com as possibilidades e pertinência dos temas em relação à formação de cada um, que voluntariamente se coloca a disposição para coordenar as discussões travadas. O programa vai ao ar ao vivo, uma vez por semana, através de canal fechado, e é reprisado em três horários distintos durante a semana. A dinâmica é de entrevista-debate, com participação via telefone dos telespectadores.

Para Freccero (apud CORREA, 2006:123), a televisão inverte o panóptico e é, na atualidade, o receptáculo da verdade da maioria, na medida em que possibilita, pela sondocracia, que a maioria dos telespectadores, até então anônima, se exprima e participe registrando sua opinião. É a teledemocracia (poder popular filtrado pela tela da televisão) fazendo da massa um sujeito ativo.

O poder de qualquer um, potencialmente, para programar – manipular -, intervir no funcionamento do sistema, e o poder dos que se satisfazem em juntar sua opinião ao rebanho da maioria são variações possíveis da função programador que inquietam o apaziguamento das análises preocupadas em tomar o poder como descendente e emanado de um centro (CORREA, 2006: 123).

Na medida em que a representatividade ainda é o pilar de sustentação do dispositivo sindical, mecanismos que efetivam a participação são de significado indiscutível para a manutenção sindical.

A sustentação¹¹³ e o cuidado com o programa ‘Cidadania em Debate’, apesar de nesse espaço e tempo de pesquisa não ter surgido como um tema próprio de discussão, justifica-se por si só.

Por isso, a defesa e proteção da ‘base’ a qualquer custo, acima de qualquer argumento e além da verdade jurídica – que é também uma verdade sindical – é incontestável. Firmar posição sempre na defesa de todo e qualquer filiado sindical evoca o enunciado da representatividade numa posição que só pode surtir unanimidade: *‘o associado que pediu, pronto!’*

É nesta linha de defesa da representatividade dos filiados que, na discussão sobre os encaminhamentos a serem dados para as assembléias de servidores se discute as possíveis estratégias de mobilização dos servidores que garantam uma visibilidade significativa, que ‘crie um fato’.

Foi já na primeira reunião que se tomou que se fez clara a pretensão de gerar situações que coloquem a maquinaria sindical num funcionamento, que lhe exponha audaciosa na luta em prol dos direitos dos trabalhadores. *‘Eu acho que a gente não criou fato político ainda, nós estamos na situação de impasse da negociação salarial e é por isto que nós estamos levando a proposta da paralisação, mas a categoria não sabe. Nós não criamos fato político porque não paralisamos. A paralisação é educativa.’*

A fixação de uma imagem combativa justifica-se na manutenção do sindicalismo através da conservação de seu status de ícone de resistência nas relações de trabalho. A ‘luta’ é a maior força do funcionamento sindical, no sentido épico de sua encenação mesmo que, no entanto, não seja deste espetáculo que resultem os efeitos da ação sindical, mas das negociações e acordos de gabinete ou das resistências e adaptações que objetivamente se dão nas relações cotidianas de poder no mundo do trabalho.

¹¹³ Apesar de ser veiculado pela emissora da Universidade, o programa é totalmente custeado pelo sindicato, sendo que conta com poucos patrocínios.

O resultado da ação sindical é mais do âmbito burocrático legal e, por isto, quase que independe da movimentação que a base venha a fazer.

Fugindo das modelações, as perguntas que surgem questionam se o que faz a base parar, não mais participar como antes, é a constatação de que as estratégias sindicais ‘colocam o tamanco em máquina parada’? Ou se a base percebendo que de fato as negociações que determinam as perdas e os ganhos se dão a portas fechadas, se cansou de ser elenco coadjuvante no espetáculo da continuidade sindical, já que esse efetivamente se mantém funcionando? Ou ainda, não estariam os educadores educados na ditadura se omitindo de uma ‘ação social’ em prol do coletivo dos trabalhadores? Então, aí sim se justificaria que é preciso mesmo e, cada vez mais, gastar tempo e energia politizando. Mas, não seria ainda essa ausência da base o espectro da proclamada crise provocada pelo neoliberalismo? Não seriam seus efeitos – um Estado forte, controlador do dinheiro público que faz cortes drásticos nos encargos sociais e em seus investimentos na economia, que estaria quebrando o poder dos sindicatos?

Nesse contexto, é plausível afirmar que o SINSEPES tateia em busca de uma reforma que recupere seu poder junto aos filiados e que, em alguns flashes, dirige-se ao ideário *Sindicato Cidadão*, mas que na maioria das vezes, concentra-se no resgate à militância tradicional. É aí que a discussão sobre a campanha pela federalização da universidade se concentra na ação social necessária ao sindicalismo contemporâneo respondendo com mais eficácia à reforma para um *Sindicato Cidadão* que, ao que tudo indica, vai revigorar o sindicalismo docente na sociedade de controle por mais algum tempo.

No entanto como a luta pela federalização da universidade não demanda exclusivamente da comunidade acadêmica e, além disso, aglutina forças divergentes em prol desse intento, é na maioria das vezes entendida como um efeito de interesses distintos dos diferentes grupos que pairam na universidade entre uma e outra posição e que o sindicato

antagonicamente representa. O que pode abranger maior importância, maior status acadêmico institucional, em outra compreensão abrange prejuízos. O grau de importância a ser doado à universidade no caso de uma federalização corresponde às expectativas de um grupo que entende esta localização institucional acadêmica como superior à situação privada de ensino tanto no que se refere às questões acadêmicas, como trabalhistas e que, a partir disso, engrossando a ‘bandeira do ensino público e gratuito em todos os níveis’, publiciza os interesses pessoais transformando-os em interesses coletivos. Já, outros entendem que a situação privada garante maior remuneração e mobilidade profissional, além de possibilitar adequação aos ditames sociais atuais. Trata-se da mesma postura que, aparentemente divergente, reverte em ambos os extremos; interesses localizados a interesses coletivos.

Também a preocupação em garantir que o sindicato seja um lugar, um espaço em que o filiado possa se sentir amparado, apoiado na tarefa, enquanto cidadão, de reivindicar a devida atenção aos seus direitos, é objetivada nas decisões que, com base neste princípio, são tomadas. Assim, por exemplo, na discussão da defesa por parte do sindicato de aposentadorias possivelmente ilegais de alguns filiados, o argumento que se justifica é de que *‘não é o aposentado que deve ser penalizado e sim a instituição’*. O que se mantém intocada nesse caso, é a defesa do representado a qualquer custo e sob qualquer condição.

É nessas práticas dadas à superfície que os segredos sindicais mais significativos se mostram, pois é exatamente nos registros à vista, nos detalhes e mudanças que as proveniências se evidenciam. Proveniências que, enquanto superfície de inscrição, apontam a construção do engajamento sindical docente implicado no processo mais geral de formação e sedimentação da cidadania.

2. Trajetórias Sindicais Docentes: Emergências e Procedências dos Modos de Subjetivação Docente Engajada.

Do mesmo modo que o escolar é resultado da escolarização, o soldado do quartel, o padre do seminário, o docente sindicalista é efeito de práticas que a partir de uma lógica específica, engendram modos de subjetivação muito próprios e onde as trajetórias são visibilidades dessas construções.

Nesse estudo, tais trajetórias são levantadas através de entrevistas pessoais e questionários enviados pela internet aos docentes diretores das seções sindicais e associações docentes ligadas ao ANDES-Sul¹¹⁴ (Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina/PR- ADUEL, Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava/PR - ADUNICENTRO, Associação dos Docentes da Universidade do Oeste do Paraná – Cascavel/PR- ADUNIOESTE, Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná – Curitiba/PR - APUFPR, Seção Sindical da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR - SINDUEPG, Seção Sindical da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS - SEDUFMSM, Associação dos Professores da Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande/RS - APROFURG, Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS - ADUFRGS, Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS - ADUFPEL, Associação dos Docentes da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC - APUFSC e Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis/SC - APRUDESC).

Além desses, foram também entrevistados docentes dirigentes de três sindicatos locais que por filiarem trabalhadores não-docentes das instituições de ensino a que se dirigem não estão formalmente ligados ao ANDES, mas que, no entanto, são de um modo ou outro,

¹¹⁴ Vide roteiro de entrevistas em Anexo.

influenciados por suas políticas e decisões. São eles o Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau / FURB - SINSEPES, Sindicato dos Professores de Blumenau –SINPROBLU e Sindicatos dos Servidores e Professores da Rede Municipal de Ensino de Blumenau – SINTRASEB. O SINPROBLU filia professores de instituições privadas de toda região, inclusive as de ensino superior. Já o SINTRASEB agrega somente docentes da Educação Básica da rede municipal de ensino. Mesmo assim a opção é por acrescentá-lo a essa pesquisa, pois é um dos primeiros sindicatos docentes da região, sendo que alguns de seus diretores exercem docência também no ensino superior.

Os dados reunidos correspondem à pesquisa com dezoito docentes dirigentes sindicais de cinco dos dez sindicatos e associações listadas (Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina/PR - ADUEL, Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava/PR - ADUNICENTRO, Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná – Curitiba/PR - APUFPR, Seção Sindical da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR -SINDUEPG, Seção Sindical da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS - SEDUFSM, Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau/FURB-SINSEPES, Sindicato dos Professores de Blumenau – SINPROBLU e Sindicatos dos Servidores e professores da rede Municipal de Ensino de Blumenau – SINTRASEB).

Independentemente do sindicato a que se ligam os professores pesquisados, os resultados que os instrumentos utilizados na pesquisa (questionário e entrevistas) levantam são organizados a partir de duas categorias: a dos professores que se engajaram na fundação ou nas primeiras diretorias destas entidades sindicais docentes, aqui nomeados *históricos* e professores dirigentes sindicais envolvidos com a questão sindical mais recentemente, especificamente a partir do final da década de 1990, denominados *em ação*. Do total de professores atingidos, sete são históricos e doze em ação.

Essa distinção, entretanto não tem cunho qualificativo e nem designa qualquer valoração, mas se presta simplesmente a localizar a probabilidade de maior ou menor experiência sindical a se mostrar mais ou menos apropriada a partir dos dados levantados.

Antes de tudo, em relação a esses dados coletados é necessário ressaltar que a pesquisa não tentou reunir uma miríade de dados passíveis de comprovação de qualquer pressuposto sobre a fabricação de modos de subjetivação docente engajada, ou ainda que suportem construir, nas aproximações detectadas, a localização de alguma modelagem, ou de modelos de subjetividades docentes engajadas.

A partir das contribuições de Foucault, modos de subjetivação são efeitos tanto das interações que se operam nas situações ‘face a face’ como do trabalho interno que os indivíduos exercem sobre si mesmos o que portanto escapa à qualquer categorização ou conceituação que se queira lhes imputar. Do contrário, estaríamos no nível das identidades.

Se modos de subjetivação se forjam tanto nas práticas que lhes constituem como nas práticas mesmas que instituem, não há, portanto, local, características, continuidades ou descontinuidades fixas que possam, uma vez capturadas, seja por que instrumento for, levar a uma localização mais rigorosa disso que é resultado de condições de possibilidades altamente variáveis e, conseqüentemente, absolutamente plurais.

O que se pretendeu, nesse caso, foi atingir algumas visibilidades que modos de subjetivação docente apresentam – e aqui se escolheu as trajetórias – localizar pontos que entrecruzam local e globalmente o fio condutor que acusa a mão dupla entre as experiências pessoais e os saberes que vão se sedimentando em torno dos indivíduos. Ou seja, localizar os efeitos de governamentalidade que vão se firmando e que se dão a ver nos caminhos da militância que *alguns* docentes engajados constroem, desde a emergência do engajamento sindical em suas vidas até sua procedência.

Foi no século XIX que começou a entrar em ação um cem número de exercícios que se destinam antes de qualquer objetivo ou função à consolidação das categorias modernas de cidadania, numa regularização que executa a tarefa política da constituição do homem novo, formatado nos ideais do humanismo, do progresso e da responsabilidade pessoal.

Nesse processo, importa localizar na trajetória de docentes engajados no sindicalismo os referentes que possibilitam não só se imaginar, mas também e principalmente, realizar-se como ponte de passagem política de regras universais de poder e de verdade sobre sujeitos engajados.

Desse modo, das dezoito entrevistas e questionários, sete professores dirigentes sindicais atribuem o início de sua militância aos movimentos iniciados na igreja, em Comunidades Eclesiais de Base e nas Pastorais.

Do ponto de vista quantitativo, muito aproximado disso, outros cinco professores atribuindo seu engajamento ao movimento estudantil, iniciado na vida escolar ou mais tarde, na militância universitária.

No entanto, somados os quatro professores que atribuem seu engajamento à vida profissional a dois outros que conferem sua militância ao próprio sindicalismo, teremos uma mesma situação quantitativa que a que atribui à igreja o envolvimento sindical, ou seja, sete professores.

As duas frentes que mais engajam docentes na luta sindical, são portanto, nessas particularidades, a igreja e o próprio movimento sindical.

Se considerarmos a época em que tais docentes se envolvem com esses modos de engajamento, o contexto dos anos 1980, temos juntado ao processo de universalização do regime democrático e da crença nos valores dessa forma de governo, a crise decorrente das revoluções tecnológicas e do sistema de produção globalizado que trouxe como efeito um alto índice de desemprego.

Nesse contexto que é também o de esgotamento do modelo socialista soviético, a queda nos índices de sindicalização, alavancada pela filiação dos trabalhadores do setor público, notadamente os docentes, localiza o período de ascensão do sindicalismo docente no chamado *sindicalismo de colarinho branco*.

Tratou-se, portanto, de um período em que as condições de possibilidade constituídas abonaram a ‘*opção social pelo coletivo*’, pano de fundo do sucesso tanto das estratégias de filiação e movimentação do *sindicalismo de colarinho branco* que respondia ao modo de participação vigente, como da igreja¹¹⁵.

Assim é que os motivos responsáveis pela eleição da militância sindical que os docentes pesquisados alegam, independentemente da emergência que particularmente se desenhe a cada um, apontam para a aspiração de construção da cidadania.

Esse pleito e luta pela cidadania corrobora a última reforma sindical assentada pelo Sindicato Cidadão numa necessidade que já é efeito das mudanças que a sociedade de controle estabelece nas formas de participação.

São doze os argumentos que trazem a cidadania como o motivo que induz a militar em sindicatos, sendo que somente um dos docentes entende seu envolvimento com sindicato em uma situação casuística: ‘*não tinha outros docentes interessados em participar...então me coloquei a disposição*’

A busca pela realização dos direitos civis, políticos e sociais embasa a justificativa de que ‘*não [se] entende outra forma melhor dos trabalhadores se organizarem para reivindicar e construir uma forma de viver, diferente da que temos hoje*’, justificando a militância sindical ‘*por entender ser esta uma das formas de provocar mudanças no meio*’ onde ‘*o envolvimento com o movimento sindical sintetiza uma demanda/necessidade em defesa dos*

¹¹⁵ Seria bastante pertinente uma análise a respeito do cunho esquerdista que uma ala da igreja assume no final dos anos 1980, início dos anos 1990. Porém, já estaríamos aí em outro viés desse estudo, que sem dúvida carece demorar mais, mas que dada sua abrangência aponta continuidades para essa pesquisa.

direitos sociais e trabalhistas’ de tal modo, que cada um se sente comprometido a *‘ajudar na construção da cidadania’*, através da *‘luta pelos direitos da classe trabalhadora’*.

Alguns docentes militantes localizam em si os princípios de cidadania de modo absolutamente naturalizado: *‘nem tinha consciência dessa questão de direitos ainda, queria estar participando, queria fazer parte. Era uma vontade muito grande de fazer parte de um grupo’*. A participação passa a ser *‘uma necessidade (...) de estar presente, de estar vendo o que está acontecendo. De acompanhar...’*, de tal modo que é preciso *‘estar no meio das pessoas, (...) estar fazendo sentido nas relações sociais (...)’*.

A percepção de que hoje *‘de repente (...) não precisa lutar pra conquistar a reitoria, mas é preciso lutar por espaços nos colegiados, aonde se faz verdadeiramente acontecer educação superior em grandes projetos’* vai ao encontro do modo de participação que na sociedade de controle é capturado como forma de inibir resistências. Mais do que atingir o alvo proposto, seja ele qual for, é preciso estar participando, incluir-se e ser incluso *‘eu não acredito que existam outros caminhos sem que seja a coletividade pra fazer acontecer tudo isso. Sozinho, isolado vai dar aula.’*

É exatamente o arraigamento nos valores da cidadania, participação, representatividade e coletivismo que amparam e tornam nessas lógicas, irrefutável a idéia de que *‘as pessoas têm que se organizar coletivamente porque individualmente, a não ser com muito poder, ou com recurso muito forte, (...) Modificar alguma coisa (...) é só o coletivo que (...) [tem] condição pra isso’*.

Uma visão que paradoxalmente, nessa acomodação, se crê resistência e onde o sindicato é visto como *‘um feixe de madeira pra ficar difícil de ser quebrado, (...) um espaço de resistência a tudo aquilo que eu sou contra’*.

E é nos princípios básicos da democracia, galgada no ideário da cidadania, que, acreditam os sindicalistas, encontrarem na instituição sindical o movimento mais legítimo de

ocupação de um poder que localizam centralizador onde *‘o sindicato é uma experiência (...) de estar participando (...) numa opção de classe estratégica pra que a hegemonia seja conquistada’*.

É no efeito dessas implicações que a trajetória relatada dos docentes militantes exhibe concomitantemente ao sindicalismo aliciação da maioria dos militantes, precisamente de 12 deles, em movimentos de direitos, identitários ou mesmo ligados à igreja¹¹⁶.

Também um significativo número de docentes engajados, precisamente seis, estão ou estiveram envolvidos com a formação e direção do Partido dos Trabalhadores, sendo que desses, três fizeram ou fazem parte de direções regionais do partido. Mas, se ainda considerarmos a vinculação partidária sem envolvimento direto na formação ou direção do Partido dos Trabalhadores, são mais onze professores filiados.

A ligação entre a militância sindical e partido remete à localização do sindicalismo como *‘um dos mecanismos, um dos atores que facilita a construção da hegemonia’* da esquerda, tal qual na história sindical se desenha a ascendência do pensamento marxista sobre as instituições sindicais, atualizada numa predominância que universaliza anulando qualquer diferença.

Porém essa predominância e continuidade sindical não são assim percebidas pelos docentes sindicalistas pesquisados que vêm na atualidade do movimento um *‘aprofundamento da crise’* outorgado à *‘fragilização da sociedade civil (...) ligada ao aumento das ofensivas neo-liberais’* de tal modo que *‘o movimento docente precisa repensar suas ações (...) O desinteresse dos docentes pelas questões sindicais é evidente, há uma ausência muito grande dos docentes nas atividades sindicais. Estas são questões que precisam ser revistas pelo sindicalismo docente’*.

¹¹⁶ Foram listados: Conselho Gestor de Saúde Estadual, Conselhos de Saúde, Movimento de Mulheres, Associações de Bairros, Comunidades Eclesiais de Base, Movimento de Jovens da Igreja Católica, Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento, Conselhos de categorias profissionais, Movimento Negro, Comitê de Defesa do Ensino Superior Estadual e ONGs na área de cultura e meio ambiente.

É respondendo a essas queixas que a reforma para um Sindicato Cidadão visando atender a essa outra forma de participação que é de total inclusão, e que caracteriza a cidadania na sociedade de controle. *‘Na nossa universidade, vive em estado de inanição na maior parte do tempo, por falta de participação efetiva. Em alguns momentos tem picos de importância e de atuação, mas eles são prejudicados (...) Parece que os professores, assoberbados e, até certo ponto, politicamente ‘distraídos’, parecem preferir ter um sindicato em stand by, sindicalizam-se, pagam suas contribuições, mas estão sempre na esperança de que outro faça o sindicalismo acontecer. Isso não é uma concepção de indivíduos, é uma onda cultural e de sociabilidade’.*

A constatação de que a forma de participação social não é mais a mesma é atribuída ao fato dos professores não acreditarem *‘mais nas entidades representativas, como o sindicato.’* onde *‘prevalece o individualismo, e as soluções são procuradas pelos próprios professores ou em pequenos grupos (...) É muito difícil ter a presença dos professores nas reuniões ou assembléias’.*

Os argumentos de que a situação é de *‘desânimo, apatia’* evidencia o desajuste das estratégias de afirmação sindicais tradicionais, onde a *‘mobilização, a conscientização mais ainda (...), o discurso sindical não têm conseguido despertar o interesse e motivação suficientes’.* Reflexos dessa sociedade em que os controles são ininterruptos e os lugares, antes muito bem demarcados, são redefinidos por fluxos. No interesse de extrair o máximo das energias inteligentes, é preciso fazer sempre e cada vez mais participar, de tal forma que os indivíduos se sintam decidindo sobre as políticas de governos, quer seja através de organizações não-governamentais, movimentos sociais ou sindicatos. *‘Os asilos, as prisões, os hospitais, os manicômios, as escolas, o sexo, as crianças [e os sindicatos] são atravessados por direitos. Sociedade de plenos direitos’*(PASSETTI, 2003: 30) é o que já somos.

Enquanto a sociedade disciplinar se manteve regulada por palavras de ordem: ‘o povo unido jamais será vencido’; quer seja do ponto de vista da integração ou da resistência, o sindicato, mesmo enfrentando alguns períodos de declínio, arrebanhava na massa de trabalhadores braçais e não braçais seus filiados. Mas, ‘não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou *bancos*’ (DELEUZE, 2000: 223).

Porém, continua em evidência entre os engajados a premissa de que ‘(...) *aquele que passa por um sindicato, ou por um movimento social, comunidade, são os sujeitos que vão, um dia, estar ocupando cargos que possam melhor construir a hegemonia*’.

É nesse sentido que, nessas trajetórias pesquisadas, nada há a estranhar no fato de muitos dirigentes sindicais ocuparem em suas carreiras os espaços de gestão, quer seja na própria instituição a que se dirigem, nas gestões estatais propriamente ditas (prefeituras, estados, secretarias) ou ainda, por mais contraditório que pareça, assumindo posição empresarial no ensino, pois ‘*com a democratização, as correntes de esquerda – em cujo seio se desenvolveram a militância dos quadros dirigentes que ainda atuam – abandonaram a organização das massas em nome da ocupação do Estado Burguês. Tornaram-se, uns mais, outros menos, candidatos a senador, deputado, vereador, prefeito, etc...*’

A despeito do revigoreamento que o *Sindicato Cidadão* promove à entidade sindical, permanecem ainda no movimento docente perspectivas de ‘*duas posições políticas distintas, que têm práticas diferentes. Uma delas acredita na luta, nos movimentos de rua, na mobilização, na força da luta coletiva e democrática; outra que acredita na negociação feita nos gabinetes do poder, através de representantes e lideranças. São posturas diferentes que podem obter também conquistas diferentes. Algumas mais perenes, outras mais fugazes.*’

De qualquer forma, mesmo não dando conta da reforma necessária ao enquadramento do sindicalismo na realidade da sociedade de controle, em ambos os casos, a perspectiva é de ocupação do poder como se tal se desse num lugar ou em sua posse.

Porém, é exatamente à essa *‘ocupação de lugares de decisão’* que alguns sindicalistas atribuem a crise sindical que julgam *‘enfraqueceu e, pior ainda, despolitizou o movimento social e sindical’*, pois *‘hoje as lideranças sindicais e de outros movimentos não estão mais à frente deste, (...) estão ocupando cargos e sabendo como funciona o movimento. Sabem as estratégias de desmobilização’*.

Mesmo que aparentemente se tenha *‘um pouco o fim da utopia política que permeava o movimento sindical dos anos 80 e 90’* no revigoramento do sindicalismo aos ditames da sociedade de controle *‘há uma luta intensa no âmbito da resistência, da autonomia e pela democracia’* que instala o *‘reencontro [do sindicalismo] com sua história e com sua origem, mas buscando se adaptar a realidade do período’*.

Na reforma que se processa *‘o sindicalismo docente, assim como todo sindicalismo brasileiro, vem passando por uma fase de transição, acompanhando os movimentos do cenário político nacional’*, mas de modo que *‘enquanto tiver espaço dentro do sindicato pra lutar pela diminuição da injustiça, pela diminuição da exploração e dominação sobre os trabalhadores’* permanecerá redimensionando sua permanência nos mesmos modos de subjetivação docente engajado.

Considerações Finais

A toupeira e a serpente: forma animal com que Deleuze (2000:223) descreve os vários deslocamentos que vão se processando da sociedade disciplinar até os sistemas abertos, as interpenetrações de espaços, as ausências de limites, os tempos contínuos que germinam na sociedade de controle.

Na sociedade disciplinar os começos foram intermitentes, não se parava de ir de um a outro confinamento que, enquanto variáveis independentes, supunham sempre se iniciar do zero: escola, fábrica, hospital, sindicato...

Na sociedade de controle nada se conclui: a educação é permanente, o trabalho, que não é para todos, consome e acompanha até o sono; a saúde é a promovida pela medicina reparadora que reforma comportamentos continuamente para que não ponham em risco a saúde.

O poder que na sociedade disciplinar é exercido sobre os corpos através das modelações produzidas pelas instituições, por meio de práticas e tecnologias de assujeitamentos, na de controle é sobre as massas. Multiplicidade de cada um, organizados em bancos de dados, que buscando anular as resistências convocam à participação democrática. Sociedade de difusão de direitos, onde o Estado não prescinde do corpo são da sociedade disciplinar, mas busca um corpo que já agenciado, doe participação contínua e defenda a democracia (PASSETTI, 2003: 30-32).

Mas, numa e outra sociedade, a meta do governo por individuação é sempre a realização do padrão desejável de individualização, através da construção de subjetividades que assujeitadas pelos procedimentos e técnicas de poder investem os indivíduos na defesa da

disseminação e prática voluntária desses padrões, reproduzindo incessantemente assujeitamentos, e tornando-se assim, eles próprios, os agentes de normalização social (eis aí então os grupos identitários que clamam por direitos).

Foi nesse outro regime de dominações da sociedade de controle que levou à crise as instituições em geral, que procurei indagar sobre sindicatos e modos de subjetivação que nele se forjam.

Entendendo que antes de esquadrihar o quanto as resistências instituídas podem libertar do poder do Estado, de suas instituições, está em jogo nesse panorama entender o papel que tais resistências desempenham em relação à recusa sobre as formas de subjetivação impostas. É bem a recusa em sermos o que somos, de libertarmos a nós mesmos do Estado e de todo tipo de individualização a ele vinculada de que Foucault falou: ‘sem dúvida, o objetivo principal, hoje, não é o de descobrirmos, mas de nos recusarmos a ser o que somos’ (FOUCAULT apud CASTELO BRANCO, 2000: 319).

Não se trata, no entanto de cavar alguma fórmula que assinale como fazer nesses sistemas políticos que trabalham incessantemente a submissão das subjetividades às práticas assujeitadoras, mas de localizar nas resistências, nesse caso sindical, o quanto elas promovem – ou não - assujeitamentos.

Constatando que os sindicatos estiveram ligados por toda sua história à luta contra as disciplinas, a pergunta de Deleuze (2003: 225) ‘conseguirão [os sindicatos] adaptar-se ou cederão o lugar à novas formas de resistências contra a sociedade de controle? Será que já se pode apreender esboço dessas formar por vir (...)?’ Propõe a investigação que nessa pesquisa levou a apontar a continuidade dos modos de subjetivação sindical numa reforma que, expandindo sua ação, açambarca outros modos de participação, exigida pela sociedade de controle. Refiro-me ao Sindicato Cidadão que propõe estender a ação sindical para além da

representatividade trabalhista e se alvitra a fazer parte da gama maior de entidades que criam as condições ‘para cada um se sentir atuando e decidindo’ (PASSETTI, 2003: 29).

Não importa mais se trabalhador ou não. No sindicato, instituída a reforma do Sindicato Cidadão, o filiado é aquele que quer, precisa e exige participar.

Mas, a resposta à pergunta de Deleuze não é assim tão rápida, pois como nada se encontra acabado no regime do controle, reformas precisam ser constantes, o que repõe e amplia a questão: conseguirão os sindicatos adaptar-se a partir dessa reforma que se prepara, ou ela mesma abrirá portas a novas formas de resistências? (...) já se pode apreender esboço dessas formas por vir (...)?

Se o Sindicato Cidadão propõe a construção da cidadania para muito além das defesas meramente trabalhistas e essas já se fazem insuficientes – não porque tenham sido atingidas, mas justamente pelo não alcance. O esforço em ser agenciador da democracia numa sociedade em que a participação contínua dá sentido ao controle, essa é então uma reforma que tende a se fazer contínua. As formas democráticas se ampliam e se reestruturam em tal rapidez que acompanhá-las é mesmo incessantemente redesenhar-se em manutenções. Manutenção de uma resistência que engendra governamentalidades.

E é por oposição ao governo por individuação e à governamentalidade que a partir de Foucault, os investimentos de resistência são contra os assujeitamentos. Um dos modos de proceder a esse investimento é explicitar, localizar assujeitamentos especialmente nas instituições de resistências.

Por isso, a retomada aqui da questão anarquista no sindicalismo. Mesmo que não caiba nenhuma recuperação do anarco-sindicalismo nos moldes fabris, até porque o acontecido na história sindical brasileira foi de uma ação anarquista no movimento dos trabalhadores num momento em que ela foi uma frente interessante aos propósitos libertários, mas que dadas suas mudanças, os anarquistas deram continuidade e aprimoraram os investimentos em outras

tantas formas em que atuavam; é justamente a luta contra os assujeitamentos que faz com que anarquistas se aproximem de autores como Deleuze e Foucault

(...) restituindo coexistências e diversidades analíticas que afirmem subjetividades libertárias. Ao assim procederem, os anarquistas não somente se atualizam, mas libertam-se de necessidades fundamentais. Pelo desmedido ato de pensar e atuar, estes autores legam aos anarquistas similitudes, proximidades, desassossegos, para um saber que de tempos em tempos foi declarado morto (PASSETTI, 2003: 20).

E nisto pode até haver uma retomada do anarco-sindicalismo diante da época de hoje de modulações e de trabalho intelectual. Reatualização que não é de manutenção, mas de diferenciação. Uma diferenciação que, em relação ao sindicalismo, abre possibilidades de, ao invés de engendrar modos de subjetivação que reatualizam governamentalidades, liberar-nos, a nós engajados, daquilo que ainda somos.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Nelson. Introdução in RODRIGUES, Edgar. Alvorada Operária. Os Congressos Operários no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1979. p. 9-11.
- ALEM, Silvio Frank. História do Sindicalismo no Brasil: Uma Periodização. São Paulo: Universidade e Sociedade, ano I, v. 1, fevereiro de 1991.
- ALICINO. Pe. Rogério. Clevelândia do Norte. Biblioteca do Exército, 1971.
- AZEVEDO, Raquel de. A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BALDIJÃO. Carlos Eduardo Malhado. Os Desafios do Movimento Docente nos Dez Anos de Lutas da ANDES-Sindicato Nacional. São Paulo: Universidade e Sociedade, ano 1, v. 1, fevereiro de 1991.
- BANCAL, Jean. Proudhon: Pluralismo e Autogestão. Os Fundamentos. Tradução de: Plínio Augusto Coelho. Brasília: Novos Tempos Editora. 1984.
- BERNSTEIN, Eduard. Socialismo Evolucionário. Tradução de: Manuel Teles. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- BOITO JUNIOR, Armando. De Volta para o Novo Corporativismo: a Trajetória política do Sindicalismo Brasileiro. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, v.8,n.3, jul./set. 1994.
- BLASS, Leila Maria da Silva. Imprimindo a Própria História. O Movimento dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo no Final dos Anos 20. São Paulo: Loyola, 1986
- CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional e Outros Ensaios. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.
- CASTELO BRANCO, Guilherme. Considerações sobre Ética Política. In PORTOCARRERO, Vera & CASTELO BRANCO, Guilherme. Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau. 2000.
- CHAIA, Miguel Wlady. Os Intelectuais e Sindicalistas: a experiência do DIEESE (1955-1990). Ibitinga, São Paulo: Humanidades, 1992.
- _____. Trabalho, Entre a Política e o Conceito. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, v. 9,n.3, jan./março. 1999.
- CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. Tradução de Theo Santiago, São Paulo: Francisco Alves, 1990.

CORRÊA, Guilherme. Educação, Comunicação e Anarquia. Procedências da Sociedade de Controle no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

CUBERO, Jaime. Anarco-Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Index Librorum Phohibitorum, 2004.

DELEUZE, Gilles. Foucault. Tradução de: Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo, Brasiliense, 1988.

_____ Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____ O Que é Um Dispositivo? in O Mistério de Ariana. Cinco Textos e Uma Entrevista de Gilles Deleuze. Tradução de Edmundo Cordeiro. 2 ed. Lisboa: Veja, 2005. 83-95.

DO Ó, Jorge Nunes Ramos. O Governo dos Escolares: uma aproximação teórica às perspectivas de Michel Foucault. Lisboa: Educa, 2001.

_____ O Governo de Si Mesmo. Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (Último Quartel do Século XIX – Meados do Século XX). Lisboa: Educa, 2003.

FAUSTO, Bóris. A Revolução de 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____ História Concisa do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

_____ Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920). 3. ed. São Paulo: Difel, 1977.

FENASCOM - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS, ASSEIO E CONSERVAÇÃO, LIMPEZA URBANA, AMBIENTAL E ÁREAS VERDES. Disponível em <<http://www.fenascon.com.br/cidadao.htm>> Acesso em 14 de julho de 2006.

FORACCHI, Marialice. A Participação Social dos Excluídos. São Paulo: Hucitec, 1982.

FOUCAULT, Michel. Introdução. Tradução de: Georges Lamaziere. in DELEUZE, Gilles e GUATARI, Félix. O Anti-Édipo. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 8-15.

_____ Microfísica do Poder. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____ História da Sexualidade. O Uso dos Prazeres. Vol. 2. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 9 ed.

_____ História da Sexualidade. O Cuidado de Si. Vol 3. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

-
- História da Sexualidade vol 1. A Vontade de Saber. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
-
- Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões. Tradução de: Lígia M. Ponde Vassalo. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
-
- Resumo dos cursos do Collège de France. (1970-1982). Tradução de: Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.
-
- Subjetividade e Verdade in Resumo dos Cursos do Collège de France. Tradução de: Andréa Daher. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
-
- Ditos e Escritos Vol. II. Tradução: Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
-
- A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
-
- A Arqueologia do Saber. Tradução: Luís Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
-
- A Verdade e Formas Jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2001.
-
- Poderes e Estratégias In Ditos e escritos Vol. IV. Tradução de: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FREIRE, João. Introdução in VASCO, Neno. Concepção Anarquista do Sindicalismo. Lisboa: Edições Afrontamento, 1984. p.7-49;
- GALLO, Silvio. Deleuze e a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- GUÉRIN, Daniel et all. O Anarquismo e a Democracia Burguesa. Coleção Bases. São Paulo:Global, 1979.
- HARDAT, Michel & NEGRI, Antonio. Império. Tradução de: Berilo Vargas. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HERVEY, David. Condição Pós-Moderna. Tradução de: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- LOPREATO, Christina Roquette. O Espírito das Leis: Anarquismo e Repressão Política no Brasil. Verve – Revista do NU-SOL- Núcleo de Sociabilidade Libertária. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP, São Paulo, v.3, p.75-90, 2003.
-
- O Espírito da Revolta: a Greve Geral Anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

- MACHADO, Roberto. Ciência e Saber. A Trajetória da Arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MACIEL, Osvaldo de Oliveira. Trabalhando a Luta, Construindo (a) história (II). São Paulo: Universidade e Sociedade, ano 2, n. 4, dezembro de 1992.
- _____. Trabalhando a Luta, Construindo (a) história (I). São Paulo: Universidade e Sociedade, ano 1, v. 1, fevereiro de 1991.
- MALATESTA, Erico. Anarquistas, Socialistas e Comunistas. São Paulo: Costez, 1989.
- MAQUIAVEL. O Príncipe. Tradução de Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- MOREY, Miguel. La Cuestión del Método. In: FOUCAULT, Michel. Tecnologías del yo y Otros textos afines. 2. ed. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1991.
- OTRANTO, Célia Regina. Movimento Sindical Docente: História e Crise. Rio de Janeiro: Revista Universidade Rural, Série Ciências Humanas, v. 22(2): 213-229, jul/dez. 2000.
- PIRRINEAU, Pascal. (org). L'engagement Politique: decline ou mutation? Paris: Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1994.
- PÁL PELBART, Peter. A Vertigem Por um Fio. Políticas da Subjetivação Contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- PASSETTI, Edson. Sociedade de Controle e Abolição da Punição. Revista São Paulo em Perspectiva, volume 13, ano 3, Janeiro/Março. 1999.
- _____. Anarquismos e Sociedade de Controle. in RAGO, Margareth. et all. Rio de Janeiro: DP & A, 2002. p.123-1389.
- _____. Ética dos Amigos: Invenções Libertárias da Vida. São Paulo: Editora Imaginário, 2003.
- _____. Anarquismos e Sociedade de Controle. São Paulo: Cortez, 2003.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégias da Ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RAGO, Margareth; ORLANDI, Luis B.Lacerda; VEIGA-NETO, Antonio. (Orgs) Imagens de Foucault. Ressonâncias Nietzscheanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- RATTNER, Henrique. Brasil 1990: Caminhos Alternativos do Desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANDES- Representação Política e Sindical de Professores Universitários. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 93, 1995.

RODRIGUES, Edgar. Novos Rumos. Pesquisa Social 1922-1946. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1976.

_____ Socialismo. Uma Visão Alfabética. Rio de Janeiro: Editora Porta-Aberta, 1979.

_____ Alvorada Operária. Os Congressos Operários no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1979.

_____ Anarquismo à Moda Antiga. 3. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

_____ Entre Ditaduras (1948-1962). Rio de Janeiro: Achiamé, 1993.

_____ Rebeldias I. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____ ABC do Sindicalismo Revolucionário. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004a.

_____ Rebeldias. A Cavalgada do Ideal. Vol. 2. Guarujá, São Paulo: Opúsculo Libertário, 2004b.

_____ Rebeldias. Vol. 3. Guarujá: 2005.

RODRIGUES, Iran Jácome. O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Tendências Futuras do Sindicalismo Brasileiro. In: RATTNER, H. Brasil 1990: Caminhos Alternativos do Desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____ Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

_____ CUT: Os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____ Destino do Sindicalismo. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, Fapesp, 1999.

_____ O Declínio das taxas de Sindicalização: A Década de 80. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.13, n.36, 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins & CARDOSO, A. M. Força Sindical. Uma Análise Sócio-Política. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia Penal ou Campo de Concentração?. Verve – Revista do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP, São Paulo, v. 4, p. 112 - 129, 2003.

- SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entram em Cena. Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAMIS, Alexandre & RAMOS, Renato. Anatomia da Crise: do Sindicalismo Revolucionário ao Colaboracionismo Cooperativista. Verve – Revista do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP, São Paulo, v.1, p.211- 225, 2003.
- SAMIS, Alexandre. Clevelândia: A Selva como Limite. Libertários - Revista Trimestral de Expressão Anarquista, Rio de Janeiro, n. 11, 26-27, 2002.
- _____ Clevelândia : Anarquismo, Sindicatos e Repressão Política no Brasil. São Paulo : Imaginário, 2002.
- SCHUCH, Luís Henrique. Memória do Movimento Docente. São Paulo:Universidade e Sociedade, ano 10, n. 22, novembro de 2000. Entrevista à Ana Manuella Soares.
- SILVA, Jorge E. O Nascimento da Organização Sindical no Brasil e as primeiras Lutas Operárias (1890-1935). Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- SIMÃO, AZIS. Sindicato e Estado. São Paulo: Dominus Editora, 1966.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS. Disponível em <<http://www.bancarios-pa-ap.org.br>> Acesso em 14 de julho de 2006.
- SOUZA, M. J. Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante. Lisboa: Edições Antígona, 1989.
- SOUZA, Francisco Martins de in CAMPOS, Francisco. Introdução. O Estado Nacional e Outros Ensaios. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.
- TAVARES DE ALMEIDA, Maria Helena. Crise Econômica e Interesses organizados. O Sindicalismo no Brasil nos Anos 80. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.
- TRAGTENBERG, Maurício. Introdução. in MALATESTA, Érico. Anarquistas, Socialistas e Comunistas. São Paulo: Cortez, 1989. p. VII-XXXVI.
- TÔTORA, Silvana Maria Corrêa. A Questão Democrática: Perspectivas Teóricas e Análise do Pensamento Político Brasileiro na Década de 1980. 1998. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- VASCO, Neno. Concepção Anarquista do Sindicalismo. Lisboa: Edições Afrontamento, 1984.
- VEIGA- NETO, Alfredo. Foucault e a Educação. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

Educação e Governamentalidade Neoliberal: Novos Dispositivos, Novas Subjetividades. in CASTELO BRANCO, Guilherme & PORTOCARRERO, Vera. Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau, 2000. p. 179-217.

<http://www.utopia.pt/?doss=19&cidade=1>

<http://www.fenascon.com.br/cidadao.htm>

<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/brasil/11edgarentrevista.htm>

<http://www.sinpro-rs.org.br/extra/mai98/5cepep/reso7.htm>

http://insurgentes.vilabol.uol.com.br/entrevista_edgar.htm

ANEXO

1. ROTEIRO DE ENTREVISTA PESSOAL

- Quando e de que forma começa teu envolvimento com sindicato?
- Como isto começou? Quem te influenciou ou levou a isto? Como foi tua jornada?
- Qual consideras maiores feitos na tua vida sindical?
- Havia outras alternativas de movimentos? Por que o sindicalismo e não outro qualquer?
- O que pretendes no sindicato? /o que pretendeste? Alcançaste?
- **SÓ PARA OS HISTÓRICOS:** Por quanto tempo ficaste no sindicalismo? (**PARA OS QUE SE AFASTARAM:** Por que te afastaste? Pretendes voltar?) Em tuas memórias sindicais, há mais fatos positivos ou negativos? Por quê?
- Descreva teus sentimentos com a vida do sindicalismo docente.

OUTRAS ENTRADAS:

- No início de tua vida profissional, quais eram teus sonhos? Como pensavas alcançá-los ou de que forma tentavas realizá-los?
 - O sindicalismo surge em decorrência destes sonhos? / o sindicalismo surge antes ou depois de tua iniciação profissional? /como começaste? / O que significou/significa pra ti?
 - Como foi tua trajetória? Começaste neste sindicato? Atuaste em algum outro?
 - Quais teus maiores feitos/majores vitórias no sindicalismo docente?
 - Que tipo de sentimentos a vida sindical te trazia/traz?
 - **SÓ PARA OS HISTÓRICOS:** sentes saudades?
 - Tem previsão de quando vais sair do movimento? Por quê?
- ou
- Tinha previsto tua saída do movimento? Por que saíste?

<h2>A INSTITUIÇÃO E OS COMPANHEIROS</h2>
--

- Qual o espaço que o sindicato docente ocupa hoje?
- **SÓ PARA OS HISTÓRICOS:** antes era diferente? Qual a diferença?
- Qual é o principal problema que enfrentaste/enfrentas na questão sindical docente?
- Quem são os companheiros, que tipo de pessoas são?
- O que pensa sobre companheiros ocuparem cargos de chefia? / o que pensas sobre tua situação ocupando cargo de chefia?
- A que atribui o fato de a maioria dos companheiros ocuparem ou terem ocupado cargos de chefia?

OUTRAS ENTRADAS:

- Como é o sindicalismo atuante de hoje?
- **SÓ PARA OS HISTÓRICOS:** antes, como era?
- Se pudesse resolver um problema no sindicalismo docente, qual resolveria? Por quê?
- E a convivência com os companheiros, como é/foi? Que tipo de professores (pessoas) mais encontrou no movimento sindical docente?
- Tem algo a ver com a maioria virar chefe?
- Apóia os companheiros que ocupam cargos de chefia? Por quê?

2. TEXTO ENCAMINHADO POR E-MAIL ÀS ENTIDADES SINDCAIS SOLICITANDO APROVAÇÃO PARA ENVIO DO QUESTIONÁRIO.

Caros companheiros da (ENTIDADE SINDICAL A QUE SE DESTINAR):

Sou docente de uma Instituição de Ensino Superior (FURB) em Blumenau-SC, membro de seu sindicato (SINSEPES) e também aluna do programa de pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC de São Paulo.

Estou fazendo uma pesquisa sobre docentes dirigentes sindicais ligados aos Sindicatos das Instituições de Ensino Superior federais e estaduais do sul do Brasil, especificamente aquelas vinculadas à ANDES - Seção Nacional. Para levantar alguns dos dados necessários, utilizo a tecnologia da internet, enviando por correio eletrônico aos companheiros docentes sindicalistas um pequeno questionário, com apenas 05 questões. O que solicito através deste e-mail é a permissão para encaminhar aos endereços eletrônicos individuais da diretoria da (ENTIDADE SINDICAL A QUE SE DESTINAR) esse questionário.

Se concluírem por me permitir encaminhar o questionário por e-mail a cada um dos membros desta diretoria, ou pelo menos a 02 desses, solicito a gentileza de informarem os devidos endereços eletrônicos.

Estou certa de que posso contar com o apoio dos companheiros da (ENTIDADE SINDICAL A QUE SE DESTINAR) nesta jornada, exatamente por saber que entendem o valor e significado que uma pesquisa sobre o movimento sindical docente tem.

Aguardo resposta.

obrigada

Vania Tanira Biavatti

3. QUESTIONÁRIOS.

Pesquisa: Sindicalismo Docente

Levantamento de dados: Trajetória docente sindical

Instrumento Elaborado por

Vânia Tanira Biavatti

(vania@furb.br – vaniabiavatti@hprada.com.br)

Aluna do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP.

POR FAVOR, RESPONDA DENTRO DOS QUADROS!

1 - Como começou tua vida sindical (igreja, movimento estudantil, família...) e onde?

2 – Por que o sindicalismo?

3) Preencha, por favor, os campos abaixo com as indicações das atividades sindicais, funções/cargos que exerceste em tua carreira profissional, bem como as entidades/organizações/movimentos ou outros de que participaste em cada período, quando for o caso.

-De 1980 a 1984:
Cargo/função profissional:
Atividade sindical:
Outros movimentos/entidades/organizações em que participava:

De 1985 a 1990:
Cargo/função profissional:
Atividade sindical:
Outros movimentos/entidades/organizações em que participava:

-de 1990 a 1994:
Cargo/função profissional:
Atividade sindical:
Outros movimentos/entidades/organizações em que participava:

-de 1995 a 1998:
Cargo/função profissional:
Atividade sindical:
Outros movimentos/entidades/organizações em que participava:

De 1999 a 2003:
Cargo/função profissional:
Atividade sindical:
Outros movimentos/entidades/organizações em que participava:

De 2003 até a atualidade:
Cargo/função profissional:
Atividade sindical:
Outros movimentos/entidades/organizações em que participava:

4 - O sindicalismo docente no final da ditadura militar teve um papel decisivo nesta etapa da história sindical brasileira. Contudo no final dos anos 90 passou também por uma profunda crise. Qual a situação do sindicalismo docente hoje?

Muito obrigada por sua prestimosa colaboração!